

FABIANO LUIS BUENO LOPES

**BATALHÃO SUEZ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO
COLETIVA (1956-2000)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, junto ao Programa de Pós Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^o Dr^o Dennison de Oliveira

CURITIBA

2005

Expresso minha gratidão ao Senhor Deus dos Exércitos, Todo Poderoso, Criador do Céu e da Terra - a Quem tenho conhecido, servido e amado. A Ele seja dada toda glória, toda honra, todo louvor, toda força e todo poder.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à Barbra Cristina Vieira Lopes, amada esposa, pela companhia, carinho, dedicação, compreensão e apoio, imprescindíveis colaborações neste difícil e laborioso tempo. Aos meus avós, pais e irmãos, pelo amor, pelos valores e pela maravilhosa convivência. Dedico este trabalho à Larissa, que está a caminho vindo trazer grandes alegrias, a quem ansiosamente espero encontrar.

Cabe registrar os sinceros e profundos agradecimentos:

Ao solicito Professor Dennison de Oliveira, pelo incentivo para início e continuidade das pesquisas sobre os veteranos do Batalhão Suez.

Ao Sr. Isidoro Bacon, então presidente da Associação Brasileira dos Ex-Integrantes do Batalhão Suez – Sede Paraná, pela paciência e prontidão em atender aos nossos apelos e necessidades, e por permitir e propiciar nossa aproximação, abrindo as portas e fornecendo total acesso aos documentos e objetos pertencentes à Instituição, bem como divulgando nossas intenções e incentivando inúmeros outros contatos pessoais, indispensáveis para o bom andamento desta pesquisa.

Aos Boínas Azuis da ONU: Sr. Theodoro da Silva Junior, pelos esclarecimentos prestados e pela amizade pessoal que nos permitiu construir; Sr. Artur H. Canale Linero, proprietário da Gráfica Vitória, pelo auxílio e confiança; Sr. Juventino Rodrigues Rita; Sr. Wilton Melo Garcia, Presidente da ABIBS- Sede Rio Grande do Sul; Sr. Dacílio A. Magalhães; Sr. Stans Zouain Filho; Sr. José Amauri Milani e a outros tantos veteranos que prontificaram-se a esclarecimentos e a longas conversas de modo paciente e salutar.

Ao amigo Roberson Maurício Caldeira Nunes, pelo acesso a documentação na Casa da Memória, em Curitiba, bem como aos responsáveis pelos acervos do Arquivo Público do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná, do Sistema de Bibliotecas da UFPR, do 20^o Batalhão de Infantaria Blindada de Curitiba e do Colégio Militar de Curitiba.

Finalmente, devo agradecer ao CNPq, pela concessão da bolsa nos últimos meses do Mestrado.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	..ii
AGRADECIMENTOS.....	..iii
LISTA DE ILUSTRAÇÕESv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	..vi
RESUMO.....	..vii
ABSTRACTviii
INTRODUÇÃO.....	..1
1 CONJUNTURA NACIONAL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DA I FENU.....	..18
2 VETERANOS DO ‘BATALHÃO SUEZ’: A QUESTÃO DA MEMÓRIA29
2.1 ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS.....	..29
2.2 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....	..51
3 OS LUGARES DE MEMÓRIA: ANÁLISE DE MONUMENTOS, SÍMBOLOS E RITUAIS COMEMORATIVOS.....	..54
3.1 ASSOCIAÇÃO E MUSEU.....	..58
3.2 SÍMBOLOS, MONUMENTOS E COMEMORAÇÕES.....	..64
3.3 LITERATURA.....	..75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	..83
REFERÊNCIAS.....	..88
ANEXOS.....	..100

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Ilustração 1 – CAMINHÃO DA FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES NAS RUAS DO CAIRO. (ACERVO HISTÓRICO BATALHÃO SUEZ).....24
- Ilustração 2 – PLACA EM METAL CONTENDO MAPA DA REGIÃO DO CANAL DE SUEZ E DE GAZA. (ACERVO DO AUTOR).....64
- Ilustração 3 – EXTERIOR DO MUSEU “ACERVO HISTÓRICO BATALHÃO SUEZ” LOCALIZADO NO INTERIOR DO 20 º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA, EM CURITIBA. (ACERVO DO AUTOR).....65
- Ilustração 4 – ADESIVO “BATALHÃO SUEZ” RETIRADO DO SITE www.batalhaosuez.com.br (AUTOR DESCONHECIDO).....66
- Ilustração 5 – ADESIVO PRODUZIDO PELA ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS EX INTEGRANTES DA FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS, RETIRADO DO SITE: www.batalhaosuez.com.br.....67
- Ilustração 6 – TÍTULO DO PERIÓDICO “THE SAND DUNE”, ESPECIFICAMENTE O EXEMPLAR: THE SAND DUNE. VOL. III N º 26. OFFICE OF PUBLIC INFORMATION, HQ. UNEF GAZA. JUNE 27, 1959.....68
- Ilustração 7 – FOTOGRAFIA DO MONUMENTO LOCALIZADO NO INTERIOR DO 20 º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA, EM CURITIBA. (ACERVO DO AUTOR).....69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

20°. BIB	20º Batalhão de Infantaria Blindada
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FAIBRÁS	Destacamento Brasileiro de Força Armada Interamericana
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FENU	Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF, em inglês)
FIP	Força Interamericana de Paz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
III/ 2º. R. I.	Terceiro Batalhão do Segundo Regimento de Infantaria
LDA	Linha de Demarcação de Armistício
LPE	Legião Paranaense do Expedicionário
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas (UN – United Nation)
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
OPA	Operação Pan-Americana
PO	Postos de Observação
RAU	República Árabe Unida
UNAVEM	Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNOMUR	Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda.
UNEF	United Nation Emergency Force

RESUMO

O objetivo desta dissertação é entender aspectos relativos à memória histórica dos chamados Boinas Azuis, ex-participantes da I FENU (Primeira Força de Emergência das Nações Unidas) no Oriente Médio, força de paz criada para estabelecimento e manutenção da paz após a deflagração da Guerra de 1956 entre Israel e Egito. Os militares permaneceram na região até 1967, por ocasião do início da Guerra dos Seis Dias. Encerrada a missão, os jovens brasileiros retornaram para seu país, trazendo consigo uma experiência marcante que procuraram não esquecer.

Este trabalho buscou entender os elementos simbólicos construídos pelos veteranos do Batalhão Suez, nome pelo qual o contingente brasileiro ficou conhecido. Analisamos várias ações dos veteranos pertencentes a uma associação com sede em Curitiba e com vínculo com outras associações de Boinas Azuis espalhadas por outros estados brasileiros, de modo que pretendemos identificar aspectos relativos a formação de uma identidade comum aos indivíduos do grupo social, as maneiras como são lembradas as experiências, quais os objetivos presentes nos projetos da organização e de que modo a memória dos veteranos interfere na participação comunitária, nas relações com a sociedade, com o Exército Brasileiro e com o Governo.

Analisando a documentação e vinculando-a às práticas cotidianas do grupo social, percebemos por parte dos veteranos uma noção de historicidade vinculada diretamente a elementos ligados a missão da qual participaram, que se torna presente nas iniciativas de rememorações e nos múltiplos processos de compartilhamento da memória coletiva. Identificamos a tentativa de construção de um discurso político ou ideológico comum aos veteranos, a partir de uma memória comum da qual compartilham, participam e constroem através das múltiplas representações coletivas do grupo social.

PALAVRAS-CHAVE

Batalhão Suez; Força de Paz da ONU; Boinas Azuis; Força de Emergência das Nações Unidas; Memória de Veteranos

ABSTRACT

The objective of this work is to understand aspects concerning to the historical memory of the so called Blue Berets, former participants of I UNEF (I United Nation Emergency Force) in the Middle East, force of peace created for the establishment and maintenance of the peace after the deflagration of the War of 1956 between Israel and Egypt. The military remained in the region up to 1967, until the beginning of the War of the Six Days. When the mission was over, the young Brazilian had returned to their country, bringing along a deep experience that they had looked not to forget.

This work aimed to understand the symbolic elements builded by the veterans of the Suez Battalion, name by which the Brazilian contingent was known. We analyzed some actions of the veterans belonging to an association with headquarters in Curitiba and bond with other Blue Beret associations spread over other Brazilian states, in way that we intend to identify the presence of a common identity among to the individuals of the social group, the ways as the experiences are remembered, which are the objectives in the projects of the organization and how the memory of the veterans intervene with the communitarian participation, in the relations with the society, with the Army Brazilian and with the Government.

Analyzing the documentation and tying it to the social group daily practices, we perceive by the veterans side a historical notion of the elements of the mission in wich they have directly participated, that becomes present in the initiatives of reminders and the multiple processes of sharing of the collective memory. We identify the attempt of the construction of an ideological or political speech common to the veterans, from a common memory of which they share, in wich they participate and construct through the multiple collective representations of the social group.

KEY WORDS

Suez Battalion; U. N. Peace Force; Blue Berets; United Nation Emergency Force; Memory of Veterans

INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil e suas Forças Armadas se vê envolvido em algumas missões de paz. Segundo fontes oficiais do Exército Brasileiro, são oito missões em andamento.¹ A mais recente, sendo também a mais noticiada delas, no Haiti, iniciada em 2004, durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva. A participação tem despertado inúmeras polêmicas, pois a motivação principal apresentada para esta atuação tem sido a da necessidade de projeção do país no cenário internacional e a da tentativa de inclusão do Brasil como país membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A crítica que geralmente é apresentada pela imprensa e outros órgãos está relacionada aos custos, riscos e às péssimas condições de trabalho dos brasileiros nesta missão. Por outro lado, percebe-se tanto por parte do governo quanto por parte do Exército Brasileiro, uma valorização extrema da atuação e de sua importância para o país, bem como uma tentativa de exposição da boa imagem do soldado brasileiro.² Evidência de tal tentativa pode ser notada ao analisar-se o modo freqüente com que são veiculadas reportagens sobre esta atual missão da ONU.

O tema que propusemos investigar está relacionado aos homens que foram envolvidos na primeira participação brasileira em forças de paz da ONU, em 1956. Trata-se da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF - I), no Oriente Médio. O Brasil contribuiu para a força com vinte contingentes ao longo dos dez anos entre 1956 até 1967, empenhando um efetivo total de 6300 homens, nas fronteiras entre Israel e Egito. O período da missão vai do término da chamada Guerra do Sinai e início do confronto denominado Guerra dos Seis Dias. Contudo, nosso estudo não trata da

¹ MARMINAS, na América do Sul; MARMINCA, América Central; ONUCI, na Costa do Marfim; UNMIL, na Libéria; UNFICYP, no Chipre; UNMISSET, no Timor Leste, UNOGBIS, em Guiné-Bissau e por fim MINUSTAH, no Haiti: BRASIL. Missões de Paz. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/04Maoami/missaopaz/indice.htm> Acesso em: 4 jan 2006.

² Sobre a valorização da imagem do soldado brasileiro no Haiti, ver _____. *A paz do Brasil para o Haiti*. Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 15–19. Brasília / DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004. _____. *Brigada Haiti 2.º Contingente*. Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 34–37. Brasília / DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004. _____. *Haiti um ano de operações*. p. 30 – 34 Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 30–34. Brasília / DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004. _____. *Presença da Engenharia Militar do Brasil no Haiti*. Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 35–36. Brasília/DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004.

missão propriamente dita, pois pretendemos entender as formas de organização, a formação de uma identidade, as formas de rememoração das experiências, das homenagens, da materialização dos projetos, da conquista de espaços públicos para a participação comunitária de uma memória, da ereção de monumentos e organização de encontros para divulgação da memória por parte do grupo social formado pelos veteranos da Missão Suez.

Ou seja, entendemos como importante a análise e a identificação de uma historicidade presente nestas ações e nos processos de constituição da memória. Buscaremos entender também como se deu a construção de um discurso político ou ideológico comum aos veteranos, a partir desta memória comum da qual compartilham e participam. Nossa investigação buscará compreender a memória deste grupo social, quais as estratégias para afirmação de seus propósitos e concretização dos projetos e, além disso, quais os objetivos e motivações de tais iniciativas. Para tanto, analisaremos o período posterior ao término da missão, sobretudo a partir do período em que passaram a se organizar para comemorações, confraternizações e/ou reivindicações relativamente à missão de paz que participaram.

As iniciativas para realização da pesquisa ocorreram devido aos contatos estabelecidos com veteranos militares participantes da Legião Paranaense do Expedicionário durante um Programa de Extensão da Universidade Federal do Paraná, pois este grupo mantinha contatos com os chamados Boínas Azuis, pertencentes à outra associação de veteranos que por vezes participavam de comemorações em comum com os membros da LPE. O interesse surgiu a partir de contatos pessoais com tais veteranos e a partir da percepção de uma relativa ausência de trabalhos sobre o tema da participação brasileira em forças de paz. Porém, o interesse maior e o rumo da pesquisa foram sendo alterados, percebendo-se maior produtividade na análise das formas de comemoração e de rememoração do grupo contatado. Pretendemos analisar as presenças e as ausências do tema academicamente, pois não há produção historiográfica recente sobre o assunto e nem mesmo os livros didáticos de História, por exemplo, até então, sequer mencionam a Missão Suez.

Ao estudarmos as atividades dos brasileiros no Oriente Médio durante a atuação da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (I UNEF), entendemos como

imprescindíveis os esclarecimentos sobre a missão, pois a identificação, a análise, a contextualização, a descrição e a pesquisa destas atuações tornam-se de extrema importância para entendermos a memória produzida e compartilhada pelos veteranos. Dentre os vários motivos, percebemos que, obviamente, a maioria dos elementos presentes nas memórias do grupo social estará relacionada à missão da qual participaram, sendo alguns deles surgidos no próprio campo e tempo de atuação dos militares ou apropriados segundo as conveniências e interesses. Os fatos e conjunturas vivenciados pelos membros, bem como as situações geopolíticas e sociais da missão, aparecerão, conforme veremos, como parte integrante desta memória social.

O conflito árabe-israelense é talvez uma das mais complexas situações da História Contemporânea, pois envolve diversos motivos e questões. Dentre eles estão os interesses de diversas nações na região, seja por motivos econômicos (pela situação estratégica geográfica do Oriente Médio e pelo fornecimento de petróleo para o Ocidente), seja por motivos políticos (ambições de inúmeros países, sobretudo dos Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria) ou ainda por motivos étnicos e culturais (diferenças étnicas e religiosas entre árabes e judeus). Em 1948 após a aprovação em Assembléia da ONU para criação do Estado de Israel e sua Declaração de Independência, inicia-se formalmente o conflito árabe-israelense, na chamada Guerra da Independência, em que Israel resiste aos ataques de cinco países árabes³, dentre eles o Egito, e estabelece-se na região como um Estado-nação independente.

O CANAL DE SUEZ

O Canal de Suez pode ser visto como um elemento de destaque para as tensões da região médio-oriental. Tendo sua construção concluída em 1869, antes disto a região do Canal de Suez já despertava o interesse das grandes potências do século XIX: “Inglaterra, França, Rússia, além de Áustria (sic) e outros, acabariam entrando em

³ A saber, Egito, Jordânia, Iraque, Síria e Líbano. Sobre este conflito específico, ver LAPIERRE, D.; COLLINS, L. *Ó Jerusalém*. Tradução: José Luis Luna. São Paulo: Círculo do Livro, 1971; LISSOVSKI, A. *Israel e seus vizinhos*. 1ª ed. Ed. Bloch: Rio de Janeiro: 1968. HOURANI, A. *Uma História dos povos Árabes*. 2ª. ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 362-4.

luta pelo domínio do canal⁴. Cobiçado como ponto estratégico durante praticamente toda a primeira metade do século XX, o Canal de Suez fez parte, por exemplo, das linhas de abastecimento da Inglaterra durante o período de sua influência na região, que necessitava protegê-lo para que não fosse alvo do domínio alemão, o que abalaria a hegemonia exercida por países como Inglaterra e França.⁵

A Inglaterra recebia petróleo, tendo a garantia de abastecimento através do Canal de Suez por um preço mais baixo do que pelo sul da África. O próprio Canal e o petróleo que por ali passava, eram, na metade do século e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, as áreas de interesse mais relevantes para os britânicos.⁶ Durante a Primeira Guerra Mundial a região da Palestina passou para as mãos dos ingleses e em 1919 foi transformada em um mandato da Liga das Nações sob proteção da Inglaterra. Em 1947, têm início os problemas militares na região decorrentes da imigração judaica em massa e das revoltas dos árabes. A Inglaterra abre mão de seu mandato, tornando inevitáveis as lutas armadas entre árabes e judeus. Apesar disso, a Inglaterra não abandona por completo seus interesses econômicos na região, principalmente em Suez.

O Egito esteve sob influência inglesa desde o final do século XIX e mesmo após se tornar independente, tropas inglesas policiavam o Canal de Suez. Em 1952 ocorre no Egito uma Revolução, que derruba o Rei Farouk, para ascensão ao poder de Gamal Abdel Nasser, magnífico orador e ambicioso para ser o líder do mundo árabe.⁷ Os anos 50 vão presenciar o momento em que o Egito de Nasser buscará acabar com as influências estrangeiras, buscando expulsar os “agentes do imperialismo” ou “os símbolos da opressão estrangeira”⁸ do país, no que ficou conhecido como um momento do ultranacionalismo árabe. Sob a alegação de que os investimentos arrecadados com o Canal de Suez não eram investidos no Egito e diante da negação do auxílio solicitado no exterior, sobretudo para os Estados Unidos, para construção de uma barragem em

⁴ KONZELMANN, G. *O Canal de Suez: um ponto explosivo na rota marítima do petróleo: História, controvérsias e problemas da ligação entre o Ocidente e o Oriente*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 12.

⁵ POYDENOT, H. *Le Canal de Suez*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

⁶ MAYER, S. L. As Guerras Recentes In: *Guerras do século 20*. Rio de Janeiro: Primor, 1975.

⁷ HOURANI, A. A crise no Canal de Suez In: _____. *op.cit.*, pp. 368-72.

⁸ KONZELMANN, *op. cit.*, p. 34-5.

Assuã⁹, Nasser decide em 19 de Julho de 1956 nacionalizar o Canal. Recorre à União Soviética e é prontamente atendido, pois estes ficam satisfeitos com a oportunidade de uma espécie de abertura na cobiçada região. O Egito consegue armas provenientes da Tchecoslováquia. EUA e Inglaterra não as forneceria por terem acordos com Israel. O aumento dos arsenais de Nasser, suas declarações contra as “superpotências” e contra Israel, a nacionalização do Canal de Suez, dentre outros fatores, tornam evidentes algumas de suas intenções.

No período percebe-se a clara bipolarização do mundo em blocos, fenômeno conhecido como Guerra Fria. Na definição de Eric Hobsbawm, tratou-se de uma época em que houve “um constante confronto das duas superpotências que emergiram da II Guerra Mundial”.¹⁰ É justamente no período pós-guerra que se percebe a necessidade de uma organização internacional capaz de conter as possíveis conseqüências dos avanços científicos, econômicos e, sobretudo da tecnologia bélica: “As armas e organizações modernos eram de tal forma efetivas, que as guerras totais resultariam em destruição para vitoriosos e vencidos. Se não fossem contidas, poderiam significar o fim da moderna civilização urbana”.¹¹ O surgimento da ONU ligado à questão da necessidade da paz faz com que as missões militares em favor de tal premissa possam ser encaradas como a necessidade prática e legítima da organização mundial.

Tais conflitos podem ser analisados sob a ótica de estarem atrelados à bipolarização mundial, tendo em vista os auxílios recebidos por Israel por parte dos Estados Unidos e os concedidos pela União Soviética para o governo de Nasser no Egito nas décadas de 50 e 60. Apesar da conhecida competição por influência e apoio durante o período, o caráter nuclear da corrida armamentista fazia com que houvesse, em certa medida, um esforço para resolver os problemas sem um choque aberto entre Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra, pois seria o que Hobsbawm intitulou de “planejado suicídio da civilização”.¹² Hobsbawm aponta como relevante o domínio exercido pelos países para evitar que as hostilidades fugissem ao controle: “Difícilmente

⁹ FEHRENBACH, T. R. *O que há por trás da ONU*. Rio de Janeiro: Dinal, 1967. p. 294.

¹⁰ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 223

¹¹ FEHRENBACH, op. cit., p. 19.

¹² HOBBSAWM, op. cit., p. 224.

houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra aberta – isto é, nuclear – entre as superpotências.”¹³

Em 1956 houve uma coalizão entre Israel, Inglaterra e França para invasão do Egito, em represália a duas decisões de Nasser: A nacionalização do Canal, que até então pertencia à Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez, uma empresa anglo-francesa formada por ocasião de sua construção no século XIX¹⁴ e impedimento de passagem por parte de qualquer navio israelense ou que levasse material estratégico para Israel com fechamento do Golfo de Ácaba. Conforme vimos, a região do Canal era de extrema importância estratégica para os países europeus, pois transitavam por ali dois terços do petróleo destinado à Europa. Primeiramente Israel invade o Egito marchando para Suez. Grã-Bretanha e França passam a ter um pretexto para o envio de ultimato para os dois países em conflito para retirada de suas tropas. Diante da recusa de Nasser, tropas britânicas e francesas atacam e ocupam a parte da Zona do Canal.

Para Marc Ferro, a nacionalização do Canal seria a certidão de nascimento do Terceiro Mundo, ou seja, quando se percebe esta divisão a partir dos interesses econômicos das grandes nações manipulando as decisões políticas internacionais e a guerra segundo suas conveniências.¹⁵ Segundo o referido autor, a Guerra de Suez é um conflito estritamente econômico. Para Hourani, o episódio revelou uma estrutura de poder mundial em que “hostilidades de forças locais atraem potências mundiais de segundo escalão em defesa de interesses próprios”¹⁶, apesar de se depararem com os interesses das superpotências bipolares. A ameaça nuclear foi utilizada por ambos para negociações de diversas naturezas¹⁷, por exemplo, a URSS ao “forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956”,¹⁸ ou na mesma ocasião, quando por pressão

¹³ Idem, p. 249.

¹⁴ KONZELMANN, op. cit., p. 9 – 20.

¹⁵ FERRO, M. *Suez 56: Naissance d'un tiers-monde*. Bruxelas: Complexe, 1982.

¹⁶ HOURANI, op. cit., p. 371.

¹⁷ WALKER, M. *The Cold War and the making of the modern world*. Londres, 1993.

¹⁸ HOBBSBAWM, op. cit., p. 227.

americana houve o abortamento da guerra anglo-francesa-israelense contra o Egito,¹⁹ conforme veremos.

Apesar de se perceber diversas intenções de Estados Unidos e União Soviética na região, estes não se envolvem militarmente de modo direto, talvez por causa de seus acordos petrolíferos com Arábia Saudita e com outros países árabes. Porém, o perigo de um conflito é eminente. A União Soviética vê-se envolvida em diversas “revoluções” na Europa Oriental, sobretudo na Polônia e na Hungria, nesta, ademais, a intervenção ocorre ao mesmo tempo da invasão em Suez. A França fornece armas para Israel, como os aviões *Mystère*. Em seu apoio, além dos interesses no canal, parece considerar estar atingindo um dos incentivadores da revolução na Argélia, na época parte do império colonial francês²⁰, ou talvez lutando contra um novo Hitler, no caso Nasser, cujas intenções eram destruir Israel. Para a Inglaterra, o Canal por si só era importante, mas pode-se acrescentar o fato do país talvez temer a influência deste governante nos reinos hachemitas na Jordânia e nos Emirados Árabes. As múltiplas ameaças: política interna egípcia do nasserismo, inúmeras influências estrangeiras na região, fechamento do Golfo de Ácaba, atividades terroristas na fronteira Egito – Israel, o bloqueio e a nacionalização do Canal de Suez; preocupam e passam a ser levadas a sério pela comunidade internacional.

A GUERRA DE 1956

França, Inglaterra e Israel aproveitam-se de diversas situações para uma ofensiva contra Nasser, cabendo aos israelenses o que se pode entender como a maioria da parte terrestre da operação. Em 29 de outubro de 1956, Israel invade a Faixa de Gaza e a península do Sinai²¹, com a ajuda de aviões *Mystères* da França e de porta-aviões britânicos, que abrem caminho até o Canal, sob pretexto de eliminar as bases de guerrilheiros palestinos que atacavam as fronteiras de Israel. A Inglaterra faz planos para reativar suas atividades no Canal, sob o ensejo de estarem liberando a navegação entre Suez e Port Said. Israel domina o espaço aéreo da região do Sinai e

¹⁹ *Idem*, p. 238.

²⁰ FEHRENBACH, *op. cit.*, p. 295.

²¹ Para esclarecimentos táticos e políticos dos acontecimentos da Guerra de 1956, ver: DAYAN, M. *A Guerra do Sinai*. 2^a ed., Tradução Caio Freitas. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

navios franceses colocam-se em posição na costa mediterrânea. Pára-quadistas israelenses tomam o estratégico Passo de Mitla, no deserto do Sinai. Cessa o fornecimento de petróleo e o Egito afunda diversos navios no Canal de Suez. Muitos egípcios são feitos prisioneiros por Israel, que também ocupa a Faixa de Gaza. Após diversos desembarques da Inglaterra e França aos campos de pouso do Egito, os EUA e a URSS pedem que cessem os ataques, havendo uma verdadeira revolução diplomática por causa do conflito.

França e a Inglaterra exigem que sejam recuadas todas as tropas, tanto egípcias quanto israelenses, para uma linha de 15 Km do Canal de Suez. O Egito não aceita a resolução e diante da recusa, o comando franco-britânico desembarcou tropas em Porto Said e Porto Fuad, tornando a situação ainda mais grave. Os EUA ameaçam a Inglaterra no que dizia respeito aos aspectos econômicos que o conflito geraria e a URSS ameaça bombardear Londres e Paris, caso não houvesse um cessar fogo contra o Egito.

Percebendo a complexidade e a gravidade da situação, a Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu que somente com o término da luta armada e a retirada das tropas atacantes do solo egípcio poderia ser afastada a ameaça à paz mundial. O assunto foi levado para votação na Assembleia Geral, mas foi vetado pela França e pela Inglaterra²². Iniciam-se assim os trabalhos na 1ª Sessão Especial de Emergência, que seria resultante deste veto à decisão de cessar-fogo e retirada das tropas do território egípcio, colocando pela primeira vez em prática uma resolução constante na Carta das Nações Unidas, elaborada em 1945, intitulada “Unidos pela Paz”. Tal premissa determinava que na ocasião em que um veto bloqueasse uma decisão ameaçando a paz mundial, haveria a transferência do problema do Conselho para a Assembleia.²³ Tais reuniões decidiriam os moldes para formação de um exército das Nações Unidas que fosse “suficientemente poderoso para manter em paz as proximidades do canal, enquanto se estabeleciam entendimentos políticos.”²⁴

²² BOYD, A. *Nações Unidas: Devoção, Mito e Verdade*. Lisboa: Ulisseia, 1964. p. 54.

²³ Idem, p. 31.

²⁴ MEIGS, C. *As batalhas da paz: As grandes crises mundiais desde 1945*. Rio de Janeiro: Bloch, 1966. p. 195. Sobre a Resolução “Unidos para a Paz” e sua relevância para as operações de manutenção

A Assembléia Geral é então encarregada de apresentar as recomendações apropriadas à solução das tensões. Agindo em passo acelerado, aprovou uma decisão para um imediato cessar fogo, mas logo se percebeu que faltava apoio militar concreto para que fossem respeitadas as resoluções. Inicia-se então um trabalho para estabelecimento de uma força internacional que pudesse garantir o cessar fogo e o respeito às determinações da Assembléia Geral da ONU. No dia 5 de novembro de 1956 é proposta a criação de um comando das Nações Unidas para uma Força Internacional de Emergência, sendo aprovada imediatamente; no dia 6 de novembro do mesmo ano resolveu-se a respeito da organização, efetivo, missão e recrutamento e recursos financeiros. No dia 7 de novembro acaba a luta no Egito. A atuação da I UNEF na fronteira entre Israel e Egito teve a duração de dez anos. Do ponto de vista egípcio, foram anos que representaram uma espécie de vitória na tentativa de expulsão dos interesses estrangeiros no país e de relativa prosperidade econômica bem como de calmaria para a governabilidade de Nasser.

A GUERRA DOS SEIS DIAS

Em 1967 houve incidentes que agravaram a situação na região, no que concerne ao conflito árabe-israelense, principalmente no que se referiu às tensões entre Israel e Egito.²⁵ Segundo Massoulié, após o conflito de 1956, o Nasserismo se fortalece causando desordens em outros governos árabes, sobretudo na Jordânia do Rei Hussein e no Líbano, pois Nasser intencionava, conforme vimos, ser uma espécie de líder do Mundo Árabe. Para o citado autor, a Guerra dos Seis Dias foi resultado da Guerra Fria, pois os EUA e a França prosseguiram apoiando militarmente Israel enquanto a URSS armava os árabes.²⁶ Além disso, Nasser sente sua soberania infringida, decidindo acabar com todo e qualquer vestígio da derrota de Suez em 56.

Jordânia, Síria e Egito unem-se contra Israel, que percebendo as iminências dos ataques em três frentes, usa a estratégia de lançar-se contra o Egito, talvez por

da paz, ver também FONTOURA, P. R. C. T. da. *O Brasil e as operações de manutenção de paz das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 1999. p. 58 – 61.

²⁵ BARKER A. J. *A Guerra dos Seis Dias*. História Ilustrada do século de violência nº 13. Renes: Rio de Janeiro, 1974 e TROST, E. *David e Golias: A batalha de 1967*. Venda Nova (Portugal): Ed. Ibis, 1968.

²⁶ MASSOULIÉ, F. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1997. pp. 74 - 87.

considerá-lo mais forte, para depois combater outros dois. Antes disso, o presidente do Egito solicita ao secretário-geral da ONU, U-Thant, a retirada da Força de Emergência de alguns trechos da fronteira, contrariando várias premissas acordadas quando da constituição da força, pois o Egito teria direito de removê-la “somente depois que a Assembléia Geral considerasse que a força de paz cumprira sua missão”. Na verdade, o pedido de retirada ocorreu através de uma carta enviada pelo Chefe de Estado Maior de Nasser, o General Mohamoud Fawzi ao General Indar Jit Rikhye, Comandante indiano na I UNEF, em Gaza. O teor da carta era de que “Em consideração à total garantia de todas as tropas das Nações Unidas que instalaram Postos de Observação ao longo de nossas fronteiras, peço que ordene a retirada de todas as suas tropas imediatamente.”²⁷

Sem poder cumprir a ordem de retirada, o comandante da I UNEF consulta o Secretário-Geral. A resposta do secretário foi a de que eram necessários esclarecimentos a respeito do pedido de retirada, pois ou a força deixaria totalmente o local, ou permaneceria na região de modo integral. Sem resposta para seu pedido de esclarecimento e com a crise na região tornando-se mais complexa, U-Thant recebe outro ultimato da República Árabe Unida (RAU), coalizão formada por Egito e Síria em 1958, que afirma ter decidido opor-se à presença da I UNEF nas fronteiras.²⁸ Segundo Michael Oren, a I UNEF foi expulsa por Nasser, pois com a retirada, perderia todo sentido a criação e o deslocamento para a região. O Egito advertiu que tropas de seu país deslocavam-se para a fronteira e que “qualquer tentativa de detê-las por parte da UNEF poderia resultar em choques”.²⁹

Sem uma consulta definitiva à Assembléia Geral da ONU ou ao Conselho de Segurança, o Secretário-Geral decidiu retirar a Força de Emergência da região, não observando a Comissão Consultiva e sem haver uma deliberação final da Assembléia

²⁷ OREN, M. *Seis dias de guerra: junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio*. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004. p. 34.

²⁸ DONOVAN, R. J. *As Nações Unidas em crise*. cap. 4 In: _____. *A terceira guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. p. 77 – 96 O autor utiliza-se constantemente do termo RAU para identificar o Egito, pois apesar de a coalizão terminar em 1961 após um golpe de Estado na Síria, o Egito continuou a intitular-se RAU até 1970, quando ocorre a morte de Nasser.

²⁹ OREN, op. cit, p. 98.

para tal determinação³⁰. Ficando por fim acertada a retirada da força, os esforços consistiram em cada país recolher seus contingentes que a compunham, bem como reunir o material. Neste meio tempo irrompeu a guerra. Inúmeras críticas para a atitude fizeram-se no período, pois durante dez anos a paz teria sido preservada por ocasião da atuação da I UNEF.³¹ U-Thant se defende afirmando que “agira com a intenção de salvar as tropas da UNEF”.³² Mesmo com limitações, a força evitou confrontos diretos entre as partes em períodos tensos, impediu a infiltração de pessoas oriundas de Gaza e garantiu a navegação pelos Estreitos de Tiran, antes bloqueados.³³

Israel ataca o Egito pelo lado oeste, não mais pelo Sinai como se esperava, fator surpresa que fez com que grande parte da Força Aérea Egípcia fosse destruída, bem como seus aeroportos. Tal ataque ocorreu pela manhã, no horário do toque de despertar em que as tropas da aviação estariam no café da manhã. São atingidos nove campos de pouso através do vôo baixo dos aviões, para não serem detectados pelos radares. Os aviões fogem antes que as baterias antiaéreas egípcias pudessem ser ativadas. Somente oito Mig-21 do Egito conseguiram levantar vôo. Até as 10:30 h. da manhã todos os dezessete campos de pouso egípcios estavam destruídos, bem como trezentos dos seus aviões.

Israel ficou então com toda liberdade no espaço aéreo, podendo iniciar e revidar ataques em outras frentes sem ser atacado de maneira perigosa pelo ar. Por exemplo, concomitante aos ataques no Egito, Israel arremete-se contra a Jordânia, que de maneira semelhante tem suas bases aéreas inutilizadas em poucos minutos. Em retaliação bombardeia os subúrbios de Tel Aviv e outras regiões ao norte de Israel, culminando com ataques aos setores judaicos de Jerusalém por parte de tropas da

³⁰ PAZ, U. *Guerra Relâmpago: Antecedentes e conseqüências*. São Paulo: V. G. T. LTDA, 1967. pg. 39 - 49. Ver também o mesmo relato em OREN, op. cit., p. 209.

³¹ Dentre as críticas vemos algumas como mais significativas do Senador americano Henry M. Jackson, em Washington: “O Secretário-Geral violou todas as regras de coragem, bom senso e responsabilidade não tirando bom proveito do tempo para consultar a Assembléia-Geral, que autorizou a FENU, e o Conselho de Segurança, a considerar os processos de contenção e as alternativas para manter as forças de paz do ONU na área.”; ou ainda a crítica do Presidente Johnson, dias após o ocorrido: “Estamos desanimados com a retirada apressada da FENU de Gaza e do Sinai após dez anos de firme e efetivo serviço de preservação da paz, retirada decidida sem a ação da Assembléia-Geral e do Conselho de Segurança.” Ambos presentes em DONOVAN, op. cit., p. 89.

³² STEVENSON, W. *Israel rumo a Suez*. Rio de Janeiro: Record, 1967. p. 45.

³³ OREN, op. cit., p. 96.

Legião Árabe. Na frente Síria trata-se de um revide aos ataques de artilharia sofridos pelos assentamentos judaicos no norte, na chamada Operação Vitória executada com 265 canhões sírios.³⁴

Como saldo do conflito o Egito sofreu baixas entre dez e quinze mil mortos, a Jordânia cerca de 700 soldados e no lado sírio 450 mortos. No aspecto material, 15 % dos equipamentos egípcios se perderam, cerca de 340 aviões destruídos, 320 tanques e 480 canhões, sem contar as baixas materiais na Jordânia e na Síria, enquanto do lado israelense morreram aproximadamente 800 combatentes e as perdas foram de cerca de 36 aviões e 18 pilotos.³⁵

O Batalhão Suez estava localizado na principal via de acesso dos israelenses sobre a cidade de El Arish. Não houve como retirar as forças antes que as tropas da RAU se aproximassem da região e Israel avançasse. Propositamente, Israel não aguardou a retirada para utilizar-se então do elemento surpresa, o que fazia parte de suas estratégias. Um soldado brasileiro morreu na ocasião. O fato é complicado de ser entendido devido as informações veiculadas serem contraditórias, pois pouco se fala sobre este episódio, que parece não ter tido a devida repercussão. Porém, conforme veremos adiante, a busca pela preservação de parte da memória formulada e compartilhada pelos veteranos de Suez estará relacionada com estes episódios, sobretudo a que respeita aos participantes do último contingente, de maioria gaúcha, que vivenciaram este momento mais drástico da missão.

A FORMAÇÃO DA FORÇA DE PAZ

O significado do termo “missão de paz” parece ter evoluído com o passar dos anos, principalmente devido às mudanças ocorridas após o término da Guerra Fria e por causa do surgimento de novas naturezas dos conflitos mundiais. Durante muito tempo, as operações de paz significaram ações militares com objetivos de evitar a deflagração de conflitos em grandes proporções e com o objetivo de estabelecer-se um cessar fogo. Atualmente, alguns conceitos de operações de paz têm se tornado mais complexos, bem como as funções às quais esse tipo de operação se destina: não

³⁴ Idem, p. 278.

³⁵ Idem, p. 362 - 3.

apenas da manutenção da paz, mas também da imposição da paz, do uso de mediações diplomáticas e da tentativa da construção da paz sob diversos aspectos.³⁶ Porém, no período por nós estudado as missões parecem ter sido baseadas nos seguintes princípios: A imparcialidade da força, a anuência de ambas as partes envolvidas nos conflitos (com um convite explícito de países onde a força de paz deveria estabelecer-se), segurança, negociação, previsibilidade, perseverança, controle e o do uso de armas somente em defesa própria.³⁷

Após a decisão de estabelecimento da I FENU, o comando da Força foi designado ao General canadense E. L. M. Burns, que já estava na região do Oriente Médio a serviço da ONU. O Brasil aceitou a indicação para estar entre os dez países convidados a contribuir com contingentes militares para a manutenção da paz. As primeiras unidades da I UNEF chegaram ao Egito em 15 de novembro de 1956. Uma semana depois os franceses deixaram Porto Said, mas a retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza e do Golfo de Ácaba ocorreu gradativamente. Foram necessários outros debates e reuniões na ONU para que se resolvesse em 2 de fevereiro de 1957 pedir para que Israel retirasse completamente suas tropas, o que só ocorreu em março, quando foram sendo substituídas por tropas da I UNEF. Após ter sido formalizado o convite pela ONU para participação do Brasil na força, o governo brasileiro tomou as providências cabíveis para tornar viável e aceitação e o envio de seus militares.

As fontes oficiais vão encarar como motivo do Brasil ter sido escolhido para composição da I UNEF, o fato de haver um histórico de sucessos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, pois tal envolvimento fez com que o país conquistasse certo “prestígio internacional”, tendo em vista que em várias outras oportunidades o Brasil foi convocado por organismos internacionais para colaboração armada para forças internacionais. Outro motivo plausível apresentado refere-se a

³⁶ BRASIL. *O Exército na História do Brasil*. Biblioteca do Exército ed. Salvador, BA: Odebrecht, 1998. (CD-ROM).

³⁷ GOULART, M. R. O Batalhão de Força de Paz em Operações. In: **A Defesa Nacional**. Ano 85, n^o 783, 1^o. Quadrimestre de 1999. p. 102 e segs.

neutralidade do país nas questões internacionais em jogo na ocasião³⁸, apesar de que a questão petrolífera envolvia inúmeros países, dentre eles o Brasil. Porém, entendemos que o convite e a aceitação estarão relacionados aos projetos do presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, no campo das relações internacionais, conforme veremos adiante.

Sidney Bailey relatando sobre aspectos administrativos e de liderança da ONU, menciona nações menores, dentre elas o Brasil, como países que fornecem à ONU “um foco de liderança em alguns dos problemas mais difíceis (...) e de quando em quando vital” para a instituição.³⁹ Uma das determinações do Secretário Geral da ONU, na época Dag Hammarskjöld, era a de que a UNEF deveria ser “constituída exclusivamente por forças de estados pequenos”⁴⁰, provavelmente tendo em vista os vários interesses das grandes potências. Na Força de Paz formada na Coreia em 1950, por exemplo, houve utilização de tropas americanas. Porém, a decisão de Hammarskjöld, então Secretário Geral, parece estar relacionada aos múltiplos interesses presentes no conflito em questão. A sugestão de usar tropas de países considerados menores era no mínimo necessária, senão essencial para a natureza neutra das forças que se queriam formar.

Em 17 de novembro de 1956 foi sancionada a lei nº 2953, fixando que a “remessa de Força Armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil” só seria efetivada nos termos da Constituição e após a autorização do Congresso. Pelo Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro, foi o Presidente da República autorizado a enviar um contingente de valor de batalhão para integrar a I UNEF, instituída com o objetivo de auxiliar na manutenção da paz e da segurança na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e Egito. Enquanto isso, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, determinava que o comandante da 1ª Divisão de Infantaria ativasse o 2º. Regimento de Infantaria (2º R. I.) e o

³⁸ SANTOS, N. B. dos (org.) O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) – sionismo. In: _____. *Brasil & Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: UnB, 2000. p. 19 – 70.

³⁹ BOYD, op. cit., p. 90.

⁴⁰ Idem, p. 38.

apresentasse para embarque rumo a Suez.⁴¹ Somente após o desembarque das tropas brasileiras no Egito é que passou-se a designá-la Batalhão Suez, apelido concedido pela imprensa e que também será incorporado por vários elementos presentes na memória histórica da atuação. Enquadravam-se três companhias de fuzileiros, uma unidade de comandos e serviços e um destacamento de Polícia de Exército. Houve o treinamento do pessoal em um programa de nivelamento de instrução, no aquartelamento do 2º R. I. e no Campo de Instrução de Gericinó. Com o passar do tempo, outras convocações e instruções foram sendo realizadas em outras sedes de comandos como São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e Curitiba. O investimento brasileiro foi grande, pois o Batalhão foi dotado de material completo com equipamento motorizado e viaturas fabricadas no Brasil.

Primeiramente foi deslocado, por via aérea, um grupo precursor de cinqüenta homens para a região. No dia 11 de janeiro de 1957, depois das visitas do Ministro da Guerra e do Presidente da República, o navio Custódio de Mello, conduzindo o comando, oficiais e praças, zarpou do porto do Rio de Janeiro com destino ao Egito. Chegou à cidade de Porto Said no dia 2 de fevereiro, sendo incorporado à I UNEF. O batalhão desembarcou no dia 8 de fevereiro e deslocou-se em viaturas para a cidade de El Ballah, às margens do Canal de Suez, ficando a disposição para prosseguir para a Faixa de Gaza. Na medida em que as tropas israelenses foram sendo retiradas, as tropas da I UNEF foram ocupando as posições. O Batalhão Suez assumiu postos em El Arish e em Rafah, onde ficava localizado seu posto de comando.

Este primeiro contingente enviado foi formado de soldados já incorporados e que prestavam serviço normalmente, passados os seis primeiros meses foi feito um rodízio e adotou-se um sistema de convocações de reservistas por um ano. Regra geral utilizada para a missão, somente se substituía semestralmente metade do efetivo, de maneira que cada turma permanecia um ano na área. No início, muitos foram conduzidos ao Oriente Médio em navios de transporte da Marinha, viagem que demorava pouco mais de um mês, passando posteriormente o transporte a ser feito pela Força Aérea Brasileira (FAB).

⁴¹ BRASIL. *O Exército na História do Brasil*. , op. cit. (CD ROM)

O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES

As missões que a Assembléia Geral da ONU atribuiu à I UNEF foram as de garantir e supervisionar a cessação das hostilidades entre Israel e Egito, garantindo ainda a abertura do Canal de Suez. Pode-se, portanto, considerar que a força deveria assegurar o cumprimento das resoluções da ONU, supervisionar e garantir a retirada das tropas que operavam em solo egípcio e interpor-se entre os beligerantes, na linha fronteiriça, impedindo o confronto armado na região. A missão da I UNEF na Faixa de Gaza era vigiar a Linha de Demarcação de Armistício (LDA), estabelecida desde 1948 por ocasião da cessação das hostilidades da Guerra da Independência, e registrar as violações, caso ocorressem, por parte de sujeitos provenientes de ambos os lados da fronteira. Para execução das missões de forma satisfatória, após a retirada de ingleses, franceses e israelenses do território egípcio, a I UNEF mobilizou suas tropas ao longo da fronteira entre os dois países, exclusivamente do lado egípcio, pois Israel não permitiu a entrada da Força de Emergência das Nações Unidas em seu território, limitando-os às linhas fronteiriças. Entretanto, a força não estava preparada para impedir violações caso ocorressem em uma dimensão maior, dada a exigüidade de seu efetivo e armamento.

O batalhão brasileiro ficou incumbido de vigiar um setor da Linha de Armistício que se estendia por cinquenta quilômetros, sendo que havia na linha um fosso com cerca de um metro de largura por sessenta centímetros de profundidade. Ao longo desta linha instalaram-se postos de observação guarnecidos geralmente por dois homens. O Batalhão Suez mantinha duas subunidades ao longo da fronteira e outra permanecia acampada na área do posto de comando, empenhando-se em atividades de vigilância e segurança. No início da missão o batalhão manteve pelotões destacados em El Kuntilla e Sharm El Sheik, no Sinai e em Porto Fuad, próximo a Porto Said, pois eram as regiões onde se apresentaram as maiores batalhas entre Israel e Egito. Vemos que as metas para tomada do Sinai abrangiam a conquista das regiões acima citadas sendo estes os locais em que havia fortificações ou acampamentos egípcios durante a campanha de 1956.⁴² A Companhia de Comando e Serviço da I FENU mantinha-se

⁴² Ver em DAYAN, op. cit., p. 116.

junto ao Posto de Comando. À noite os Postos de Observação eram desocupados, executando-se o patrulhamento a pé entre eles.

Apesar de as fontes oficiais do Exército Brasileiro mostrarem que “não houve incidentes graves no setor brasileiro, que trouxessem alguma consequência maior”, e declararem “ter havido pleno entendimento e cooperação dos brasileiros com os contingentes árabes e com os contingentes de outros países”, a memória dos veteranos atestará algumas dificuldades. Ao relatarem aquelas fontes, por exemplo, “que quanto às diferenças climáticas e geográficas (trata-se de uma região desértica), os brasileiros parecem ter suportado bem”⁴³, alguns elementos presentes na memória coletiva vão mencionar sérias dificuldades enfrentadas por ocasião das diferenças climáticas, das tensões na região, do afastamento do convívio cotidiano e dos choques culturais vividos pelos soldados.

Percebemos que a ênfase dada por estas fontes é referente à atuação dos comandantes, pois em duas oportunidades houve generais brasileiros no comando da I Força de Emergência das Nações Unidas: em 1964 o General Carlos Flores de Paiva Chaves e em 1965 o General Sizeno Sarmiento, ex-participante da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, de modo que uma atuação “vista de baixo”⁴⁴ Entendemos o chamado Batalhão Suez - mesmo sendo participante de uma missão de paz, e não de uma missão de guerra - como merecedor de um estudo que utilizará argumentos provenientes de tal domínio historiográfico. A chamada “história vista de baixo”, parece não estar presente nos relatos oficiais. Além destes, outros oficiais brasileiros participaram também na formação do Estado-Maior da I FENU.

⁴³ Ver BRASIL. *O Exército na História do Brasil*. op. cit.

⁴⁴ Este termo foi cunhado pelo historiador militar John Keegan, geralmente utilizado para designar uma versão não oficial de determinada campanha ou episódio militar. Outras sugestões do mesmo autor utilizadas neste trabalho referem-se à percepção da História Militar não apenas como sendo o estudo “das ações de comandantes ou generais nos combates, do desenvolvimento e desfecho das batalhas, de armas e sistemas utilizados nas guerras”; mas também entende como sendo “o estudo das instituições, regimentos, estados-maiores e seus assessores”. KEEGAN, J. *O rosto da batalha*. Tradução: José Vieira de Lima. Lisboa: Fragmentos Ltda, 1991. _____. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

1 CONJUNTURA NACIONAL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DA I FENU

Cabe apresentar, de maneira breve, um quadro geral relativo às relações econômicas e diplomáticas do Brasil no período de envio das tropas de paz para a região do Oriente Médio, principalmente enfatizando a política externa brasileira durante o envolvimento do país na Missão Suez. No período supracitado o Brasil passa pelos governos dos presidentes eleitos Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), João Goulart (1961 – 1964), e a partir de 1964 pelos governos militares do general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1966) e do general Artur da Costa e Silva (1966 – 1969). A missão termina em 1967 por ocasião do desencadeamento da continuação do conflito entre Israel e Egito.

Entendemos como relevante tal análise seguir a sugestão de Pedro Malan, quando afirma que “os elementos de continuidade e de ruptura na política externa brasileira não são inteligíveis senão a partir de uma compreensão destas transformações” - das relações econômicas internacionais – “e de sua relação com um sistema mundial”⁴⁵ Fato é que, o início das atuações do Brasil na ONU, principalmente em forças de paz, “foram formas de incrementar a influência do Brasil naquele organismo.”⁴⁶

No contexto internacional vemos que se trata de um período de acirramento das tensões referentes à situação de bipolarização ocasionada pela Guerra Fria, disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e União Soviética, refletida em inúmeros conflitos regionais, inclusive na região do Oriente Médio, em que “os acontecimentos (...) notadamente as relações entre Israel e os países árabes, serão fortemente permeadas pelas disputas entre soviéticos e norte-americanos na região”.⁴⁷ Na política

⁴⁵ MALAN, P. S. Relações econômicas Internacionais do Brasil (1945 – 1964). In: FAUSTO, B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, tomo III: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 105.

⁴⁶ MARETTI, W. A. O exército e a política externa brasileira no Brasil contemporâneo. In: *Revista do Exército Brasileiro*. Vol 133, 2º. trimestre de 1996. p. 15.

⁴⁷ SANTOS, N. B. dos. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (orgs.) *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 264.

externa brasileira nesta fase, percebemos que as atitudes brasileiras vão de um alinhamento do Brasil com os Estados Unidos a uma política externa “independente”. Nas relações diplomáticas, percebemos através da análise conjunta de alguns trabalhos, um padrão no voto brasileiro na ONU que busca “manter e ampliar boas relações com o mundo árabe e com Israel”⁴⁸ no que respeita às questões do Oriente Médio.

A seqüência dos governos acima mencionados vai apresentar diferenças e conjunturas internacionais distintas que merecem ser apreciadas. No que diz respeito à política interna, o governo de Juscelino Kubitschek é apresentado indiscutivelmente como fortemente caracterizado pela ideologia do “nacionalismo desenvolvimentista”⁴⁹, e para dar cabo aos seus anseios e projetos buscou capitais e recursos numa ambiciosa política internacional. Ficou conhecido como “o governante brasileiro de maior prestígio internacional” ou como o “chefe do Executivo que abriu as portas ao capital estrangeiro”.⁵⁰ Como política interna, ficou famoso também seu Plano de Metas que visava reformas nos setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação e pela máxima de que faria o país prosperar “50 anos em 5”. Na política exterior enfrentou as dificuldades inerentes ao difícil período da supracitada “Guerra Fria”, mas apesar de parecer claro desde o início de seu governo um alinhamento automático aos EUA,⁵¹ vê-se um equilíbrio contraditório entre esta abertura ao capital estrangeiro, sobretudo europeu e do Japão, e o discurso nacionalista-desenvolvimentista do qual fazia uso.⁵²

Não se poderia deixar de mencionar a conjuntura histórica internacional na qual JK se elege e governa, pois se forma um complicado quadro no campo das relações internacionais. A década de 50 vai assistir ao acirramento de uma guerra ideológica, concomitante a um aumento do poder bélico e, sobretudo nuclear, em ambas as

⁴⁸ Idem, p. 267. Ver também SANTOS, *Brasil & Israel...* op. cit.

⁴⁹ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1975. p. 207.

⁵⁰ MARANHÃO, R. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense: 1981. p. 14.

⁵¹ MOURA, G. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, A. M. de C. (org.) FARO, C. de. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p. 23.

⁵² MARANHÃO, op. cit., p. 56

potências mundiais bipolares.⁵³ Gerson Moura percebe o início de uma mudança de posição de algumas nações no que respeitava o alinhamento a uma ou outra potência, que passaram, segundo ele, a reivindicarem “uma terceira posição, que negava os pressupostos do conflito”. Prova disso estava em algumas ocasiões marcantes da década de 50, como a crise de Suez e as insurreições húngara e polonesa. Em Suez, americanos e soviéticos condenam as ações de Inglaterra, França e Israel obrigando, juntamente com a ONU, um imediato cessar-fogo. Esta posição, segundo o autor, “comprometia a solidez do bloco liderado pelos EUA.”⁵⁴ No bloco soviético, com as agitações na Polônia e na Hungria em busca de autonomia frente ao centralização exercida por Moscou, percebeu-se também que não se tratava de algo tão coeso. O que se evidenciou foi que “a bipolaridade era um discurso da dominação interna dos dois blocos, mas não a regra básica do jogo político internacional”.⁵⁵

Também coincidente com o governo JK deu-se o impulso para início dos processos de descolonização da Ásia e África. Isso contribuiu substancialmente para a negação da bipolaridade mundial e para o início de um novo “Movimento dos Países Não Alinhados”. Iniciado na Conferência de Bandung em 1955, quando reúnem-se líderes de vinte e nove Estados da Ásia e da África com objetivo de promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática, tendo em vista o combate aos interesses do chamado colonialismo imperialista de EUA e URSS.

O movimento cresce e toma forma oficial na Conferência de Belgrado, em 1961. Na Indonésia, esta caminhada rumo a uma independência política surge sob a liderança da Índia (Nehru), Iugoslávia (Tito) e Egito (Nasser). O movimento buscava enfatizar seus próprios problemas econômicos e políticos e viria mostrar substancialmente que “a era da dominação de grandes potências na ONU”, e por conseqüência, dos seus interesses particulares, “tinha efetivamente terminado.”⁵⁶ O alinhamento às grandes potências deixava de ser uma regra da política internacional. Os anos 60 serão marcados pelo fim da reconstrução pós-guerra e pela saturação de

⁵³ ARBEX JUNIOR, J. *Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.

⁵⁴ MOURA, op. cit., p. 24 - 5.

⁵⁵ Idem, p. 26.

⁵⁶ WORSLEY, P. *The Third World*. p. 254-5. Sobre a tese da mudança nas configurações internacionais no período, ver também FERRO, op. cit.

mercados internos na Europa e no Japão, havendo a necessidade de criação de mercados de exportação para os excedentes.⁵⁷

Analisada como uma iniciativa político-diplomática relevante para entendimento do período está a Operação Pan-Americana - OPA (1958), que visava a captação de recursos para projetos desenvolvimentistas, além de garantir para o Brasil uma boa posição entre os países latino-americanos e, principalmente, perante os EUA.⁵⁸ Apesar de vista como desastrosa pela maioria dos analistas do período, percebe-se na tentativa a audácia e a ambição que caracterizaram o governo JK e que resultaram em inúmeras decisões importantes no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, dentre elas a pronta aceitação do convite para participação da I UNEF, já em 1956.⁵⁹ As atitudes deste governo no que diz respeito à política internacional, no início de sua gestão, são vistas por Pedro Malan como modestas. O autor, porém, analisa a ênfase dada a uma política pan-americana: “o ano de 1956 na área de política internacional foi marcado apenas pela decisão do governo, em novembro, atendendo solicitação das Nações Unidas, de enviar um contingente de cerca de 500 homens para integrar, a partir de janeiro de 1957, as forças da ONU na faixa de Gaza, entre Egito e Israel.”⁶⁰

Isso parece fazer parte de um projeto que objetivava “atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano.”⁶¹ O próprio presidente declararia logo depois de eleito que desejava “atrair a atenção do mundo inteiro sobre o Brasil”⁶². Tais iniciativas podem ser comparadas às atitudes do governo de Getúlio Vargas no período da Segunda Guerra Mundial, quando “insistiu no envio de uma força expedicionária, pois (...) queria

⁵⁷ HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 135.

⁵⁸ MARANHÃO, op. cit., p. 95 – 6.; MOURA, op. cit., p. 31-5., MALAN, op. cit., p. 77-9.

⁵⁹ GARCIA, E. V. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Brasília: Alfa-Ômega, FUNAG, 1999. p. 132.

⁶⁰ MALAN, op. cit., p. 85.

⁶¹ VIZENTINI, P. G. F. Política exterior e desenvolvimento (1951 – 1964): nacionalismo e política externa independente. In: *Revista Brasileira de História*. Vol.14, nº 27. São Paulo: ANPUH – Marco Zero, 1994. p. 102.

⁶² MALAN, op. cit., p. 79

melhorar sua posição internacional na mesa de negociações do pós-guerra”⁶³, ou ainda às atitudes do atual governo brasileiro exercido por Luis Inácio Lula da Silva, ao buscar através da atuação na Força de Paz do Haiti certo prestígio internacional e, sobretudo perante a ONU, para uma candidatura como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em discussões que tratavam da apresentação da OPA, consta uma conferência realizada no ano de 1958 para mais de 300 oficiais superiores das Forças Armadas em discurso no qual especial atenção é concedida à crise internacional, com clara ênfase ao Oriente Médio.⁶⁴ Paradoxalmente, o envio das tropas para a ONU representaria um gasto para o país e as dificuldades financeiras parecem refletir na manutenção do Brasil na força internacional. Tal fato pode ser evidenciado pelo fato de que em menos de dois anos após o envio das tropas brasileiras, em 1958, houve por parte do Ministro da Guerra brasileiro a intenção de fazer regressar o contingente brasileiro, “alegando os elevados custos de sua manutenção”.⁶⁵ Tal atitude não foi levada a cabo graças às solicitações diretas ao governo brasileiro, do secretário-geral da ONU, na época Dag Hammarskjöld.

A ameaça de retirada das tropas brasileiras parece um tanto controversa e especulativa, pois consta ter ocorrido uma espécie de tentativa de barganha para manutenção da força: “em troca da decisão de não retirar suas tropas, o Brasil poderia ver atendidas e suavizadas as condições dos empréstimos que o governo havia contraído no Eximbank”.⁶⁶ A tentativa não chegou a se concretizar, mas a partir de finais de 1959 a ONU comunica estar disposta a arcar com os custos da manutenção do Batalhão Suez caso permanecesse no Egito. Os programas desenvolvimentistas de JK ao longo de seu mandato tornam necessário em finais de 1958 a elaboração do Programa de Estabilização Monetária. Após tentativas de conciliar o programa com os

⁶³ FERRAZ, F. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 43.

⁶⁴ *Idem*, p. 88.

⁶⁵ SANTOS, *op. cit.*, 2002. p. 273.

⁶⁶ *Idem*. p. 274.

interesses do Fundo Monetário Internacional através de longas negociações, ocorre o rompimento com o órgão internacional.⁶⁷

Em análises sobre a ONU, alguns autores apontarão tratar-se de um período altamente suscetível a problemas financeiros na instituição, devido à falta de pagamento de um grande número de estados membros e da necessidade de contribuições especiais para a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) e para a I UNEF.⁶⁸ A força de emergência havia sido criada em uma semana, porém, não havia orçamento na época, para forças expedicionárias e várias contribuições foram cortadas, como por exemplo, a da França,⁶⁹ por não concordar com a decisão da Assembléia Geral. Na época, o batalhão brasileiro é visto como um "valiosíssimo componente", de "grande relevância" para o sucesso da força, havendo um pedido direto do Secretário Geral para que a posição fosse reconsiderada.⁷⁰

No caso brasileiro, além de oneroso para os cofres públicos, parte do equipamento utilizado pela ONU foi enviado pelo Brasil. Esta seria outra discussão a ser explorada de modo mais consistente, pois vemos que fazendo parte do Programa de Metas, a indústria automobilística, por seu simbolismo, "pode ser considerada como uma das mais representativas dos anos JK", devendo-se destacar sua importância como "símbolo marcante do processo de industrialização"⁷¹ pelo qual o país passava. Ao explorar as práticas simbólicas das tentativas de fazer dos produtos brasileiros objetos de orgulho nacional, uma notícia do jornal *Diário de Notícias* de 25 de janeiro de 1957, deixava isso evidente ao esclarecer sobre o uso do caminhão FNM: "Agora foi o Exército Nacional que lançou mão do prestimoso veículo, incluindo vários deles entre o equipamento que seguiu (...), juntamente com os soldados brasileiros que vão integrar a Força de Emergência das Nações Unidas na zona do Canal de Suez."⁷² Tais elementos, conforme veremos no decorrer do trabalho, se tornarão parte da memória

⁶⁷ MALAN, op. cit., p. 90 – 3.

⁶⁸ BOYD, op. cit., p. 18.

⁶⁹ FEHRENBACH, op. cit., p. 302 – 3.

⁷⁰ SANTOS, op. cit., 2002. p. 274.

⁷¹ FARO, C.de.; SILVA, S. Q. da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, op. cit., p. 61-2.

⁷² Citação presente em RAMALHO, J. R.. O Estado produtor e a Fábrica Nacional de Motores. In: *De JK a FHC: reinvenção dos carros*. p. 159 – 180. São Paulo: Scritta, 1997. Sobre isto, ver também VALLE, R. *A experiência da FNM*. Rio de Janeiro: GPCT/Coppe – UFRJ, 1983.

dos pracinhas de Suez, sendo freqüentemente mencionados como parte do orgulho nacional no exterior.



Ilustração 1

Relativo ao assunto acima, vê-se a questão das relações estabelecidas entre o governo JK e as Forças Armadas brasileiras, sobretudo com o Exército. Segundo Maria Victória Benevides, “é possível apontar tendências estruturais” no que dizia respeito ao que a autora chama de um “crescimento da participação substantiva (...) dos militares na política”.⁷³ A menção acima parece evidenciar alguns investimentos no rearmamento e na modernização do Exército no período atendendo reivindicações militares, concedendo aumentos salariais, promoções, treinamento de pessoal, etc.. Consta que a “política orçamentária do governo previa uma alta porcentagem de recursos aplicados

⁷³ BENEVIDES, M. V. De M. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, A. M. de C. (org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 13

ao setor militar: no período 56/60 o nível de despesas militares atinge 23 % da despesa federal total...”⁷⁴

Além disso, fica evidente uma participação direta e efetiva de militares no poder e do papel fundamental exercido pelo então Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott. Segundo Ricardo Maranhão, “Kubitschek cortejou intensamente as Forças Armadas em seu governo”.⁷⁵ Não apenas com a citada modernização do equipamento militar, relacionada por certo com o apoio desta classe à política econômica desenvolvimentista, mas talvez mais intensa e estrategicamente com a participação de militares em vários postos chave de órgãos de governo, vendo nesta aliança com os comandos militares de seu governo um fator importante de estabilidade política.⁷⁶

Após o governo JK assume Jânio Quadros. Nos sete meses que duraram seu governo, Jânio busca manter boa relação com os militares, conforme observada por Benevides: “um dos principais motivos para a hostilidade de setores do Congresso a Jânio foi o espaço privilegiado concedido às Forças Armadas.”⁷⁷ No que respeitou à política externa do país, percebemos que Jânio é apontado como inaugurador da chamada política externa independente, “alinhando-se às posições assumidas pelo grupo dos países do Terceiro Mundo”.⁷⁸

Jânio estabelece vínculos diplomáticos com países socialistas, dentre eles restabelecendo relações cordiais com Cuba e buscando alianças diversas com países latino-americanos. Os maiores efeitos da Política Externa Independente, segundo Pedro Malan, foram a integração de três elementos: retomada nos anos 60 do ideário da Operação Pan-Americana, surgimento de um estilo diplomático adequado ao

⁷⁴ BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e a estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 171. Os dados, segundo a autora foram extraídos dos trabalhos de LEFF, Nathaniel. *Economic policy-making and development in Brazil, 1947-1964*. Nova York: John Wiley & Sons, 1968, e do trabalho de PASSOS, Alair; FARIA, Vilmar. Indecisão social e instabilidade política: alguns dados para a América Latina. In: *Dados*, n° 2/3, 1967, p. 150.

⁷⁵ MARANHÃO, op. cit., p. 70. O mesmo termo é usado por Thomas Skidmore ao afirmar que “Através de sua presidência, Kubitschek cortejou os militares com uma variedade de ardis, - sempre atento aos seus pedidos de pagamento de aumento e de modernos equipamentos”. SKIDMORE, op. cit., p. 212.

⁷⁶ BENEVIDES, op. cit., 1979. p. 147.

⁷⁷ BENEVIDES, M. V. de M. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 36.

⁷⁸ ODÁLIA, N. O Brasil nas Relações Internacionais: 1945 - 1964. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. 18° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 363.

nacionalismo⁷⁹ e por fim, na ótica que compartilha Vizontini, a exploração da possibilidade de afirmar a autonomia diplomática brasileira face à hegemonia dos EUA na América Latina.⁸⁰ Os problemas econômicos internos do país multiplicavam-se, gerando uma crise política e institucional: “Em 1963, os índices de crescimento caíram para 0,2 %, a inflação saltou de 42,2 %, em 1962, para 88,4 %, os investimentos reduziram-se, o desemprego aumentou e o consumo interno restringiu-se.”⁸¹ A partir do ano de 1964, a inflexão da política externa nos quadros de um alinhamento automático dos EUA se torna visível, sendo até mesmo antes usado pela oposição que se utilizará das “controvérsias políticas” e, em certa medida, “estará buscando o retorno do Brasil à órbita do sistema regional interamericano e à liderança dos EUA, como de fato ocorreria – ainda que temporariamente – após março de 1964.”⁸²

Apesar dos limites desta pesquisa não permitirem um aprofundamento sobre o assunto, fica claro e evidente o alinhamento automático do governo brasileiro aos EUA, principalmente ao que se refere à política externa do país em que o regime militar concederá pleno apoio à intervenção militar instituída pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em São Domingos. O Brasil fez parte da Força Interamericana de Paz (FIP), entre os anos de 1965 e 1966, no que ficou conhecido como FAIBRAS. A missão teve duração de 16 meses. Participaram da operação mais de 3.000 militares brasileiros, que integraram um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Fuzileiros Navais e tripulações das aeronaves da Força Aérea. A FIP teve dois comandantes brasileiros. Houve em São Domingos utilização de apoio das três armas das Forças Armadas.⁸³

A sucessão de governos militares altera significativamente a política externa do país, mas caberia aqui ressaltar quais mudanças teriam ocorrido no tratamento destinado às classes militares, sobretudo que tipo de atenção passou a ser dispensada

⁷⁹ MALAN, op. cit., p. 95 – 6.

⁸⁰ VIZENTINI, op. cit., p.99.

⁸¹ POMAR, W. Um olhar sobre a História econômica da Ditadura. In: *Cult: Revista Brasileira de Cultura*. Dossiê 1964 o Golpe da História. n. 78, ano VI, Rio de Janeiro: Editora 17, mar 2004. p. 46 – 49.

⁸² MALAN, op. cit., p. 97.

⁸³ Informações retiradas de FONTOURA, op. cit., p. 204. Ver também o site BRASIL. Ministério da Defesa. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/Publicacoes/IndOBrasil03.html> Acesso em 2 jun. 2005; além de _____. O Exército na História do Brasil... op. cit.

no que diz respeito à atuação internacional do Batalhão Suez. Sabe-se que haverá significativos investimentos na área militar, pois os novos dirigentes, conforme salienta Caio Navarro de Toledo, “impuseram ao país uma nova ordem político-institucional com características crescentemente militarizadas.”⁸⁴

Nossa intenção seria analisar dois aspectos principais neste período. Um deles seria referente às relações internacionais do país e por outro lado, uma análise do caráter interno, tratando das relações institucionais dos governos com o Exército Brasileiro, e de que forma isso afetará aquilo chamamos instituições herdeiras do Exército, enquanto práticas hierárquicas e comemorativas, no caso as associações de veteranos. As relações internacionais do Brasil pós-64 não deixariam de refletir o fato de que se trata de um momento em que ao contrário da idéia de uma descontinuidade, parece ter havido uma “ampliação das possibilidades do desenvolvimento associado que Kubitschek havia explorado na segunda metade dos anos 50, agora, sem as pressões do nacional-populismo”⁸⁵ com maior autonomia e liberdade.

O Brasil passa a assumir uma posição ideológica específica diante da situação de conflito bipolar internacional. Determinada documentação do período aponta para uma exaltação da importância do Brasil na Guerra Fria como um “aliado privilegiado” do Ocidente, com destaque para elementos como a “posição geográfica estratégica do país”, os “recursos naturais” que possui, além dos “recursos demográficos disponíveis para operações fora do país”.⁸⁶ Além disso, há uma clara menção a respeito dos interesses brasileiros presentes no apoio ao *gigante do norte*, que podem ser interpretados como uma clara alusão às tentativas de barganha para defesa de certos interesses brasileiros, já presentes em outras fases de nossa História.⁸⁷

No âmbito interno vemos que 1964 representa primeiramente um momento de definição para as Forças Armadas, pois inúmeros oficiais são expurgados do Exército, sobretudo os conhecidos como legalistas, que defendiam uma solução democrática e constitucional imediata. A estratégia utilizada era “eliminar todo o pessoal que estivera

⁸⁴ TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 14^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 120.

⁸⁵ MALAN, op. cit., p. 106.

⁸⁶ Citação do trabalho do General Golbery do Couto e Silva, intitulado *Geopolítica do Brasil em: ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil*.(1964 – 1984). Petrópolis: Vozes, 1984. p. 46-7.

⁸⁷ VIZENTINI, op. cit., p.100.

estritamente associado ao governo anterior e estabelecer a predominância de ESG e da extrema direita”. Além disso, “foi necessário eliminar militares democratas e nacionalistas.”⁸⁸ Outro importante dado para ser analisado é o fato de os maiores casos de expurgos tenham ocorrido no Exército, o setor das Forças Armadas que provavelmente teria maior possibilidade de sublevar-se para enfrentar a nova ordem estabelecida. Por outro lado, sabe-se que se trata de um período em que investimentos serão aplicados seja para modernização do Exército, seja para aumentos salariais e valorização da classe em vários outros aspectos.

Pode-se sugerir para o possível uso da Missão Suez como elemento propagandístico das Forças Armadas do país. Algumas publicações oficiais do período começam a usar imagens relativas a soldados participantes desta e de outras missões de paz, mencionando-as no sentido de exaltar os atos heróicos do Exército em missões como a campanha da FEB na Itália e as participações do país junto das Nações Unidas. Fenômeno semelhante passa a ser observado atualmente na exploração da imagem do soldado brasileiro participante da Força de Paz da ONU no Haiti, em operação desde 2004.

⁸⁸ ALVES, op. cit., p. 64.

2 VETERANOS DO ‘BATALHÃO SUEZ’: A QUESTÃO DA MEMÓRIA

Este capítulo pretende articular os conceitos sobre memória que estarão presentes em nossa pesquisa sobre a experiência histórica dos membros da Associação dos ex-Integrantes de Forças de Paz da ONU – os Boínas Azuis, sobretudo levando em conta os autores analisados. A associação foi fundada por ex-integrantes da I UNEF, no Oriente Médio, enviadas pelo Brasil por ocasião dos trâmites bélicos entre Egito, de um lado, e Israel, Grã-Bretanha e França, de outro, no ano de 1956. Conforme vimos, após o convite da ONU, houve a determinação do governo brasileiro de envio de uma força de efetivo de batalhão, sendo acionado o III/2º Regimento de Infantaria (III/2º R.I.) para execução da missão. As tropas brasileiras ficaram conhecidas como “Batalhão Suez”, codinome concedido pela imprensa na época e que até hoje identifica a missão. Foram vinte contingentes ao longo de pouco mais de dez anos, até meados de 1967, quando se encerra a missão com a deflagração da Guerra dos Seis Dias. Após o retorno, uma vez que o contingente empregava militares de começo de carreira e recém recrutados, os soldados e cabos são desligados do exército e apenas os profissionais prosseguem a carreira militar.

Imprescindível se torna estabelecermos os referenciais concernentes à questão da memória que basearam nosso trabalho. Para Le Goff, a memória atua nas sociedades relacionada a uma função social e é, portanto, histórica, com processos específicos que buscamos esmiuçar neste capítulo.

2.1 ASSOCIAÇÕES DE VETERANOS

Somente em finais da década de 1970, iniciam-se as primeiras tentativas destes indivíduos de organizarem-se em associações. Percebemos, algumas formas de atuação presentes nas associações estudadas. Uma delas de caráter contestador e reivindicatório, visando a conquista de direitos e benefícios aos ex-combatentes. Por outro lado, vê-se o desejo de confraternização, presente em vários outros grupos sociais, cujo objetivo está relacionado a um terceiro motivo para os encontros, em que

se percebe a tentativa multifacetada de manter viva entre a sociedade a chama da memória comum da qual compartilham.⁸⁹ Entendemos, porém, que ambas se articulam e se complementam, servindo umas às outras de modo recíproco e complementar.

Segundo o historiador Henry Rousso, a memória “constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.⁹⁰ Um elemento que pretendemos analisar é justamente o esforço empregado pela associação de veteranos de Suez para estabelecimento de uma função no presente, em relação a um passado comum entre seus membros. Buscaremos uma intervenção através da análise deste esforço, pois entendemos ter havido a produção de uma memória particular ao longo dos anos, de uma identidade comum aos participantes e até mesmo a formação de um discurso “oficializado” e relativa e aparentemente coeso. Essa identidade comum parece buscar, segundo Antonio Simão Neto, “fatores comuns, elementos repetidos, que orientam a constituição das identidades, que se prestam em primeiro lugar a mascarar as diferenças e a ocultar os conflitos, em nome de algo comum, transcendente, a-histórico”.⁹¹

A chamada seleção documental para nossa pesquisa perpassa pela concepção de Jacques Le Goff sobre o documento/monumento, no que diz respeito à escolha de outras formas de documentos para serem entendidos como fontes de análise. Apreendemos que por haverem múltiplas formas de manifestação por parte do grupo social analisado, pode-se fazer uma ligação destes “documentos monumentalizados” a uma tentativa de perpetuação na História, enquanto legado que representam à uma memória coletiva intencionalmente formada.⁹² Através da diferenciação apresentada por Le Goff entre monumentos e documentos, vemos que os primeiros estariam ligado

⁸⁹ Ao analisar a questão tendo como objeto de estudo os ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, Francisco César Alves Ferraz realiza sua pesquisa abrangendo inúmeros aspectos, como a luta pelo reconhecimento, pelos direitos e, sobretudo a questão da organização e da reintegração social dos pracinhas: FERRAZ, F. C. A. *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da F.E.B. (1945-2000)*. Tese de Doutorado. História Social. Universidade de São Paulo, 2002. Ver também do mesmo autor: _____. *A guerra em tempo de paz*. In: *Nossa História*. Ano 2, n. 15, jan. 2005. p. 31 – 35.

⁹⁰ ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 95.

⁹¹ SIMÃO NETO, A. Nova História, Novo Museu? In: *História: Questões e Debates*. Ano 9, n. 17. Curitiba, Dez. 1988. p. 258.

⁹² LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi* v. 1, Memória/História. Porto : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 95 - 106.

à uma totalidade de registros que produzem amplas e complexas lembranças sobre o evento do qual os indivíduos participaram. Os documentos, por sua vez, estariam ligados aos elementos que ao longo do tempo tornaram-se fruto de escolhas por parte do grupo social para se tornarem oficializadores de uma memória.

Utilizaremos, assim, documentos de variadas tipologias, ou seja, as fontes para a pesquisa apresentam suportes distintos, justamente pela escassez de documentação no suporte tradicional, escrito, buscou-se uma espécie de “garimpagem” das possibilidades de análises e até mesmo da produção das fontes para responder aos problemas apresentados. Desta forma deparamo-nos com fontes escritas e orais, material iconográfico como desenhos, fotografias, símbolos, comemorações enquanto produtos de diferentes eventos, discursos, acervos museológicos, monumentos públicos, dentre outras formas de expressar determinada memória.

Entendemos como importante para o trabalho a definição do conceito voltado para uma perpetuação, voluntária ou involuntária, que determinados grupos sociais buscam legar. Percebemos que uma das estratégias importantes, por exemplo, utilizadas pelas associações de veteranos é a ereção de monumentos, de várias espécies, na tentativa de materialização da memória e da representação simbólica de certos conceitos, visando a perpetuação de um lugar próprio, fisicamente elaborado, na História das sociedades. Além disso, Le Goff aponta para a monumentalização como uma das transformações ocorridas com a memória coletiva ao longo dos anos, pois representaria uma tentativa de perpetuação das lembranças ligadas à utilização da escrita quando vinculadas a dois aspectos principais: “o armazenamento de informações para registro temporal e espacial e o da garantia da passagem da esfera auditiva para a visual”.⁹³

Pretendemos com nossa pesquisa “analisar as condições de produção” destes documentos-monumentos.⁹⁴ O que passa a ser tomado como “verdade histórica”, entendemos como algo construído pelos grupos sociais com o caráter da associação estudada, e que está ligado ao processo de eleição e de conformidades presentes nos procedimentos pelos quais os documentos são transformados em monumentos, ou

⁹³ LE GOFF, J. Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., p. 17.

⁹⁴ LE GOFF, Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., p. 104 .

vice-versa. Por exemplo, para definir os fatores presentes nas “invenções dos monumentos”, Márcia Scholz de Andrade Kersten, citando Riegel, observa a existência de valores agregados aos monumentos, o que entendemos como elementos presentes nas tentativas de atribuição de importância histórica aos mesmos, igualmente passando a fazer parte de uma tentativa daquilo que a autora chama de “rememoração intencional”.⁹⁵ Para Le Goff, tal intencionalidade por parte dos grupos sociais está ligada à utilização dos documentos nas relações de poder para transformá-los em monumentos, sendo tal atitude o resultado do esforço empregado para impor ao futuro determinada imagem de si próprios que se quer legar.⁹⁶ Nosso esforço, por sua vez, estará ligado ao trato destes documentos/monumentos para extrair da memória existente e produzida, elementos com os quais seja possível elucidar historicamente as ações do grupo social em questão.

Pode-se entender esta tentativa de perpetuação das lembranças através dos monumentos como uma forma de manifestação pública da memória, na busca por explorar as condições físicas das cidades, por exemplo, para inserir sua participação na História. Ambientes urbanos tornam parte desta memória de um pequeno grupo como parte da memória da população em geral. Seja ela manifesta nas relações do grupo social com a instituição da qual fizeram parte, no caso, o Exército Brasileiro, pois parte desta monumentalização ocorre graças à existência desta harmonia, seja ela referente ao papel desempenhado pelo Estado Nacional, quando em acordo com os poderes estabelecidos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

Entendemos, portanto, que a memória de um indivíduo, ou de um grupo, está inserida “num contexto familiar, social, nacional”⁹⁷, sendo, portanto, toda memória, como definiu Maurice Halbwachs, uma “memória histórica”⁹⁸ e por consequência, coletiva. Vemos, assim, que praticamente toda a memória produzida por uma associação de veteranos estará vinculada ao grupo social mais amplo ao qual pertencem os indivíduos, formando-se desta maneira o que Halbwachs denominou de

⁹⁵ KERSTEN, M. S. de A. *Os rituais de Tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938 e 1990*. Curitiba: UFPR, 2000. p. 36-38.

⁹⁶ LE GOFF, Documento/Monumento. In: In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., 103 – 104.

⁹⁷ ROUSSO, op. cit, p. 94.

⁹⁸ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

memória social. Segundo ele, as memórias dependem dos grupos, das memórias familiares, não existindo individualmente, mas coletivamente, retomando e repetindo discursos tidos por verdadeiros e que não denigram a coletividade. Ao mesmo tempo complementares e concorrentes, história e memória devem ser entendidas pela relação que estabelecem com o passado, com o presente e entre si. Nesse sentido a História, segundo aponta Le Goff, “constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo”.⁹⁹ Daí a importância dos estudos sobre a (re) inserção ou (re) integração social dos indivíduos, após o término de suas missões militares.¹⁰⁰

A oposição entre memória histórica e memória social baseou estudos fundamentais nesta área, nos últimos anos. Os estudos de Halbwachs salientaram que a memória histórica começa onde termina a memória social da coletividade. Os trabalhos de Pierre Nora, por sua vez, aprofundaram essa oposição até apontarem para o desaparecimento da memória: em face do ataque da “história dos historiadores” às manifestações da memória “espontânea” e, também, em decorrência do afastamento acelerado das experiências de transmissão e recomposição do passado, pelas comunidades sociais, estas acabaram por fixar “lugares de memórias”¹⁰¹, espaços não necessariamente físicos ou materiais, mas que propõem preservar a memória, em modo histórico.

A importância do papel dos bens históricos materiais na constituição, formação e integração das memórias, suscita uma análise mais aprofundada da questão, tendo em vista o fato dos veteranos de Suez possuírem acervos históricos importantes para contribuir nesta construção. Além da produção de textual e intelectual em torno de acontecimentos, outra marca dos chamados “enquadramentos da memória” são os objetos materiais. A preocupação com a extinção física instiga veteranos militares a refletirem e discutirem sobre o destino dos acervos e patrimônios acumulados.

⁹⁹ LE GOFF, Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., p. 20.

¹⁰⁰ Não pretendemos tratar do assunto da reintegração social de maneira incisiva nesta pesquisa, porém, se suscitar, a partir de nosso estudo, a instigação para tal iniciativa, uma das nossas intenções estará sendo realizada.

¹⁰¹ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993, p.07-28.

Segundo Ferraz, de todas as possibilidades, “o destino menos incerto parece ser seu encaminhamento e gestão para instituições culturais e históricas”¹⁰² na percepção da necessidade de sua preservação. O que percebemos em nossa pesquisa quando analisamos as formas de organização material dos veteranos é a tentativa de organização dos acervos em museus, ou a ereção de monumentos construídos em espaços geralmente “conquistados” pela Associação. Arquivos, museus, memoriais, monumentos e centros históricos, até a construção de símbolos, cerimônias, rituais, comemorações e canções, localizados tanto no passado quanto no presente¹⁰³, constituem-se, segundo Pierre Nora, esses “lugares de memória”.

Além dos espaços físicos, vemos “lugares de memória” com outras tipologias, como por exemplo, algumas cerimônias e comemorações. De acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses, podemos associar “o estudo (...) das cerimônias como traços mnemônicos”. Citando Paul Connerton, autor que entende a “problemática das cerimônias comemorativas como ações performáticas, do hábito, dos automatismos corporais”¹⁰⁴, Meneses faz referência à importância desses instrumentos presentes nos quadros formadores da memória.¹⁰⁵

Entendemos que a apropriação e a conquista destes “lugares”, bem como a formação e a multiplicação de tais ícones, são estratégias eficientes das associações para atingirem alguns de seus objetivos. Segundo Francisco Ferraz,

Os dispositivos de comemoração, como a construção de monumentos e memoriais aos mortos, as visitas turísticas aos campos de batalha e aos cemitérios militares, a iconografia de pós-guerra (como pinturas, esculturas, cartões postais, filmes comerciais e documentários), as publicações das associações de ex-combatentes, suas cerimônias, a exposição das variadas representações históricas contidas nos museus dedicados às guerras, a historiografia profissional e amadora sobre as guerras, enfim, todas essas fontes documentais contribuem para o melhor entendimento

¹⁰² FERRAZ, op. cit., 2002. p. 9.

¹⁰³ Exemplo de análise deste tipo de manifestação é o trabalho de OLIVEIRA, D. de. *Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas brasileiras: o caso de Monte Castelo*. Revista Eletrônica Academia Montese. Disponível em: www.academiamontese.ig3.net Acesso: 11 set. 2002. No artigo o autor descreve e analisa as cerimônias realizadas pelos veteranos da FEB em torno das comemorações referentes aos sucessos na II Guerra Mundial, questionando a relação entre e a importância histórica dos eventos comemorados e a participação da sociedade nas comemorações.

¹⁰⁴ CONNERTON, P. *How societies remember*. Cambridge: University Press, 1989. p. 36.

¹⁰⁵ MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.34, 1992. p. 20.

de como o evento (...) foi e é lembrado pelas gerações posteriores, e como estas memórias e esquecimentos são produtos de negociações permanentes entre os vários sujeitos envolvidos.¹⁰⁶

O emprego da metodologia adotada por este autor pode ser de utilidade para este estudo pelas seguintes razões:

a) o fato de o autor estar referindo-se à associações de veteranos militares no caso ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, entendemos como relevante o fato de que as estratégias adotadas pelas associações de ex-combatentes em nível mundial servem como exemplo para o caso da associação com a natureza que estamos estudando.

b) A experiência histórica vivida pelos ex-integrantes da FEB, bem como as formas de organização das associações, faz com que sirvam de exemplo para as ações e estratégias dos Boinas Azuis. Por exemplo, em um depoimento concedido ao autor, um ex-integrante da I Força de Emergência das Nações Unidas, atuante nas atividades da Associação desde sua formação, afirma ter se espelhado, em vários aspectos, nos veteranos da Legião Paranaense do Expedicionário¹⁰⁷ (LPE), para formação e desenvolvimento da organização.¹⁰⁸ Vemos assim que o conhecimento de outras histórias seleciona as ações e objetivos que a Associação visa atingir.

c) A referência às “negociações” parece ser o termo chave para a atuação das associações com esse caráter, pois o que se percebe são constantes solicitações por espaços, físicos ou não, para manifestações de suas memórias. Vale lembrar que o fato de tornarem-se um modelo é proveniente dos esforços bem sucedidos da LPE nas negociações e conquistas ao longo dos anos, seja perante a sociedade, com as Forças Armadas ou com o Estado. É possível, portanto, perceber, em certa medida, um padrão de relacionamento institucional semelhante.

Bezerra de Meneses, ao mapear as diferentes manifestações da memória entre as Ciências Sociais, menciona a importância das assim chamadas representações

¹⁰⁶ FERRAZ, op. cit., p. 20-21.

¹⁰⁷ Ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira que, após o retorno da missão na Segunda Guerra Mundial, permaneceram vivendo no Paraná e organizaram-se com objetivos de se associarem. Sobre este grupo, ver trabalho recente de NASS, Sirlei de Fátima. *Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses. (1943 – 1951)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005.

¹⁰⁸ BAÇON, Isidoro. *Entrevista*. Curitiba, 03 jul 2004.

sociais. Segundo ele as “casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas” constituem movimentos de preservação do patrimônio cultural.” Segundo ele, em primeiro lugar esses locais são fundamentais porque “refletem a salutar emergência da consciência política”: percebemos no caso por nós estudado a clara tentativa de preservação de uma memória, que sem tais ações, seria minimizada, esquecida ou por fim, perdida.

Tais representações teriam como papel, ainda segundo Meneses, realizar uma série de tarefas, dentre elas: “organizar e conservar indicadores empíricos preciosos para o conhecimento de fenômenos relevantes e merecedores de análise e apreensão histórica”.¹⁰⁹ Entendemos que primeiramente a relevância e a preciosidade permanecem intrínsecas e limitadas ao corpo social do qual os organizadores desta memória participam, sendo extrapoladas na exata medida em que haja alguma espécie de interesse por parte da comunidade em geral.

Para o mesmo autor, “o presente pode inverter radicalmente o valor original de um objeto passado”. Sinal disso são as motivações pelas quais determinados objetos de estudo negligenciados pelas corporações acadêmicas e científicas passam a ter importância segundo acontecimentos ou motivações hodiernas. Apesar disso, o otimismo presente em Meneses não pode deixar de ser contrastado com a realidade das inúmeras dificuldades e constrangimentos pelos quais operam as associações com esta natureza, questão analisada adiante neste trabalho.

Para nós, a apreciação que se faz respeitante ao caráter das associações de veteranos ocorre no sentido de análise de formação de uma memória que tende a adquirir “força quase institucional”¹¹⁰ que serve, segundo Maurice Halbwachs, para reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva do grupo, usando para designar tal atitude o termo “comunidade afetiva”.¹¹¹ Entendemos tal afetividade no sentido de indivíduos que participaram de um evento em comum (no caso, em períodos e contingentes diferentes, mas o que os une é o fato de terem uma mesma experiência pessoal e histórica), e que passam a compartilhar assuntos que fazem

¹⁰⁹ MENESES, op. cit., p. 9-10.

¹¹⁰ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

¹¹¹ HALBWACHS, op. cit., p. 33-36.

parte de suas memórias individuais. O sentimento de afetividade, segundo percebemos, é construído ao longo dos anos na medida em que suas próprias memórias assumem uma importância coletiva, e que participam, de alguma forma, da memória dos outros.

Jacques Le Goff auxilia-nos na identificação da necessidade inerentes aos grupos sociais, de “especialistas da memória”, representantes da memória de uma sociedade, ou de uma associação, no caso específico que, portanto, assumem uma importância desproporcional em relação a todos os outros, e por isso passam a ser tratados em conformidade com tal valor. Segundo o autor, essa hierarquização faz com que possuam o papel fundamental de manter essa coesão do grupo¹¹², semelhantemente ao que observa Halbwachs ao mostrar o papel de “aparador das arestas” que alguns sujeitos passam a exercer. Isso implica em “corrigir”, conforme a verdade histórica, ou minimizar atritos entre interesses divergentes. Percebemos assim – e esta é uma de nossas hipóteses – a tentativa de formação de um discurso comum que substitua ou que simplifique as múltiplas, e possivelmente contraditórias, memórias individuais.

Nestas análises surge uma questão fundamental. Tanto a tentativa de construção de uma memória comum quanto a ereção de monumentos e a invenção de comemorações fazem parte da formação de práticas simbólicas a serem examinadas de modo crítico. Da mesma forma que a preservação da memória está intimamente ligada com a seletividade das lembranças, entendemos que o mesmo ocorre com a escolha do que deve ser comemorado e/ou mencionado nas cerimônias, o que é exposto nos museus ou monumentos construídos e o que deve ou não fazer parte das falas coletivas ou individuais.

Segundo a conceituação de Jay Winter e de Emmanuel Sivan, os atores de nossa pesquisa podem ser entendidos como “agentes de memória”.¹¹³ Segundo uma suposta hierarquia de importância mencionada pelos próprios autores, listamos como mais importantes para os objetivos que pretendemos aqueles agentes mais ligados às ações da associação, entendendo-os como sujeitos participantes mais importantes e

¹¹² LE GOFF, Memória..., p. 15.

¹¹³ WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.). *War and remembrance in the Twentieth Century*. London: Cambridge University, 1999. p. 17-18.

influentes nas decisões e conseqüentemente na edificação da memória coletiva do grupo. Entendemos que essa hierarquia não é apenas uma escolha do historiador, mas está também ligada a algumas ações das próprias associações. No nosso caso, por exemplo, verificamos uma política em que se limitam os veteranos autorizados a falar em nome da instituição. Aqui reside um problema importante, pois há hipóteses de que isso acontece com objetivos de construção de um discurso, além de ser uma forma de controlar o que se diz, para que assuntos que possam denegrir a imagem do grupo não sejam mencionados.

Entre os chamados “agentes de memória” há uma questão a ser analisada: a idade avançada dos indivíduos. Vemos que em nossa sociedade o papel social do idoso vem ao longo do tempo perdendo importância, havendo uma desvalorização pessoal gradativa e conseqüentemente suas lembranças são cada vez menos transmitidas.¹¹⁴ Portanto, segundo Ferraz, “todo pesquisador sobre a memória social deve ter para si que, antes de qualquer coisa, seu objeto de pesquisa ou sua fonte documental é, em primeiro lugar, alguém marcado com o estatuto social da velhice numa sociedade que, infelizmente, despreza ou esquece os idosos”.¹¹⁵ Por outro lado, os agentes sabem e se aproveitam do fato de que são portadores de biografias pessoais com uma certa relevância histórica, que se inserem, por exemplo, no nosso caso, num conflito mundial, para manifestarem-se de acordo com essa premissa. Somado a isso, entendemos como fator de análise o fato de que uma das motivações para as tentativas de organização e perpetuação da memória por parte dos veteranos militares está no fato de pertencerem a um grupo social em extinção, e podemos entender como uma tentativa salutar de legar algo, com a plena consciência de que possuem pouco tempo para isso.

Percebemos por parte dos veteranos brasileiros, os Boínas Azuis, esta luta contra o esquecimento. Comum à Le Goff estão os apontamentos sobre os esquecimentos e silêncios da História como “mecanismos de manipulação da memória

¹¹⁴ BOSI, E. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 73 e segs.

¹¹⁵ FERRAZ, op. cit, p. 18-19.

coletiva”.¹¹⁶ Entendemos que tal fenômeno faz parte do conceito de amnésia social apontado por Meneses, que percebe o uso da memória como “retenção, depósito e armazenamento”, mas também como algo “dependente de mecanismos de seleção e descarte”. Para ele a memória “pode ser vista como um sistema de esquecimento programado”.¹¹⁷ Com o tempo esses sujeitos converteram-se nestes chamados “agentes de memória”. Este termo define as “comunidades de memória”, mais especificamente aquelas originadas da experiência traumática das guerras de massas de conscritos do século XX, e no nosso caso, de uma tentativa de construção da paz. Essa “agência de memória” define o conjunto de ações concretas de preservação, manutenção, criação e recriação de recordações públicas sobre um determinado evento,¹¹⁸ o que entendemos como relevante para nossa pesquisa e que necessita de minuciosa observação e análise.

Outro fator que contribui para a formação dos discursos, em geral, é a existência das chamadas fontes oficiais. Uma coleção intitulada “História do Exército Brasileiro”, dedica algumas poucas páginas para o que eles chamam Missão de Paz no Oriente Médio. Percebemos nesta publicação a tentativa de associar a atuação brasileira com o heroísmo do Exército Brasileiro “no brilhante desempenho de suas honrosas missões”.¹¹⁹ Tais menções revelam a maneira como a operação é lembrada pela instituição Exército Brasileiro. Algo que se pode aferir é para o fato de que as atuações do Brasil no exterior parecem contribuir para a formação de uma boa imagem das Forças Armadas perante o Estado Nacional. Desta maneira, parece evidente um bom relacionamento entre as instituições. As maiores dificuldades parecem estar presentes quando se trata de negociações dos interesses das associações que dizem respeito à questões jurídicas que envolvam reivindicações dirigidas aos órgãos nacionais competentes em busca de indenizações ou outros tipos de reconhecimentos financeiros.

¹¹⁶ LE GOFF, Memória..., p. 13

¹¹⁷ MENESES, op cit, p. 16.

¹¹⁸ FERRAZ, op. cit., p. 17-18.

¹¹⁹ BRASIL. Estado Maior do Exército. Missão de Paz Internacional (Exército Brasileiro Instrumento de Paz no Oriente Médio) in: *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1972.p. 867-874.

Segundo Meneses, “A memória nacional é o caldo de cultura (...) para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos”.¹²⁰ No entanto, apesar de conseguirem concretizar vários projetos junto às instituições militares, entendemos como incipiente ou quase inexistente uma análise crítica e bem elaborada por parte das Forças Armadas, ou mais especificamente, por parte do Exército, no que diz respeito a esse assunto. Quando ocorre, infelizmente não há divulgações ou permanece restrito aos centros de estudos e formas de divulgação estritamente militares. Em um levantamento realizado em periódicos do Exército, encontramos alguns poucos artigos que mencionam a questão do Exército envolvido com forças de paz. Porém, não se percebe nenhum específico sobre o “Batalhão Suez.”¹²¹

Uma das menções a que memória de veteranos faz referência, presente também em nosso objeto de investigação, são aquelas relativas aos problemas enfrentados pelos militares durante suas missões. Trata-se da questão das reações traumáticas, que são identificadas por Pollak como um elemento capaz de fazer com que as lembranças emirjam segundo determinadas circunstâncias, e que se remetendo ao presente acabam por deformar e reinterpretar o passado.¹²²

O termo “traumatismo” talvez possa parecer descomedido ao tratar de uma força de paz, mas entendemos como “traumáticos” vários aspectos presentes na missão, principalmente os que aparecem como elementos de queixa entre os veteranos de Suez, como por exemplo: a viagem de mais de um mês em navios que alguns contingentes enfrentaram, o afastamento da família e do país, a distância dos locais da missão, o choque cultural vivido pelos militares, as diferenças climáticas do ambiente desértico ao qual tiveram que se adaptar, além do contrastar causado pela monotonia.

¹²⁰ MENESES Idem. p. 15

¹²¹ Eis alguns deles: GOULART, M. R. O Batalhão de Força de Paz em Operações. In: *A Defesa Nacional*. Ano 85, nº 783, 1º. Quadrimestre de 1999. p. 95 – 110.; PIRES, L. Os militares a serviço das Nações Unidas. In: *Revista do Exército Brasileiro*. Vol 133, 2º. trimestre de 1996. p. 85-88. MARETTI, W. A. *O exército e a política externa brasileira no Brasil contemporâneo*. In: *Revista do Exército Brasileiro*. Vol 133, 2º. trimestre de 1996. p. 7-18. Recentemente, por ocasião do envio de uma força operacional para o Haiti, o Exército Brasileiro lançou o assunto como reportagem de capa de uma de suas publicações: A PAZ do Brasil para o Haiti. *Revista Verde-Oliva*. Ano XXXI, nº 181, Abr/Mai/Jun 2004. Outro trabalho não tanto otimista pode ser visto em PETRY, A. O atoleiro em que o Brasil se meteu. In: *Revista Veja*. Ed. 1883, a. 37 n. 49. 8 dez. 2004. p. 130 – 142.

¹²² POLLAK, op. cit. p. 5.

Segundo Andrew Boyd, “...a UNEF viu-se mais a braços dados com o tédio que com a tensão...” sendo que a grande maioria dos integrantes permanecia “dedicando-se aos mesmos trabalhos de rotina dia após dia, sob um clima depauperante e longe da pátria.”¹²³

Somado a isso, estão as tensões presentes na missão em si, como o fato de estarem servindo de “algodão entre cristais”, no complexo conflito entre árabes e israelenses. Conforme vimos, as tropas brasileiras foram estacionadas na fronteira entre Israel e Egito, local de intensas batalhas na chamada Guerra do Sinai, ao qual a FENU foi designada.

Ao dissertar sobre o trabalho de trazer à tona elementos da memória, Meneses menciona as “lembranças traumáticas que, reprimidas, produzem material patogênico, capaz, todavia, de ser neutralizado na cura psicanalítica”¹²⁴ Segundo os historiadores Jay Winter e Emmanuel Sivan, o trauma geralmente causa reações semelhantes que fazem com que ocorram bloqueios ou impedimentos para as lembranças de veteranos militares, além do que podemos identificar como modificações ou distorções da memória produzida.¹²⁵

Apesar de válida e relevante, tais reclamações e lamentações podem ser associadas a uma construção ampla de idealizações sobre uma força de paz. Segundo Boyd, existem peculiaridades inerentes a uma força de paz que devem ser enfrentadas pelo soldado da ONU:

O homem da ONU, (...) numa situação difícil, terá de responder a si mesmo a duas perguntas impertinentes: ‘Por quem estou a arriscar-me?’ e ‘Porquê eu?’. Ambas estas perguntas não têm razão de ser para o soldado profissional e disciplinado. Quer se ofereça como voluntário quer o seu regimento seja posto ao serviço da ONU, é possível até que fique satisfeito por um interlúdio activo (sic) numa carreira monótona em tempo de paz; acrescente-se que o perigo faz parte intrínseca da sua profissão.¹²⁶

Concomitante a missão no Oriente Médio, ocorria uma força da ONU no Congo, e muitos na época se chocariam ao ver uma força de paz entrando em combate.¹²⁷ As

¹²³ BOYD, op. cit., p.177.

¹²⁴ MENESES, op. cit., p. 10. Sobre o assunto, outro artigo do autor parece versar mais especificamente sobre a questão da psicologia como instrumento de resgate da memória: MENESES, U. B. Freud Arqueólogo. In: *Atlante*, 3: pp. 60-66, 1990.

¹²⁵ WINTER; SIVAN. op. cit., p. 15 – 16.

¹²⁶ BOYD, op. cit., p. 175.

¹²⁷ Idem, op. cit., p. 20.

missões da ONU no Congo (ONUC), em Angola (UNAVEM e UNOMUR), em Kosovo, dentre outras, apontam para dificuldades semelhantes: tensão, abandono, despreparo de tropas, etc.. O que se percebe é que as dificuldades que se apresentam podem ser vistas como algo corriqueiro nas missões de tal natureza, como algo que se estava sujeito enquanto soldado da paz, e que desorganização, descaso, desamparo, ou outros assuntos que vão fazer parte das queixas de veteranos, eram ocorrências que deviam ser enfrentadas.

O que se pretende com este trabalho não são comparações entre forças de paz, mas vemos que as dificuldades enfrentadas no Congo, por exemplo, superam sobremaneira os limites da tranqüilidade, havendo ali diversos combates envolvendo tropas da ONUC, com inúmeras perdas de soldados Boínas Azuis.¹²⁸ Boyd, ao relembrar sobre as missões na Grécia, na Indonésia, na região da Caxemira, na Palestina e na Coréia, afirma que “houve risco em todas estas missões e os ‘homens em campanha’ da ONU sofreram diversas baixas sem ter tido o mínimo papel combativo”.¹²⁹ Em outra ocasião recente, em meados da década de 90, a morte atroz de belgas em Ruanda por soldados hutus despertará a consternação mundial e um questionamento da eficiência das regras básicas das missões de paz.¹³⁰

Na UNEF, o que parece pesar é o já mencionado trabalho psicologicamente exaustivo de sentinela¹³¹ e patrulha, pois apesar das diferenças dos agressivos ambientes de guerra, trata-se de um território distinto e igualmente hostil onde os militares, geralmente soldados, são expostos ao medo e à tensão. As menções encontradas sobre as perdas em geral são de campos minados ocultos que causavam baixas nos primeiros anos de atuação¹³², além dos acidentes e de pouquíssimas baixas

¹²⁸ FEHRENBACH, T. R. A heresia de Hammarskjöld. In : _____. *op. cit.*, p. 314 – 343. Sobre a ONUC, ver também GORDON, K. *As Nações Unidas no Congo: em busca da paz*. Rio de Janeiro: Bloch, 1965. Além de BLOOMER, D. R. *Violence in the Congo: a perspective of United Nation’s Peacekeeping*. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1984/BDR.htm> Acesso em: 14 abr. 2005.

¹²⁹ BOYD, *op. cit.*, 176.

¹³⁰ POWER, S. Ruanda: “atenha-se a ouvir”. In: *Genocídio: a retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 378 – 444.

¹³¹ Um veterano ao escrever sobre a missão cita um elemento conhecido como “cafah: uma perturbação mental originada pela monotonia do deserto”. AZEVEDO, S. S. P.. *Em nome da Paz: memórias da missão Suez*. Brasília: Gráficos Charbel, 1996. p. 41.

¹³² BOYD, *op. cit.*, p. 177

de alguns remanescentes da retirada da força em 1967. Um levantamento realizado por Paulo Roberto C. Tarrisse da Fontoura apresenta sete militares falecidos na I UNEF: Nilton Alves Pereira, Soldado, por afogamento acidental na área da missão em 02/06/1957; Miguel Braz da Silva, Soldado, por um incêndio acidental na área da missão em 01/04/1958; Raimundo Moreira de Freitas, Soldado, atingido acidentalmente na sala de tiro na área da missão em 24/05/1958; Benedito Ribamar Ferreira Viana, Soldado, atingido por um disparo acidental por parte de um sentinela na área da missão em 16/07/1958; Arno Shempp, Soldado, atingido acidentalmente na área da missão em 09/12/1962; Antônio Salvador da Silva, Soldado, em um acidente sofrido em visita às pirâmides no Egito em 07/04/1964; Adalberto Ilha de Macedo, Sargento, atingido por um disparo no acampamento 'Rafah' por ocasião da deflagração da Guerra dos Seis Dias, em 05/06/1967.¹³³

Um aspecto importante a ser pesquisado e melhor entendido consiste no fato da memória tornar-se um discurso ao longo do tempo, o que segundo Pollak consiste no trabalho de “analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.”¹³⁴ Podemos associar tal idéia ao fato de que a Associação adotou regras que evidenciam a formação de um discurso comum e institucionalizado, e por vezes reformado ou com deformações. Evidência clara de tal condição está no fato de que em determinado momento houve por parte dos dirigentes uma tentativa de limitação das pessoas autorizadas a falar em nome da instituição. Tal proibição evidencia que alguns aspectos não deveriam ser mencionados, ainda que verdadeiros. Isso comprova a existência de uma espécie de hierarquia que ocorre na prática entre os agentes estudados. Le Goff entende o fenômeno como uma espécie de “amnésia”, que, “coletiva ou individual, voluntária ou involuntária, causa perturbações graves nas identidades coletivas.”¹³⁵

O que se percebe é que em alguns casos a própria hierarquização militar da instituição maior, no caso o Exército, é transplantada para as associações de

¹³³ FONTOURA, op. cit., p. 230.

¹³⁴ POLLAK, op. cit., p. 4.

¹³⁵ LE GOFF, J. Memória., p. 12.

veteranos.¹³⁶ No nosso caso, pelo menos no momento desta pesquisa, não parece haver obediência a este tipo de observação na organização, pois o atual presidente da Associação paranaense serviu como soldado durante a missão, sendo desligado do Exército, como tantos outros, ao retornar. Apesar disso, alguns indivíduos passam a ter um peso maior na participação efetiva da formação de uma memória coletiva.

Utilizamos em nosso trabalho alguns relatos com um caráter jornalístico, literário e memorialista¹³⁷, publicados em livros por ex-integrantes da I UNEF. São poucos, mas parecem buscar objetivos semelhantes. Em suma, representam manifestações escritas das vivências, experiências e memórias presentes e associadas às outras formas de manifestação, que não as mencionadas. Ou seja, parte destas “histórias pessoais” faz parte de um discurso comum do qual os veteranos se apropriam. Isso parece conter aspectos positivos e negativos aos objetivos das associações, pois ao mesmo tempo em que esses elementos comuns, ao serem expressos nos relatos, passam a adquirir cada vez mais um caráter de “verdade” e de discurso institucionalizado, complicam e acentuam um caráter depreciativo ao trazer a tona algo que a associação buscava esquecer, calar ou omitir.

Segundo Pollak, as “lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”. Ao fenômeno, o autor denomina “enquadramento da memória”, segundo o qual “a memória é guardada e solidificada nas pedras.”¹³⁸ A este enquadramento podemos associar tanto a tentativa de formatação comum do discurso quanto a monumentalização dos documentos. Segundo Le Goff, esse processo “resulta de um esforço para impor ao futuro (...) determinada imagem de si próprias.”¹³⁹ A oficialização de determinada memória ocorre muito mais

¹³⁶ NASS, op. cit.

¹³⁷ Para citar alguns dos trabalhos: ANDRADE, R. B. *Batalhão Suez... fora de forma, marche!*: missão árdua ou tempo perdido? Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1985; DOURADO, J. J. *Oriente Médio: Batalhão Suez*. Petrópolis: Vozes, 1963.; AZEVEDO, S. S. P.. *Em nome da Paz: memórias da missão Suez*. Brasília: Gráficos Charbel, 1996.; ZOUAIN FILHO, S. *Histórias de Suez: aventuras de nossos soldados*. Vitória, Edição do Autor, 2003.; BARROS, F. C. de. *Na fronteira das ilusões*. 1º ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998.; MAGALHÃES, D. A. *Será que valeu a pena?* Edição do Autor. São Paulo: 2004.

¹³⁸ POLLAK, op. cit., p. 9.

¹³⁹ LE GOFF, Documento..., p. 548.

eficazmente a partir do momento em que ela passa a fazer parte de um monumento, seja ele uma placa comemorativa, uma casa de cultura, um painel, ou qualquer outra espécie de “lugar de memória”.

Segundo Ferraz, os veteranos de guerra, ou no nosso caso, os participantes de uma missão de paz, constituem,

naturalmente uma comunidade de memória, por sua experiência pessoal em eventos em que outros não participaram. Embora um veterano não conheça mais que alguns poucos companheiros fora da unidade em que combateu, considera todos os companheiros desconhecidos membros de a mesma comunidade identitária. Porém, seus familiares, amigos, instituições e até mesmo pessoas que lhes são desconhecidas podem também participar dos esforços de construção e reconstrução contínua dessas lembranças.¹⁴⁰

Entendemos tais considerações relevantes para nossa pesquisa, pois apesar de tratar-se de vinte contingentes, enviados ao longo de dez anos, vivendo situações diferentes em tempos distintos, após a organização em uma associação passam a fazer parte de uma comunidade que buscará rememorar aspectos que lhe são comuns. Talvez aqui esteja também a explicação para o problema supracitado da formação de um discurso comum aos associados e, quiçá, para o fato da limitação estabelecida para os membros autorizados a falar sobre a missão. O fato de tratar-se de inúmeras experiências, traria uma série de interpretações, o que dificultaria a formação de uma identidade comum. Isso auxilia-nos também no entendimento da necessidade de formação de tal discurso para objetivos específicos. Usando Halbwachs, podemos entender de que maneira a formação dos discursos comuns busca “aparar as arestas”, tornando a memória coletiva em um discurso coeso, que desative, ao longo do processo histórico de formação das memórias, os conflitos de memória.

Vemos outro fato interessante, no caso da Associação em questão. Ela surge com o objetivo de envolver os ex-integrantes do Batalhão Suez, brasileiros que pertenceram à I UNEF. Porém, com o tempo, passam a integrar um universo mais amplo, aceitando elementos materiais relativos à outras missões para complementação do acervo museológico pertencente à organização, bem como recebem como membros veteranos de qualquer outra força de paz da qual o Exército Brasileiro tenha

¹⁴⁰ FERRAZ, . op cit. p. 18.

participado, ou até mesmo outros envolvidos na missão, como é o caso específico de alguns árabes que se tornaram elementos de análise e homenagens por parte da associação.

As evidências podem ser percebidas na análise das fontes pertencentes ao acervo do museu chamado “Acervo Histórico Batalhão Suez”, localizado no 20^o Batalhão de Infantaria Blindada, em Curitiba e nas comemorações realizadas pela Associação, quando são convidados e algumas vezes homenageados veteranos pertencentes a outras forças residentes em Curitiba, como por exemplo, brasileiros participantes da UNAVEN, em Angola e da UNPROFOR, na Ex-Iugoslávia.

Além disso, outra fonte revela uma mudança de nome na Associação, passando de “Associação Batalhão Suez – Regional Paraná”, para “Associação Brasileira de ex-Integrantes de Forças de Paz da ONU – os Boínas Azuis.” A nova conjuntura que se estabelece parece resultar numa imensa abertura para a integração de outras memórias, o que parece dificultar expressivamente algumas identificações das interpretações. Por exemplo, ao observarmos o Museu pertencente à Associação em Curitiba, percebemos inúmeras menções à outras forças de paz com participação brasileira, como por exemplo alguns objetos e cartazes relativos as missões em Angola (UNAVEM), em Moçambique (ONUMOZ), no Timor Leste (UNAVET), na antiga Iugoslávia (UNPROFOR) e sobre a atual missão de paz estabelecida no Haiti (MINUSTAH).¹⁴¹

Tal atitude representa uma estratégia para aumento de efetivo e de perpetuação da associação, tendo em vista a tendência à extinção da qual são sujeitos os veteranos.

¹⁴¹ Após a participação desta primeira missão de paz da ONU, o Brasil participou das seguintes missões: iniciando com a I UNEF, depois tendo participações na ONUC (no Congo); UNSF (no Iran Ocidental); na DOMREP (na República Dominicana); na UNIPOM (entre a Índia e Paquistão); na UNFICYP (no Chipre); na UNAVEN I e II (em Angola); na ONUCA (na América Central); na ONUSAL (em El Salvador), na ONUMOZ (em Moçambique); na UNOMUR (em Uganda e Ruanda); na UNPROFOR (na antiga Iugoslávia); na UNTAC (no Camboja); na UNOMIL (na Libéria); na MINUGUA (na Guatemala); na UNOMSA (na África do Sul); na UNAVEM III (em Angola); na UNCRO (na Croácia); na UNPREDEP (na Macedônia); na UNTAES (na Eslovênia Oriental); na UNMOP (na Península de Prevlaka), na MONUA (em Angola); na UNAVET (no Timor Leste); num total de 11.669 pessoas, sendo 11302 militares, 289 policiais e 76 observadores civis. Os dados foram tirados de FONTOURA, op. cit., p. 199-205. Na Guatemala, na Macedônia, na Península de Prevlaka e no Timor Leste as missões estendiam-se até o ano de publicação do livro, (1999) sendo necessário também a atualização dos dados quantitativos apresentados. Além destas, atualmente o Brasil participa ativamente de uma missão de paz da ONU no Haiti.

Além disso, parece também conter um elemento complicador para a formação dos discursos, no sentido de que isso possa resultar simplificações nas construções das memórias ou na percebida busca por uma fala comum a todos os Boinas Azuis que passem a integrar a Associação, diluindo assim elementos específicos da Missão Suez.

Dentre nossas fontes estão aqueles que participam diretamente das ações e que representam estimáveis subsídios para a pesquisa proposta, os próprios veteranos. Utilizando-nos desses “agentes de memória”, entendemos que algumas questões apenas estarão presentes nas falas dos atores. Assim, recorreremos ao recurso de entrevistas orais para entendermos as presenças e ausências da memória.

Alguns aspectos respeitantes ao processo de elaboração desta memória por parte das associações somente poderão ser elucidados através do uso contíguo de documentação escrita e de história oral. No que diz respeito às metodologias de trabalho e na possível integração das fontes orais com outros documentos, o trabalho de Paul Thompson indica que, “a evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes.”¹⁴² Metodologicamente, utilizaremos o procedimento histórico para confirmar as evidências percebidas através da memória do grupo. Poderá haver, portanto, um cruzamento de fontes de naturezas distintas, mas que apresentam possibilidade de serem analisadas a partir de um rigor científico comum. Segundo Pollak, “Fora dos momentos de crise”, as chamadas por ele de “memórias subterrâneas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral”, pois se trata de um procedimento que parte das memórias individuais revelando “um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e as contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.”¹⁴³

Não apenas a questão do esquecimento parece relevante no caso dos veteranos do Batalhão Suez, mas também levantamos a hipótese de uma luta contra alguns tipos de depreciações, boatos e fofocas sobre os militares enviados ao Oriente Médio. Isso é perceptível quando tentamos esclarecer a problemática das inúmeras motivações que fazem com que o grupo inicie atividades de reunião, organização e comemoração de

¹⁴² THOMPSON, P. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 305.

¹⁴³ POLLAK, op. cit., p. 12.

seu passado comum. Podemos associar a isso o fato mencionado da existência de uma luta contra fatores que buscam diminuir a importância das atividades à qual o grupo social participou e às inculpações contra as quais lutam.

A própria ONU, ao longo de sua trajetória histórica, é muitas vezes alvo de inúmeras acusações e restrições de suas atividades. Desde os filmes “hollywoodianos”, onde seus membros aparecem como seguidores de uma desnecessária e extremada burocracia, geralmente vinculados à idéia de que são facilmente corruptíveis, até aos quadros efetivamente políticos da realidade internacional.¹⁴⁴ Andrews Boyd, por exemplo, explorando a construção dos mitos em torno da instituição, mostra de que maneira a ONU, passa a enfrentar protestos desde os tempos de sua criação: desde “mera sociedade conflituosa” que “procura apenas discussões”, ou com os agravantes da guerra fria, vista como “nada mais do que uma plataforma para propaganda comunista” ou como auxiliar do sistema, ou por outro lado, apresentada pelos comunistas como uma “engrenagem dominada pelos americanos para mal dos povos do mundo” e como uma instituição “dominada por agressivas forças imperialistas”¹⁴⁵

Especificamente no período de formação da UNEF, as críticas ao Secretário - Geral aparecem no sentido de mostrar a ONU como um campo de interesses e como algo extremamente burocrático e ineficiente, com reuniões repetitivas, cansativas, improdutivas, prolixas e enfadonhas¹⁴⁶ em que se votava e discursava em demasia.¹⁴⁷ Em tal situação começam a ocorrer mudanças a partir da década de 60 com o aumento significativo de países membros na ONU. Não que tais construções tenham atingido diretamente a imagem dos ex-participantes do Batalhão Suez, mas algumas das acusações mencionadas são a de passividade e de inoperância da ONU e daqueles que dela participam. Por exemplo, tornam-se presentes menções de que soldados participantes do Batalhão Suez estariam indo passear no Oriente Médio, fazendo

¹⁴⁴ Sobre esse tipo de acusação no que se refere aos trabalhos realizados na ONU, vemos um artigo do jornal francês “Combat” de 1948, em que aparece uma irônica crítica: “A Onulândia é um país montanhoso situado junto à fronteira oriental do Trocadero. É um país industrializado. Produz cópias mimeografadas de discursos e espera no próximo futuro produzir também uma substância extremamente rara chamada paz”. Citado em BOYD, *op. cit.*, p. 47 e 63.

¹⁴⁵ BOYD, *op. cit.*, pp. 9 – 10 e pp. 36 –7.

¹⁴⁶ Idem. P. 57 - 9

¹⁴⁷ FEHRENBACH, *op. cit.*, p. 313.

turismo, ganhando salários maiores e trabalhando com determinadas mordomias. Determinada documentação analisada aponta para uma certa disputa na época das seleções para recrutamento dos militares que passariam a compor o Batalhão Suez. Grande parte das fontes analisadas constantes no Arquivo Histórico do Exército são referentes às cartas de recomendação de superiores para soldados e oficiais que seriam analisados para comporem a força.

Sobre as acusações mencionando turismo, vemos que haviam realmente os chamados “*leaves*”, viagens fornecidas e pagas pela ONU para os participantes da missão. Era possível escolher um dos pontos turísticos próximos à região da missão e tirar uns dias de folga. Na tentativa de entender o surgimento de tais insinuações sobre a viagem e o estado de bem estar dos pracinhas em Suez, um dos entrevistados entende que as saídas realizadas eram oportunidades que foram concedidas pela ONU como parte das estratégias para “elevar a moral de cada elemento da missão.” No mesmo depoimento, Theodoro da Silva Junior entende as depreciações como preconceitos que tem como objetivo “diminuir o valor histórico da missão.” Além disso, para ele, as notícias que os parentes que ficavam no Brasil recebiam tinham que ser as melhores possíveis, os problemas e dificuldades da missão não eram mencionados, e desta forma geravam a idéia de que se tratava de uma experiência válida, em que o jovem estaria desfrutando de momentos agradáveis.¹⁴⁸ Fato é, que, tais períodos de folga com os passeios oferecidos pela ONU passam a fazer parte da memória de modo efetivo e presente entre os membros da instituição.

Uma das hipóteses para o próprio surgimento das iniciativas para a organização entre os veteranos é justamente o combate às acusações. Pollak define as associações como redes de sociabilidade afetiva e/ou política, entendendo a memória como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, que se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.” Precisamos, portanto, entender os objetivos das tentativas de organização, das reivindicações e das negociações das quais participam. Segundo o

¹⁴⁸ SILVA JUNIOR, T. da. Entrevista. Curitiba, 14 ago. 2004.

mesmo autor, “a referência ao passado serve para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.¹⁴⁹

Outro fator de análise é o silêncio que se deu entre o final da missão, em 1967, e a fundação da primeira associação, no Brasil, de veteranos, relacionada à I FENU, no ano de 1978, em Curitiba. Michel Pollak nos ajuda a entender os aspectos do silêncio, buscando compreender as “memórias subterrâneas” analisando as dificuldades e bloqueios, as considerações sobre o valor imediato das lembranças compartilhadas ou reprimidas, as possibilidades e impossibilidades de comunicação. Em suma, as condições em que socialmente se produz o silêncio, por pressão coletiva ou conveniência pessoal, até que a memória possa sair de sua letargia e eventualmente atuar como alavanca para reivindicações.¹⁵⁰ No caso de certas comunidades de memória, ou seja, de grupos sociais que possuem, dentre seus membros, identidades construídas pelas experiências de um passado em comum, as relações com outros grupos sociais maiores e com a sociedade como um todo, impõem algumas práticas como a assimilação, a negociação, e até o conflito.¹⁵¹ Buscaremos entender isso associando com as conjunturas históricas vivenciadas pelos Boinas Azuis da I FENU. Pollak, por exemplo, afirma que “as transmissões permanecem intactas até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação”.¹⁵² Segundo Meneses, “a memória (...) tem fornecido munição para confrontos e reivindicações de toda espécie.”¹⁵³

Esse momento do qual os autores referem-se, para os nossos atores parece ter surgido com o início da abertura política, o chamado arrefecimento do regime militar vigente no Brasil ocorrido em finais da década de 70. Exemplo supracitado é o do alinhamento automático do regime com os interesses dos EUA com conseqüente auxílio brasileiro na intervenção militar em São Domingos, na operação internacional promovida pela OEA em 1965. Entendemos que de alguma forma as limitações impostas pelo governo na época representavam um impedimento ou ofuscavam alguns

¹⁴⁹ POLLAK, op. cit., p. 9.

¹⁵⁰ Citação de POLLAK por MENESES, op. cit., p. 19.

¹⁵¹ FERRAZ, op. cit., p. 17.

¹⁵² POLLAK, op. cit., p. 7.

¹⁵³ MENESES, op. cit., p. 9.

tipos de manifestação como as de grupos sociais desta natureza militar e reivindicatória. As reivindicações percebidas parecem ser de dois tipos, da manifestação de um legado histórico que precisava ser perpetuado através da construção histórica e outra de um caráter contestatório e indenizatório. Isso tem sido evidenciado através das entrevistas orais. Apesar da justificativa oficializada do caráter de confraternização, das comemorações anuais das quais são participantes, da integração e negociações com as Forças Armadas, há inúmeras fontes mencionando o caráter reivindicatório das associações.

2.2 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Este capítulo pretendeu apontar alguns aspectos que são analisados ao longo da pesquisa, pois se tratam de conceitos e idéias que se articulam aos outros capítulos. A idéia é que não houvesse uma parte teórica desvinculada das demais. Percebemos uma historicidade nas ações da associação de veteranos militares que deve ser analisada em seus diversos aspectos. No caso destes grupos sociais, a construção da memória e de uma identidade coletiva possui inúmeras formas de manifestação e esta multiplicidade parece estar relacionada com o caráter de revezamento da missão que permitiu diferentes regionalismos e aspectos culturais diversificados nas iniciativas de rememoração. No caso do Batalhão Suez, o fato de se tratarem de integrantes de vários contingentes, hoje espalhados por quase todos os Estados brasileiros, faz com que esta construção se torne ainda mais complexa e pluralizada. Somam-se a isto as variadas relações estabelecidas com as Forças Armadas, as formas de comemoração presentes nesta instituição e as relações com a sociedade como um todo. Tentamos verificar se as tentativas de unificação dos discursos na oficialização dos mesmos conflitam com as múltiplas interpretações insurgentes ao longo do processo histórico de formação identitária. Além disso, buscou-se perceber como e porque isso influencia nas atividades e vivências da associação. Tal complexidade pode ser vista como uma peculiaridade da força de paz, pois se trata de uma grande diversificação por serem lembranças referentes às diferentes situações ao longo dos dez anos de atuação.

Partindo das considerações conceituais apresentadas, é possível que seja desenvolvido o exame das fontes empíricas, analisando-as buscando detectar elementos contidos nas hipóteses de nosso trabalho. Os pressupostos teóricos nos auxiliaram não apenas na crítica das fontes orais, mas também nos diversos elementos ligados à preservação da memória do grupo, o que permitiu também o cruzamento e a apreciação integrada das fontes.

A noção de memória apresentada em nossa pesquisa vincula-se às idéias de Jacques Le Goff em dois aspectos principais: a memória enquanto objeto de análise e a memória como um instrumento metodológico. Tal noção auxilia-nos na compreensão das formas de sua construção, das possíveis intenções e quais os resultados das ações planejadas e executadas pelo grupo social. Como instrumento metodológico as idéias do autor, vinculadas às de outros, representam fundamentais subsídios nas análises não apenas das fontes diretamente vinculadas à oralidade, mas nos vínculos estabelecidos entre estas e as demais fontes documentais escritas.

Entendemos a memória, segundo esta ótica apresentada por Le Goff, como um “elemento essencial da identidade” dos veteranos analisados, pois a exteriorização e a divulgação das lembranças os torna participantes e representantes de um grupo social específico e estabelece as relações com outras entidades e com a sociedade. A busca pelas lembranças e pela construção desta memória é por ele apresentada como atividade fundamental dos indivíduos da sociedade atual, sendo a dominação das recordações e da tradição uma forma de controle da memória e por conseqüência, um instrumento de poder. Além disso, destacamos a função científica da memória como um elemento de avanço, apresentada por Le Goff, no sentido de que “a democratização da memória social” deve tornar-se um instrumento para libertação, participação e um espaço para manifestações semelhantes às que vemos sendo construídas pelos veteranos do Batalhão Suez.

O entendimento da memória construída ao longo dos anos elucida a trajetória histórica da associação de veteranos estudada, tendo sido um dos objetivos principais identificar a importância destas iniciativas, os constrangimentos pelos quais operam os indivíduos envolvidos e quais as relações dos integrantes com a sociedade e com as instituições pelas quais um dia trabalharam. O que se percebe é que muitas vezes os

membros do grupo social mais ativamente envolvidos com os processos de rememoração prossegue identificado com a instituição que um dia serviram. Além disso, as comemorações e lembranças do grupo estão relacionadas à missão de modo seletivo e integrado às múltiplas memórias por eles adotadas, como manifestações de uma verdade histórica da qual compartilham e vivenciam e que passa a ser arquitetada através da incorporação de certos elementos vistos como importantes sob determinadas circunstâncias, e por isto trazidos a tona pela memória social e coletiva.

3 OS LUGARES DE MEMÓRIA: ANÁLISE DE MONUMENTOS, SÍMBOLOS E RITUAIS COMEMORATIVOS.

Nas tentativas multifacetadas de afirmação de uma memória e de uma identidade comum por parte de associações de veteranos, uma das estratégias observadas tem sido a da materialização da memória. É o que Pierre Nora intitulou como sendo a “consagração de lugares”, uma construção de “lugares onde ancorar a memória”¹⁵⁴, ou conforme indica Michel Pollak citando Halbwachs, um processo de “enquadramento da memória”, segundo o qual “a memória é guardada e solidificada nas pedras.”¹⁵⁵ Nestes procedimentos os documentos são monumentalizados, conforme o conceito já observado, presente nos trabalhos de Jacques Le Goff.¹⁵⁶

Quanto aos lugares de memória, podem ser entendidos como materiais ou imateriais, estes exemplificados por ritos comemorativos estabelecidos segundo “tradições”, que podem ser criadas, inventadas, estabelecidas, construídas ou formalmente institucionalizadas por distintos agentes ou grupos sociais, segundo apontamentos de Eric Hobsbawm em seu trabalho sobre a invenção das tradições.¹⁵⁷ A idéia de “invenção de tradições” será utilizada sob a perspectiva da invenção consciente de lugares de memória nas diferentes configurações: museus, arquivos, coleções, festas, aniversários, monumentos, santuários, associações, bibliotecas, placas comemorativas, estátuas, homenagens, medalhas, selos, moedas, inscrições, enfim, lugares onde a memória se cristaliza, onde adquire um caráter eterno, servindo, segundo Le Goff, como um elemento essencial na formação de identidades, nas tentativas de dominação da recordação e das tradições e nas diferentes estratégias de controle da memória.¹⁵⁸

Tratam-se de elementos histórico e culturalmente construídos e que abrangem em si uma interpretação da memória que se pretende perpetuar através da construção

¹⁵⁴ NORA, P. op. cit., p. 7-28.

¹⁵⁵ POLLAK, M. op. cit., p. 9.

¹⁵⁶ LE GOFF, Documento... op. cit.

¹⁵⁷ HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9.

¹⁵⁸ LE GOFF, J Memória..., op. cit., p. 46

de uma identidade comum aos indivíduos. Percebe-se uma tentativa clara de transmissão da idéia de coesão e estabilidade aos processos de lembranças. Assim sendo, adquirem uma aparência de antiguidade, e por sua vez, passam a conter em si um caráter tradicional e de historicidade. Pierre Nora define estas iniciativas como

rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras de uma sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos, diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio, sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais ou idênticos.¹⁵⁹

Ao estudar processos semelhantes no Exército brasileiro como um todo, Celso Castro analisa a invenção do Exército enquanto instituição. Segundo ele, é possível “através da evocação do passado, construir uma identidade social do Exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças.”¹⁶⁰ A questão da identidade pode ser associada à idéia das práticas simbólicas, em uma visível tentativa de “tornar o exército mais visível para seus próprios membros e para os demais segmentos da sociedade brasileira”¹⁶¹ Essa necessidade, segundo Edmundo Campos Coelho, seria proveniente de um sentimento de “orfandade” por parte dos militares perante o Estado e perante a sociedade em geral.

Essa orfandade teria dois sentidos: o funcional e o institucional. O primeiro se expressa através do sentimento de que se trata de uma classe dispensável na clássica função de defesa nacional, tendo em vista a ausência de conflitos internacionais. Buscamos assim entender como a crise de identidade do Exército afeta a identidade do grupo social menor. Percebemos que tal sentimento pode ser percebido na Associação no significado de que através de práticas simbólicas há uma tentativa de afirmação de um lugar na História e de uma afirmação sobre a importância e relevância da missão nos moldes semelhantes às tentativas de afirmação do próprio Exército por um lugar visível na sociedade e na Nação.

¹⁵⁹ NORA, op. cit., p. 13.

¹⁶⁰ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 10.

¹⁶¹ COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro. Record, 2000. p. 135.

A outra face apresentada pelo mesmo autor seria a orfandade institucional, quando “o ressentimento pelo descaso com os temas de defesa nacional, pela ausência de contatos expressivos com as elites civis, pelas dotações orçamentárias minguadas e ainda assim freqüentemente sujeitas a cortes, pela noção de que as Forças Armadas servem apenas à liturgia do poder ou como mero símbolo mais ou menos descartável da soberania nacional”.¹⁶² Celso Castro, por sua vez, percebe o ocorrido como a “*invenção* do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira.”¹⁶³

Podemos perceber que a mesma crise de identidade do Exército afeta a identidade de grupos sociais como o que estudamos. Isso pode ser entendido como resultado do grande número de elementos culturais e estruturais da instituição maior que são incorporados pelos veteranos na formatação da memória e de sua história. Da mesma maneira que o Exército, as instituições voltadas para os tipos de rememoração e comemoração militares, como as formadas por veteranos, por vezes buscam afirmar sua função social ou política diante do governo ou da sociedade através de suas ações.¹⁶⁴

Utilizando ambos os conceitos, de Castro e de Coelho, percebemos que vários artifícios evidenciados nas estratégias utilizadas pela instituição maior, o Exército, tornam-se presentes na vida dos indivíduos a tal ponto que permanecem como uma marca, uma herança, o que faz com que, ao se desvincularem e formarem instituições menores, levam consigo a necessidade de perpetuação da memória através de rituais e comemorações semelhantes e baseados nos mesmos princípios e ideais, principalmente na formação de associações de veteranos e na concretização de seus projetos. Segundo Castro, “uma das características centrais dos processos de criação de novas tradições é justamente a tentativa de se estabelecer continuidade com um passado histórico considerado apropriado.”¹⁶⁵ São elas formadas sob o pretexto fundamental explicado pelas especificidades do evento passado do qual participaram, e

¹⁶² Idem. p. 22-23.

¹⁶³ CASTRO, op. cit., p. 13.

¹⁶⁴ D'ARAUJO, M. C. *Ainda em busca da identidade: Desafios das Forças Armadas na Nova República*. Texto CPDOC n° 36. Rio de Janeiro: F. G. V., 2000.

¹⁶⁵ CASTRO, op. cit., p. 48.

que julgam ter elementos suficientes para construção de uma identidade e para a perpetuação e divulgação de uma memória.

Celso Castro percebe nas iniciativas, tanto por parte da instituição maior quanto de grupos sociais específicos, um fenômeno comum a ambos os casos: “a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico.”¹⁶⁶

A associação formada no Paraná pelos veteranos do Batalhão Suez e suas ações e iniciativas possuem características que propiciam análises semelhantes. Seus rituais, comemorações, projetos, monumentos, arquivos, museus, homenagens, conquistas, etc., apresentam características especiais que as enquadram como lugares de memória, e que como tal, possuem uma historicidade inerente às suas formações e aos acontecimentos ou conjunturas que fazem menção, além de possuírem elementos herdados da instituição maior da qual fizeram parte e que acreditam ainda fazer através da perpetuação da memória e das múltiplas estratégias de comemoração e lembrança da qual participam.

A associação surge em finais da década de 70, ao que parece, inicialmente, com um caráter não oficial e confraternizatório. Reuniões de ex-participantes da missão Suez, seguidas de almoços ou jantares, são ocasiões para compartilharem uma memória que lhes é comum. As únicas fontes para tais informações foram as entrevistas orais, pois o caráter não oficial faz com que não existam registros em atas ou qualquer outro tipo de documentação semelhante sobre os acontecimentos desta natureza. No caso dos eventos e reuniões informais, uma das formas de investigação é a participação direta do pesquisador numa espécie de trabalho de campo. O aumento da periodicidade das reuniões e do número de freqüentadores fez com que houvesse necessidades organizacionais mais elaboradas, planejadas, gerando assim uma burocratização maior e o conseqüente registro dos eventos. Ao que consta dos relatos orais, os primeiros participantes de tais iniciativas reivindicam para o Paraná o pioneirismo nacional de tais atividades e da fundação da Associação. Após o exemplo

¹⁶⁶ Idem. p. 11.

teriam início atividades semelhantes em outros Estados como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, dentre outros.¹⁶⁷

3.1 ASSOCIAÇÃO E MUSEU

O que se pretende explicitar neste sub-capítulo são as características da estrutura física que passa a contribuir para a constituição e estabelecimento da memória do grupo social estudado, sobretudo dos aspectos intrínsecos a dois importantes ícones desta construção: a associação e o museu instituídos pelos veteranos do Batalhão Suez.

Diversos autores entendem as próprias associações como lugares de memória. Segundo Nora, são lugares com três aspectos coexistentes: material, simbólico e funcional. Uma associação, segundo ele, entra na categoria de lugar de memória ao tornar-se objeto de um ritual.¹⁶⁸ É material pelo caráter físico dos locais escolhidos e pela própria presença dos interessados na memória. É funcional, pois visa cristalizar as lembranças e torná-las acessíveis, de alguma forma à outrem. É ainda, “simbólica por definição, visto que caracterizada por um acontecimento ou experiência vividos por um pequeno número perante uma maioria que deles não participou.”¹⁶⁹

A Associação não possui espaço físico para reuniões, guarda de documentos ou algo semelhante. Apenas possui estatuto jurídico legal. Surge no Paraná com o nome de “Associação Batalhão Suez – Regional Paraná.” Alegam os fundadores que na época não houve preocupação em registrar o nome, apenas foi feito um estatuto e contaram com uma reportagem jornalística no ano seguinte.¹⁷⁰ Consta num primeiro momento ter havido uma sede para a Instituição, mas teria durado pouco tempo. Atualmente essa função de sede administrativa e de local para encontros passa a confundir-se com a função do edifício onde está o Museu. Outro ponto de encontro utilizado é a famosa “Boca Maldita”, no centro de Curitiba.

¹⁶⁷ Informações evidenciadas em duas entrevistas com os veteranos, a saber: BAÇON, I. Entrevista. Curitiba, 03 jul 2004. SILVA JUNIOR, T. da. Entrevista. Curitiba, 14 ago. 2004.

¹⁶⁸ NORA, op. cit., p. 21.

¹⁶⁹ Idem. p. 22.

¹⁷⁰ BAÇON, I. *Entrevista*. Curitiba, 03 jul 2004. A nota jornalística foi procurada, mas não foi encontrada.

Outras iniciativas de organização em associações no Brasil ocorreram com o nome de “ABIBS – Associação Brasileira de ex-Integrantes do Batalhão Suez”. Mais abrangente, a atitude de mudança de nome parece visar uma espécie de integração entre as diversas iniciativas regionais. Por fim, as associações adotariam um nome ainda mais ampliador, atualmente bastante divulgado nacionalmente, o que podemos entender como uma tentativa de relacionamento com outras missões de paz: “Associação Brasileira de ex-Integrantes das Forças de Paz da ONU – os Boínas Azuis”.

As mudanças de nome levam a uma análise da evolução das tentativas de organização por parte dos veteranos. Inicialmente o objetivo seria reunir os participantes paranaenses e catarinenses (tendo em vista a própria convocação do 4º Contingente em 1958 que abrangeu os dois estados) para as comemorações e eventos. Tendo êxito nestas tentativas e verificando-se o crescimento das iniciativas em outros estados brasileiros, surge a necessidade de uma integração, de modo que se percebe o experimento de formação de uma associação com âmbito nacional. Apesar disso, não há uma sede nacional, apenas a mudança de nome e participação de integrantes de diversos Estados em algumas comemorações. Fato percebido em inúmeros grupos sociais semelhantes é a mudança de endereço dos veteranos causada pelas migrações internas. Ou seja, um sujeito que participou de um contingente formado no Rio de Janeiro e que passa a viver em outro Estado, participa das iniciativas na associação formada na cidade que está vivendo, compartilhando de um mesmo sentimento de pertencimento e até enriquecendo e fortalecendo a perpetuação da memória com experiências que outros não viveram.

Um terceiro momento parece estar relacionado a uma preocupação distinta. Abarcar outras forças de paz na construção memorialística parece estar relacionada à tentativa de perpetuação e continuidade dos esforços. Ou seja, diferentemente dos veteranos da FEB, cuja tendência natural é a extinção física dos agentes sociais¹⁷¹, abranger outras forças de paz faz com que a tendência seja o crescimento, tendo em

¹⁷¹ Sobre ex-combatentes como sendo uma categoria social em processo de desaparecimento, ver FERRAZ, op. cit, p. 19.

vista as inúmeras participações brasileiras em tropas da ONU.¹⁷² Outras associações de veteranos militares, vinculadas principalmente à determinadas guerras, tendem a ser únicas, exclusivas, enquanto a própria natureza das forças de paz proporciona a possibilidade de haver tal continuidade nos processos relativos à afirmação da memória e da valorização histórica do grupo social. Trata-se, talvez, de algo totalmente original quando o objeto é associação de veteranos militares.

Apesar disso, percebe-se que não há um consenso entre os membros da associação em incluir estas participações no processo de preservação das memórias. Apesar das inúmeras menções até mesmo no acervo museológico, analisadas a seguir, vemos que não há participação efetiva de veteranos de outras forças de paz, exceto em algumas poucas comemorações cívico-militares promovidas pelas associações ou pelo próprio Exército.

Intrínseco à Associação está o Museu. Encarar um museu enquanto lugar de memória dispensa justificativas. Fato é que ao serem organizados visam transmitir um discurso sobre a História a que se referem. Da mesma forma em que as análises do silêncio e do esquecimento tornam-se relevantes para o entendimento da salvaguarda da memória, a análise daquilo que é ou daquilo que deixa de estar exposto ou mencionado nos museus suscita interpretações na análise da construção dos discursos dos grupos sociais.

Prática ou estratégia de conservação de memória inerente aos veteranos é o colecionismo. Objetos passam a ser reunidos, trocados, compartilhados, a ponto de formarem acervos e passarem da propriedade privada para a comunidade de memória. O processo de reunião e coletivização do material atinge seu ápice com a formação de um museu. Todo objeto, no sentido a que estamos nos referindo, segundo Jean Baudrillard, tem duas funções que lhe são atribuídas: a de ser utilizado e a de ser possuído. Ao ser abstraído de seu uso, o objeto “toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção.”¹⁷³ Passam a fazer parte, portanto, da constituição da memória no sentido materializador, elemento da dimensão física e permanente que a memória a que ele se refere assume. Adquirem, assim, novos e

¹⁷² FONTOURA, op. cit., p. 199-205.

¹⁷³ BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 94.

diferentes significados. Antonio Simão Neto, de modo análogo, ao analisar o processo pelo qual um objeto abstraído de seu uso torna-se um “objeto de coleção”, afirma que “somente fora de seu lugar os objetos/documentos podem adquirir novos sentidos que queremos lhes emprestar, seja nos museus ou na universidade”, tornando-se “reliquias” que passam a fazer parte de “ambientes consagrados”¹⁷⁴, além do próprio valor material que passam a possuir.

Trata-se de um empreendimento em que geralmente não há participação de outros agentes nesta construção das manifestações sobre o passado coletivo. Entendemos que as formas de organização da maioria das associações de veteranos militares tornam-se espaços em que não há oportunidades para outros agentes sociais manifestarem-se na construção histórica e na análise do passado, o que impede outras interpretações e representações, ocorrendo, portanto, um processo citado por Simão Neto, no qual “não há diálogo, não há debate, e a pluralidade cultural e social permanece restrita às palavras que enfeitam projetos e palavras de ação”.¹⁷⁵ Portanto, entendemos que “é no nível das práticas simbólicas (...) dos grupos sociais que devemos buscar o entendimento deste tipo de trabalho museológico”.¹⁷⁶

Há, porém, algo latente nesta construção histórica por parte dos entusiastas de determinados grupos sociais, que é a admiração pelo passado. Para o historiador profissional, segundo Afonso Carlos Marques dos Santos, tal tarefa deveria estar mais vinculada ao estudo crítico, “não devendo se deixar seduzir pelo culto mórbido do passado”,¹⁷⁷ o que percebemos muitas vezes dominar a noção de história de alguns grupos sociais. A questão da importância dos objetos, associada ao seu valor memorialístico é analisada por Michel Thompson¹⁷⁸, que elaborando sua ‘teoria do lixo’, demonstrou como, muitas vezes, é o descarte ou o abandono de um objeto, no passado, que vão “justificar especificamente sua tesauroização no presente.”¹⁷⁹

¹⁷⁴ SIMÃO NETO, op. cit. p. 253 e 255.

¹⁷⁵ Idem, op. cit. p. 261.

¹⁷⁶ Idem, p. 256.

¹⁷⁷ SANTOS, A. C. M. dos. Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate. In: *História: Questões e Debates*. Ano 9, n. 17. Curitiba, Dez. 1988. p. 243.

¹⁷⁸ THOMPSON, M. *Rubbish theory: The creation and destruction of value*. Oxford, University Press, 1979.

¹⁷⁹ MENESES, op. cit. , p. 12.

A iniciativa de constituição de um espaço de exposição permanente surge na associação dos veteranos de Suez a partir de iniciativas particulares com objetivos colecionistas. Com o crescimento e com a centralização do acervo partiu-se para a busca de um local visando sua exposição ao público. Consta na memória oral dos pioneiros de tais iniciativas que as primeiras exposições realizadas com objetos referentes à missão Suez ocorreram em locais pequenos e desvinculados das Forças Armadas.

Theodoro da Silva Junior menciona a primeira exposição tendo como local o parque de exposições do Parque São Lourenço, em Curitiba. Após isso, em duas ocasiões, houvera exposição em locais de cultura em algumas comemorações na cidade de Ponta Grossa.¹⁸⁰ Através de negociações, conseguiu-se um espaço no quartel que abriga o 20º Batalhão de Infantaria Blindada (20º. BIB), em Curitiba. Neste espaço o museu está atualmente em funcionamento. Porém, por se tratar de um espaço restrito ao Exército, as visitas são possíveis apenas com acompanhamento dos veteranos e em data e horário antecipadamente combinados. Trata-se de uma conquista importante, o que mostra a aproximação do grupo social com o Exército e provoca uma investigação sobre os processos históricos de negociações entre as instituições.

Espaços como este parecem ter uma dupla função: servir como Museu propriamente dito, enquanto espaço para exposição e visitação, e também como um espaço para reencontros dos veteranos, local “consagrado”, segundo a idéia de Simão Neto, semelhante a um “templo religioso... em que observa-se com respeitosa curiosidade as relíquias dos tempos de outrora”¹⁸¹. Além disso, é também ambiente facilitador da formação de um discurso comum, em que as arestas das diversificadas interpretações possíveis são aparadas, onde os objetos e imagens incorporam-se a este discurso de maneira a tornarem-se símbolos ou ícones do passado que ser relembrar, perpetuar, divulgar e glorificar.

O referido Museu possui um acervo modesto. Porém, com amplo grau de significado, a começar pela nomenclatura e *lay-out* exterior. Denominado “Acervo

¹⁸⁰ SILVA JUNIOR, op. cit.

¹⁸¹ SIMÃO NETO, op. cit. p. 253.

Histórico Batalhão Suez”¹⁸² o local faz menção direta ao apelido com o qual a atuação brasileira na missão tornou-se identificável. “Batalhão Suez” na verdade trata-se de um codinome para o III Batalhão do 2º Regimento de Infantaria (III/ 2º R. I.) ativado para a missão. Consta de diversas fontes ter sido um apelido concedido pela imprensa logo no início da I UNEF e prontamente adotado pelos próprios veteranos para denominar a missão. Mais tarde verifica-se o uso do termo por parte do próprio Exército.

Apesar de algumas tropas da I UNEF estarem localizadas na Zona do Canal de Suez para manutenção da ordem devido aos intensos combates que ali tiveram lugar, na verdade a posição brasileira não abrangia a região do Canal propriamente dita, mas mais especificamente regiões de fronteira entre Israel e Egito. Porém, devido às circunstâncias políticas causadoras dos conflitos relacionadas à nacionalização do Canal e dos diversos interesses que envolviam o ponto estratégico, tornou-se corriqueiro identificar a atuação como “Batalhão Suez” ou simplesmente adotar o termo “Missão Suez” para designá-la. Ambos os termos aparecem com grande frequência na literatura analisada, além de comumente utilizada entre os mais diversos agentes sociais envolvidos com o tema.

A titulação “Acervo Histórico” demonstra uma noção clara: trata-se de um conjunto ou uma coleção de objetos considerados relevantes a ponto de receberem a adjetivação “histórico” pelo grupo social. Além disso, o prédio em que está localizado o acervo do museu recebeu um letreiro e uma pintura que o identifica como tal em meio a um conjunto de prédios pertencentes ao quartel que o abriga, sendo que tais prédios vizinhos prosseguem servindo para a funcionalidade prática do Exército. O acervo, apesar de organizado por não profissionais em assuntos museológicos, é disposto de modo semelhante a outros museus militares, provavelmente devido ao contato, através de iniciativas particulares, dos agentes envolvidos com estas instituições.

Consta de manequins vestidos com fardas utilizadas nas missões de paz, medalhas, insígnias, selos, flâmulas, outros objetos militares usados pelos soldados como fogões de campanha, cantis, mochilas, rádios, carteiras de cigarros, caixas de fósforos e isqueiros personalizados, latas de bebidas, artigos de jornais, bandeiras,

¹⁸² Ver Ilustração 3, p. 65.

pinturas, alguns documentos como carteiras de identificação militares, *souvenirs*, imagens fotográficas relativas à missão ou de autoridades relacionadas e ela, além de referências diversas a outras missões de paz com participação brasileira. As peças são geralmente provenientes de doações feitas pelos membros de associações e conforme analisado acima, deixam de pertencer a coleções pessoais, passando a contribuir com um universo mais amplo, o da memória coletiva do grupo social.

3.2 SÍMBOLOS, MONUMENTOS E COMEMORAÇÕES.

Entendeu-se como fundamental para a pesquisa a realização de uma análise das simbologias elaboradas e utilizadas pelo grupo estudado, bem como as formas como ocorrem tais criações e conquistas. Espaços públicos passam a ser adquiridos para comporem as manifestações da memória, além de ocorrer a invenção de tradições e de rituais comemorativos relativos ao grupo e às suas reminiscências. Para tanto se analisou elementos constitutivos do conjunto que podemos denominar como

pertencentes à Associação estudada e suas extensões físicas e abstratas, como museus, símbolos, monumentos, formas de comemoração e outros.

A fachada do prédio que abriga o Museu pertencente à Associação em Curitiba contém dois elementos importantes para nossa análise: Trata-se de uma placa em metal com um mapa da região do Oriente Médio onde aconteceu a missão (ver Ilustração ao lado, n^o 2) e de uma pintura em um painel com vários elementos simbólicos que se tornaram ícones identificadores da missão.



No painel, ao centro está o símbolo da ONU com a inscrição abaixo da UNEF (United Nation Emergency Force), à esquerda a representação das pirâmides de Guizé

(Quéfren, Quéops e Miquerinos) e à direita um par de dromedários. (Ver abaixo Ilustração n.º 3)

Adotadas como símbolo, as pirâmides localizavam-se próximo ao Cairo, relativamente distante dos locais da missão. Porém, durante os *leaves*, saídas permitidas e em certa medida patrocinadas pela ONU, os militares poderiam, caso escolhessem este destino, visitá-las.

Trata-se de uma experiência vivenciada pela grande maioria dos veteranos. Visitá-las foi para muitos a realização de um sonho, fato mencionado em praticamente toda a literatura memorialista produzida até então. Roberto Brenol de Andrade menciona em seu livro tal visita como



“indefectível e indispensável”,¹⁸³ Stelson Ponce de Azevedo dedica todo um capítulo de seu livro, intitulado Cairo, para menção de sua visita e seu vislumbre das magníficas construções.¹⁸⁴ Fernando Corrêa de Barros vai além, discorrendo a respeito da subida às pirâmides e de um dos *shows* realizados no local, espetáculo chamado “*Son et Lumière*” realizado à noite em que os monumentos iluminados conversavam entre si.¹⁸⁵

Outra alusão à respeito das viagens turísticas ao Cairo está presente no livro de Stans Zouain Filho, com referências semelhantes aos demais livros.¹⁸⁶ Praticamente todos incluem imagens dos autores tendo ao fundo às pirâmides. Símbolo de Antiguidade, os monumentos tornaram-se marcas na História da humanidade e

¹⁸³ ANDRADE, op. cit., p. 67.

¹⁸⁴ AZEVEDO, op. cit., p. 47-57.

¹⁸⁵ BARROS, op. cit., p. 121-140.

¹⁸⁶ ZOUAIN FILHO, op. cit., p. 323-327.

símbolos incorporados ao imaginário social através da apropriação realizada pelos veteranos. Sobre a análise de símbolos, alegorias, rituais e mitos como parte da expressão de um imaginário social, vemos o exemplo de José Murilo de Carvalho ao citar que “símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações (...) Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.”¹⁸⁷

Outra presença marcante é a do camelo ou do dromedário, ambos periodicamente presentes nas paisagens representativas do Oriente Médio, tornam-se símbolos deste e de outros ícones do Batalhão Suez. O par de dromedários apresentados ali é parte da paisagem, que inclusive nas ocasiões de visitas às pirâmides eram (e o são hoje) utilizados para transporte de turistas, porém, a simbologia assume uma caráter mais profundo ao utilizar o animal como uma espécie de mascote da missão, presente em inúmeros outros veículos simbólicos utilizados.



Numa figura em caricatura, vemos a apropriação da imagem do animal veiculada juntamente com as pirâmides supracitadas. Detalhes importantes são os armamentos de tropas de infantaria inerentes ao corpo e o capacete azul com as iniciais UN, de United Nation, e uma placa indicando Suez à frente, com a personagem Zé Carioca rumando a Suez

e outra placa Brazil, apontando para trás. Zé Carioca também aparece com a Boina

¹⁸⁷ CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 10-11.

Azul, usada nas missões de paz, um violão nas costas, tipificando a irreverência do brasileiro e sua alegria em servir na missão. Tem ainda uma pomba nas mãos, símbolo representativo da paz. (Ver acima Ilustração n° 4)

Esta personagem tornou-se conhecida durante a Segunda Guerra Mundial, quando é criada, fazendo parte da ofensiva cultural realizada pelo governo americano no Brasil por ocasião das alianças militares da época¹⁸⁸. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, esse esforço inseriu o mundo do cinema e, em particular, a visita de Walt Disney ao Brasil em 1941, a produção do desenho *Alô, amigos!* e o nascimento do Zé Carioca.¹⁸⁹ Símbolo muito bem utilizado no período, é retomado pelos pracinhas de Suez. A simbologia, como outras presentes, parece ter sido inspirada e herdada da memória da FEB e da própria construção nacional a respeito da participação brasileira e suas formas de manifestação simbólica.

Outra imagem, mais vinculada à questão dos regionalismos, mostra também um dromedário com características de guerreiro semelhante aos das imagens anteriores. Sobre ele está um característico gaúcho brasileiro, com roupas típicas e com a bandeira da ONU nas mãos. Trata-se de um desenho adaptado para servir como uma espécie de logotipo para a “Associação Gaúcha dos ex-integrantes da Força de Emergência das Nações Unidas”, criada oficialmente em 11 de maio de 1984, em Porto Alegre. Tal desenho foi também



¹⁸⁸ Conceito trabalhado por: TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver também: SALUM, A. O. *Zé Carioca vai à Guerra*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, L. L. *A sociologia de Guerreiro Ramos*. In: Colóquio Internacional “O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois” Disponível em: http://www.ceao.ufba.br/unesco/06paper-Lippi.htm#_ftnref1 Acesso em: 13 out. 2004. [Texto apresentado no Seminário *O Projeto UNESCO: 50 anos depois*, organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, de 12 a 14 de janeiro de 2004.]

utilizado contendo a figura de um soldado brasileiro comum servindo para símbolo de outras associações anteriormente. (Ver acima Ilustração n º 5)

O desenho original, porém, percebe-se ter sido herdada de um periódico produzido durante a missão, intitulado “The Sand Dune – the UNEF Weekly”, cuja publicação semanal era realizada pelo Escritório de Informações Publicas do Quartel General da UNEF em Gaza.¹⁹⁰ No desenho a representação do soldado é vinculada à representação de todos os participantes da UNEF. Caminhando rumo ao Oriente o imponente dromedário enfrenta as areias e o sol sorridente do deserto, paisagem obrigatória da missão Suez. (Abaixo Ilustração n º 6)



Quanto aos monumentos, analisou-se alguns espaços conquistados pela associação e que passam a fazer parte do que se compreende como materialização e solidificação da memória. No interior do mesmo quartel acima citado, o 20º BIB, há mais um espaço “conquistado” pelos veteranos de Suez. Refiro-me a um monumento composto de diversos simbolismos que buscam identificar a missão e os elementos mencionados informam sobre o que é lembrado em construções como esta. Trata-se de um Jipe semelhante aos utilizados pelas tropas da UNEF. O veículo foi conquistado, segundo relatos orais, através de pedidos aos responsáveis por materiais não mais utilizados pelo Exército, do Parque Regional de Manutenção, também em Curitiba. Primeiramente foi montado e restaurado, pintado de branco e identificado com os

¹⁹⁰ THE SAND DUNE. Vol. VI n º 43. Office of Public Information, HQ. UNEF Gaza. October 26, 1962.

símbolos da ONU. Num segundo momento, em outra negociação, o veículo teria sido equipado com motor, o que possibilitou seu uso em cerimônias como, por exemplo, os desfiles do dia 7 de Setembro, em Curitiba, a partir do ano 2000.

Sobre ele está uma pirâmide estilizada, com claras funções simbólica e funcional: servir como fator de lembrança das pirâmides do Egito, elemento comumente presente nas representações simbólicas; além de servir como proteção para o veículo contra as intempéries do tempo que acelerariam sua deterioração. A pirâmide é uma cobertura, cuja estrutura foi feita com tubos de semáforos urbanos da Prefeitura de Curitiba que haviam se tornado sucata. Através de um contato com os responsáveis conseguiu-se a doação dos tubos que foram serrados, soldados, pintados e utilizados para apoiar a cobertura. (Abaixo Ilustração n^o 7)



Como geralmente ocorre, o monumento foi feito através de outras doações do restante do material necessário. Isso mostra de que modo a criatividade coopera para que ocorram as “conquistas” por associações com esse caráter e os constrangimentos sob os quais operam devido à falta de recursos. Além disso, tais atitudes mostram as

relações institucionais que ocorrem, informando sobre as formas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais para alcançarem seus objetivos e concretizarem seus projetos.

Completando o monumento há uma placa comemorativa estabelecida na ocasião da inauguração da pirâmide. Na placa está o mesmo mapa constante na entrada do museu, com a representação da região do Oriente Médio, feito em metal, com a indicação dos locais de atuação da I UNEF. Tal mapa foi elaborado por um militar que havia servido como Tenente no 14^o. Contingente.¹⁹¹

Outro espaço monumentalizado por iniciativa dos veteranos da associação curitibana foi o erigido na Praça das Nações, localizado no bairro Alto da Rua XV, em Curitiba. Foi inaugurado em 24 de Outubro de 1989. É composto de um bloco maior com uma escultura de uma pomba, símbolo da paz, estilizada em relevo no bloco, uma escritura em metal com o título “Homenagem do povo paranaense aos Soldados da Paz: os Boinas Azuis”. Abaixo do título há atualmente uma placa explicativa em acrílico (consta que as originais de cobre foram roubadas) sobre a criação da ONU, a formação da I UNEF e sobre a atuação brasileira, com uma breve menção sobre o “Prêmio Nobel da Paz”, com o qual foram agraciados em 1988. (Ver anexo n^o 1) Ao lado deste bloco está um menor que serve de apoio para um globo em metal e contém uma placa homenageando os militares enviados para servirem em Angola na UNAVEN, Missão de Verificação de Paz das Nações Unidas. Semelhante ao que ocorre com o acervo museológico reunido pela associação, tem-se aqui um elemento relevantemente somativo para a hipótese de que a tentativa de integração de outras forças de paz na memória da associação serviria como um elemento de continuidade e perpetuação da memória dos Boinas Azuis. (Ver anexo n^o 2)

No ambiente há 13 mastros. Nas comemorações realizadas no local, três destes mastros são para hasteamento das bandeiras da ONU, do Paraná e de Curitiba. Nos outros dez mastros hasteiam-se as bandeiras dos países participantes da missão¹⁹², incluindo a do Brasil. Anualmente no local é realizada uma comemoração no dia 24 de Outubro, Dia da ONU, analisada adiante.

¹⁹¹ As informações aqui utilizadas sobre o Monumento foram obtidas através de depoimentos orais: BAÇON, I. *Entrevista*. Curitiba, 03 jul 2004.

¹⁹² Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia.

Em outras cidades paranaenses vemos a construção de outros monumentos homenageando os soldados da paz: Em Bandeirantes - PR, com um monumento erigido em uma praça chamada “Praça das Nações Unidas”; em União da Vitória - PR, monumento inaugurado em Abril de 1997; e em Ponta Grossa - PR, monumento erigido erroneamente na Praça do Expedicionário, em que há um espaço destinado à comemorações dos soldados da FEB. Consta que o monumento foi idealizado por veteranos de Suez para ser erigido em outra Praça, chamada “Praça Batalhão Suez”, no Bairro de Uvaranas, mas foi inaugurado em local escolhido pela Prefeitura num controverso episódio.

As apreciações sobre as comemorações das quais participam o grupo social dos veteranos de Suez estarão ligadas aos comentários sobre os monumentos erigidos e a outras formas de manifestação da memória, pois a maioria das comemorações militares depende dos monumentos e ocorrem geralmente junto a eles, como sendo locais sacralizados para tais eventos. Nossas análises sobre este tipo de prática inspiram-se nos trabalhos de Celso Castro, sobre rituais e símbolos do Exército, no trabalho de Francisco Ferraz, sobre a reintegração social dos veteranos da FEB e num artigo de Dennison de Oliveira, sobre as comemorações dos veteranos da Legião Paranaense do Expedicionário. Segundo este autor, “entender o que é (e o que não é) comemorado e o por que pode contribuir consideravelmente para fazer avançar nosso entendimento da forma pela qual determinados agentes sociais interpretam a história e o papel que essa interpretação exerce sobre seu próprio grupo social.”¹⁹³ De modo análogo ao trabalho realizado por Oliveira, as análises sobre as comemorações assemelham-se a um tipo de pesquisa de campo.

Não havendo um calendário fixo para comemorações e por haver atualmente uma integração entre diversas associações, o que geram comemorações em várias cidades e em diferentes datas, analisaremos mais especificamente as comemorações realizadas na cidade de Curitiba. Para tais análises, servirão os conceitos de Celso Castro quando explica sobre a existência de uma *tradição da invenção*. Segundo ele, os elementos simbólicos presentes nas comemorações são “permanentemente

¹⁹³ OLIVEIRA, D. de. *Cultura e Poder...* op. cit.

reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos. Ao mesmo tempo, existe o esforço cultural oposto de cristalizá-los, tornando-os reconhecíveis para os indivíduos. Essa dialética de invenção e convenção é um processo sempre inacabado”.¹⁹⁴

A partir das primeiras iniciativas de integração realizadas entre os veteranos de Suez, em finais da década de 70, percebe-se a participação dos membros nos desfiles tradicionais de comemorações de 7 de Setembro. Inicialmente, consta das memórias orais a participação dos veteranos desfilando como tropas de Infantaria. Alguns não participavam devido à dificuldade física de desfilarem a pé. Atualmente eles são chamados para participarem e desfilam, uns em formação de Infantaria e outros com o Jipe que compõe o Monumento erigido no 20º BIB e com a bandeira azul da ONU. Houve uma mudança fundamental, considerada também como uma importante conquista, principalmente na identificação do grupo através do uso do veículo pintado de branco característico da ONU.

Outra solenidade anual fixa realizada em Curitiba é a do dia 24 de Outubro, Dia da ONU, na Praça das Nações no Bairro Alto da XV. Ela vem sendo repetida desde 1989, ano em que foi inaugurado o Monumento aos Soldados da Paz, no mesmo local. Percebe-se também um aprimoramento nesta solenidade, que por ser em local público, parece buscar de alguma forma contar com uma participação mais efetiva da sociedade em geral nas solenidades comemorativas. Entende-se que a busca por reconhecimento não se restringe apenas ao que diz respeito às Forças Armadas, mas visa atingir a população em geral. Nestas ocasiões vemos a participação de veteranos de outros Estados brasileiros, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma reciprocidade da participação dos paranaenses na solenidades realizadas em outros locais.

O evento tem início com o Hino Nacional entoado pela banda da 5ª Região Militar, sempre cedida pelo Exército para a solenidade. A seguir apresentam-se as autoridades presentes, algumas homenagens com concessão de medalhas são feitas, há o hasteamento das bandeiras da ONU, do Paraná, de Curitiba, e dos dez países participantes da I UNEF. As falas procuram ressaltar a importância da Missão Suez sob

¹⁹⁴ CASTRO, op. cit., p. 11.

o aspecto da questão da promoção da paz mundial, como uma conquista da qual o soldado brasileiro participou e participa, havendo uma ênfase para o período de dez anos de paz entre israelenses e egípcios e para a necessidade atual de paz em um mundo em constantes conflitos. Finaliza-se com um desfile militar nas ruas próximas ao monumento.

Outra importante solenidade é uma realizada no interior do 20^o BIB em data alusiva à saída do 4^o. Contingente para o Oriente Médio, em 29 de Julho de 1959. A solenidade conta com a participação de todo o Batalhão em serviço no dia, autoridades civis e militares convidadas e familiares e amigos em geral. Têm-se início com o Hino Nacional e logo depois a Canção do Exército. Tendo como autor da letra o Ten. Cel. Alberto Augusto Martins e da música T. de Magalhães, em data desconhecida, a canção faz importante e apropriada menção à temática da paz, principalmente no trecho a seguir:

A Paz queremos com fervor
 A Guerra só nos causa dor
 Porém, se a Pátria Amada for um dia ultrajada
 Lutaremos sem temor ¹⁹⁵

Na continuidade da cerimônia, após entoação do hino, seguem-se as homenagens, entregas de medalhas, desfile das tropas do quartel juntamente com alguns dos veteranos, e após o encerramento da ordem do dia, encerra-se com duas outras atividades: campeonato de tiro e almoço. Participam também membros de outras associações, semelhantemente ao que ocorre em outras solenidades, o que parece fazer parte das tentativas de integração nacional entre os veteranos, discussão presente em outros capítulos deste trabalho.

As características de ambas as solenidades supracitadas assemelham-se muito às comemorações do próprio Exército, tendo em vista a discussão das heranças e continuidades presentes nas comemorações de associações de veteranos e da questão concernente às tradições inventadas da instituição. Apesar de celebrações como estas

¹⁹⁵ Sessão Hinos Militares. In: BRASIL. *O Exército ...* op. cit.

serem abertas ao público em geral, trata-se de eventos com uma natureza intrinsecamente militar.

Merece menção a concessão de medalhas, pois se trata de objetos comemorativos criados pelas associações para homenagear autoridades civis e militares envolvidos com os projetos da associação e que tenham contribuído, de alguma maneira, para as causas do grupo social.

Ainda ao analisarmos as comemorações promovidas pelo grupo social estudado, vemos três elementos dignos de uma análise mais minuciosa. O hino estabelecido com oficial para as comemorações, uma *home page* elaborada para divulgação desta memória e o fato de terem sido agraciados com o Prêmio Nobel da Paz.

O hino do Batalhão Suez (ver Anexo 3) está contido no acervo do Exército Brasileiro, sendo tocado pela banda militar do 20º BIB de Curitiba nas solenidades e comemorações ao dia da ONU, anualmente no dia 24 de Outubro, na Praça das Nações, em Curitiba. O autor da letra foi o cabo Eduardo Pikunas e da música o mesmo Eduardo Pikunas e o soldado Romeu C. Moreira, já falecidos. Foram soldados na Faixa de Gaza, ambos da 8ª Cia do 7º Contingente do Batalhão Suez e, segundo consta, fizeram a composição durante a missão no deserto.¹⁹⁶

É composto de apenas duas estrofes e um coro. A primeira estrofe faz menção ao Batalhão Suez como um representante do Brasil e do povo “perante o mundo”. Há uma ênfase dada à questão da paz, com versos que exaltam ao Batalhão como “Gloriosa Unidade de Paz”, prestando “Poderoso auxílio, pela Paz Mundial.”, como “Defensor da Paz, da Humanidade” e como “...mensageiro da Paz sobre a terra.” Numa menção que manifesta uma espécie de consciência da importância histórica da missão desde seu início, há uma referência à atuação brasileira como algo que estaria presente “na História do Brasil, por toda a eternidade”. Esta tentativa de eternalização vê-se presente nas várias tentativas de afirmação e perpetuação da memória da missão.

Outra forma de comemoração, divulgação e manifestação da memória e da história do grupo tem sido uma página publicada na Internet. Este recurso tem se tornado outro espaço percebido por nós como elemento importante nesta construção.

¹⁹⁶ Informação obtida através de entrevista oral: SILVA JUNIOR, T. da. Entrevista. Curitiba, 14 ago. 2004.

Esta seria outra manifestação clara da tentativa de integração, tendo em vista que os idealizadores, organizadores e mantenedores da página são de distintos Estados e distintas Associações. Um do Rio Grande do Sul, outro do Paraná, outro de São Paulo e outro do Espírito Santo. Trata-se de uma miscelânea de informações, um veículo para informações dos eventos, com os mais diversos pontos de vista, ao mesmo tempo em que serve, paradoxalmente, como um veículo para auxílio na formação de um discurso comum.

Trata-se de uma iniciativa recente e ainda em construção, mas que aponta índices expressivos de visitas e um constante crescimento nas mesmas. O *site* é dividido em índices que remetem o internauta para textos relativos a cada um dos contingentes enviados ao Oriente Médio, com *links* que apontam para uma introdução, textos sobre Forças de Paz, sobre as associações espalhadas pelo país e seus respectivos contatos, esclarecimentos sobre as medalhas, o Prêmio Nobel, livros publicados sobre a missão, seções com mapas, fotografias, figuras diversas, homenagens, últimas notícias, dentre outros.¹⁹⁷

3.3 LITERATURA

Analisamos a produção bibliográfica realizada pelos próprios ex-participantes da I UNEF ao longo do processo de afirmação de uma memória. Tratam, na maioria das vezes, de iniciativas particulares e de produções realizadas através do esforço dos próprios veteranos, geralmente com editoras pequenas e com grandes limitações. Pretendeu-se identificar aspectos relativos a formação de uma identidade comum aos indivíduos do grupo social, as maneiras como são lembradas as experiências, os objetivos presentes nos projetos da organização e de que modo esta bibliografia interfere na participação comunitária e na memória construída pela organização. Buscou-se assim, entender a noção de historicidade presente nestas iniciativas e nos processos de preservação de uma memória, bem como identificar a possível construção de um discurso político ou ideológico comum aos veteranos, a partir desta

¹⁹⁷ THE BLUE BERETS: OS BOINAS AZUIS DA ONU. Disponível em: www.batalhaosuez.com.br
Acesso em 08 dez. 2003.

memória comum da qual compartilham, participam e constroem através de uma produção textual e iconográfica.

As fontes documentais analisadas são algumas memórias escritas por ex-participantes da I UNEF. Pretendeu-se perceber, dentre outros, quais os aspectos comuns aos relatos divulgados pelos próprios pracinhas como sendo constituintes de uma memória histórica. Semelhantemente ao que ocorreu com os ex-participantes da FEB nota-se que alguns ex-membros da I UNEF elaboram e publicam suas histórias e memórias sobre a Missão Suez. Este seria inclusive um dos fatores de análise da elaboração da memória, pois constantemente parece haver uma tentativa de comparação entre a missão da FEB e a Missão Suez, presente, por exemplo, em vários dos “lugares da memória” construídos pelos veteranos de Suez. Na publicação de Stelson Ponce de Azevedo, ao relatar um episódio vivido em sua estada em Suez, afirma que os boinas azuis “Por sua coragem e destemor, não desmereceram o heroísmo de nossos pracinhas da FEB”.¹⁹⁸

Apesar de possuírem em comum o fato de que todos participaram da mesma missão no Oriente Médio, vê-se algumas diferenças nos relatos que merecerão uma análise da inserção social dos autores, pois vão de relatos de soldados aos de oficiais, o que ocasiona diferentes textos e interpretações das realidades mencionadas. Porém, fator comum a praticamente todos os livros analisados é fato de que geralmente os autores estão inseridos nas participações dos Boinas Azuis em associações de veteranos, sendo integrados a esta memória comum da qual participam tantos outros. Vemos isso como um elemento auxiliador para as construções bibliográficas, pois a troca de experiências e o assimilar desta memória comum tornam-se presente na maioria dos trabalhos, conforme veremos.

Ao contrário dos veteranos da FEB, são poucas as publicações sobre a participação brasileira na missão. Tal evidência pode estar relacionada a uma questão verificada em várias iniciativas dos veteranos de Suez: a falta de incentivo externo para as tentativas de afirmação enquanto comunidade que participou de um evento que outros não

¹⁹⁸ AZEVEDO, op. cit.. p. 31.

participaram e para as múltiplas formas de manifestação das memórias do grupo e dos indivíduos.

Ao analisarmos a maioria dos relatos percebemos que uma seqüência lógica geralmente se repete, pois quase todos procuram linearmente identificar a maneira como passaram a pertencer ao Exército Brasileiro, como foi o chamado e a integração na Força de Paz, os antecedentes do embarque para o Oriente Médio, como foi a viagem de ida, a chegada, a atuação. Inúmeros são os relatos de situações bem-humoradas ou de problemas pelos quais passaram durante a permanência no Egito, as viagens realizadas a outros países por ocasião das folgas ofertadas pela ONU, quais aspectos regionais puderam ser identificados como choques culturais, como foi o retorno e a reintegração na sociedade brasileira.

Alguns se aventuram em tentar explicar em poucas páginas, geralmente introdutórias, o complexo e controverso conflito árabe-israelense, para situar o leitor no contexto histórico ao qual passaram a pertencer. Em geral, não se percebem erros grotescos ao remeterem-se aos aspectos do passado da região, pois o que se entende é que são relatos geralmente consultados em manuais simplificados e inteligíveis. Sobre as intenções de tais publicações, entende-se que passam a fazer parte da memória do grupo como um todo, tendo, assim como outros meios de divulgação, o objetivo facilitador da afirmação de um lugar na história e uma maneira de lembrar e registrar um passado comum ao grupo social. O que se pode inferir sobre tais publicações é que fazem parte de uma memória coletiva, contendo elementos que nem sempre foram vivenciados pelo próprio escritor, mas por outros membros do grupo social ao qual agora ele pertence e compartilha experiências do passado.

Algumas interpretações podem ser sutilmente percebidas, pois apesar da natureza neutra da missão, as realidades vividas por alguns contingentes, levam os autores a tendenciosas observações. Dacílio Magalhães, por exemplo, ao observar as atitudes dos israelenses por ocasião da deflagração da Guerra dos Seis Dias, em 1967, e o término da Missão Suez, busca identificá-los como ingratos diante da situação, pois segundo ele, haveria uma dívida de gratidão por parte de Israel pelo apoio brasileiro na formação do Estado de Israel em 1948. Tal “ingratidão” aparece em acusações de que

tropas israelenses dificultaram a retirada das tropas brasileiras, ocorrendo a morte de um soldado brasileiro.

Realmente este episódio aparece em praticamente todos os relatos e em várias outras manifestações da memória dos Boínas Azuis, e vão desde menções no Museu Histórico às homenagens em comemorações públicas. Trata-se do Cabo Carlos Adalberto Ilha de Macedo, gaúcho, pertencente ao 20^o contingente. Porém, há menção de que “muitos outros integrantes do Batalhão Suez ficaram feridos neste percurso”.¹⁹⁹ Conforme vimos, foram sete casos de falecimento durante a missão.²⁰⁰

Outras acusações aos israelenses que não somente são vistas neste e em outro relato são de que suas tropas teriam entrado nos acampamentos brasileiros e de que teriam sido levados para outras instalações sendo “obrigados a permanecerem seminus sob um frio intenso, com metralhadoras apontadas para suas cabeças”. Além disso, Magalhães menciona que as bagagens teriam sido “saqueadas por tropas israelenses, bem como suas armas e uniformes.” Somado a este relato vemos menção em um livro de Stans Zouain Filho, em que condena os atos de tropas israelenses com relação aos brasileiros do 20^o contingente na dita guerra como “desnecessário e desumano”.²⁰¹

Tais afirmações parecem refletir na memória do grupo social analisado uma tendência pró-árabe na análise do conflito como um todo. Isso fica evidenciado de outras maneiras por outros meios de divulgação da memória. Pouco se fala, por exemplo, sobre os *fedayans*, militantes árabes e palestinos que causavam sérios problemas nas regiões fronteiriças entre Egito e Israel, buscando-se uma ênfase maior às amizades e contatos feitos por brasileiros com os chamados *habibes*, árabes que se tornavam amigos ou que prestavam serviço no campo brasileiro²⁰². Um deles, recentemente reencontrado no Brasil por membros da associação organizada no Rio Grande do Sul, tornou-se objeto de destaque no *site*, nas comemorações e homenagens, passando a figurar a memória do grupo.

¹⁹⁹ MAGALHÃES, A Guerra dos Seis Dias. (cap. 11) In: _____. op. cit., p. 80.

²⁰⁰ Ver cap. 3, p. 48, n. 127

²⁰¹ ZOUAIN FILHO, op. cit., p. 207.

²⁰² Habibes, do árabe, significa amigo, companheiro, numa tradução para o português. A expressão tornou-se linguagem comum entre os pracinhas de Suez para designar os árabes com os quais tinham contato.

Outros relatos, porém, parecem fazer parte também de uma tendência geral percebida nas publicações analisadas: a tentativa de buscar para o grupo social ao qual pertencem reconhecimentos por parte da nação e da sociedade em geral, da missão em que participaram, pois são inúmeras as queixas sobre atitudes da instituição Exército Brasileiro e ao governo do país em relação aos veteranos. Há nos livros menções diretas sobre a “árdua missão” enfrentada pelos capacetes azuis, o que entendemos como formas de valorização e como maneiras de combater outras acusações e depreciações passaram a receber e até mesmo uma luta contra o esquecimento, fator comum entre veteranos militares.²⁰³

Para afirmação de tal posição, verificamos multiplicarem nos livros alguns problemas enfrentados pelos brasileiros, como o próprio perigo da deflagração da guerra, o ambiente bélico ao qual estavam sujeitos com a presença de minas terrestres e aviões de reconhecimento, a espionagem israelense, os terroristas árabes e as possíveis represálias, cobras, escorpiões, falta d’água, enfermidades como a lepra, a tuberculose, o tracoma, ocorrências de roubos e furtos, instalações precárias (principalmente evidenciada no início da missão), o calor do dia e o frio de deserto, a miséria das populações locais, as diferenças e choques culturais, a distância do Brasil e os sentimentos de saudades dos familiares (este por sua vez mencionado em todos os relatos analisados e em inúmeras outras fontes). Enfim, vários outros itens que justificam a necessidade de revisão e de reparações, segundo eles, para o tratamento ao qual foram destinados e à falta de atendimento no retorno ao país e nos dias atuais.

Sobre as queixas de descaso, tem-se uma clara indignação de Fernando Corrêa de Barros, quando em seu livro intitulado “Fronteira das Ilusões”, publica um discurso preparado por ele mesmo por ocasião de uma comemoração de trinta anos do retorno dos integrantes do 13^o contingente do Batalhão Suez, mas que foi censurado pelo comando da unidade militar na qual o evento acontecia. O teor do texto é o de que lhes foi negado, ao longo dos anos, o reconhecimento público e material, tendo a nação brasileira “dado as costas aos seus filhos mais pródigos”. Em uma nota complementar que antecede o discurso, procura mostrar que enquanto a comunidade internacional os

²⁰³ WINTER; SIVAN, op. cit., p. 29 –30.

reconhecia através da concessão do Prêmio Nobel da Paz à I UNEF, em 1988, foram os ex-boinas azuis “desprezados e abandonados”, sendo que grande parte deles teria ao retornar de enfrentar realidades como o “mais completo abandono e indignância” permanecendo após o retorno como “desempregados, doentes e desassistidos.”²⁰⁴ Detalhe interessante sobre a obra é que foi catalogada como Romance nos índices de catálogo sistemático de bibliotecas, sendo que se trata claramente de uma obra memorialista e que nenhuma das personalidades citadas é fictícia. Pode-se entender que grande parte das histórias contadas são presumidamente verdadeiras ou baseadas em fatos que realmente aconteceram. O que se percebe é que muitas vezes as distorções ocorrem devido ao fato de que outras memórias passam a fazer parte dos relatos que os sujeitos nem sempre vivenciaram pessoalmente.

Outra produção analisada é a de Roberto Brenol de Andrade, intitulada “Batalhão Suez... fora de forma, marche! missão árdua ou tempo perdido?”, publicada em Porto Alegre através da Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, no ano de 1985. Trata-se de um relato jornalístico, literário e memorialista, conforme justificativa do próprio autor, de um integrante de um dos batalhões gaúchos de brasileiros enviados ao Egito, servindo ele também, inusitadamente, como uma espécie de correspondente de guerra, enviando notícias para uma rádio no Brasil, com a permissão de seus superiores. O próprio título já retrata a natureza da obra, pois percebe-se uma valorização da missão e um caráter reivindicativo de reconhecimento para a atuação dos Boínas Azuis.

Outro estilo textual produzido é a forma de diário. As obras supracitadas possuem um caráter semelhante, tendo alguns deles a menção de que os livros foram feitos baseados nos relatos de diários produzidos durante a missão. Outros, porém, são especificados como diários de campanha. Um exemplo claro é o livro do capelão J. J. Dourado, publicado antes mesmo do término da missão, em 1963. Esta é a única publicada nesta situação. O autor realiza uma descrição minuciosa das experiências por ele vividas, desde a viagem de partida até a de retorno, constituindo um elemento importante da memória construída ao longo dos anos pelos demais integrantes, pois o fato de ter sido publicado em 1963, quatro anos antes do término da missão, fez com

²⁰⁴ BARROS, op. cit., pp. 260 – 7.

que parte das lembranças do grupo social pudesse ter como base algumas das experiências descritas.²⁰⁵ Tal evidência pode ser percebida quando são analisados os depoimentos e discursos proferidos, em que os veteranos remetem-se diretamente a este e a outros livros como referências para fundamentar seus relatos.

De modo geral, podemos inserir as produções bibliográficas citadas no arrolamento das fontes utilizadas para nossa pesquisa devido ao caráter que possuem, como parte da memória que é formulada após o retorno dos sujeitos e, sobretudo para as situarmos como produções que só encontram lugar após a efetiva organização dos veteranos em associações. Percebemos que tal possibilidade se dá apenas a partir de finais da década de 70 e início dos anos 80, pois com a exceção do trabalho de J. J. Dourado, os demais trabalhos são todos publicados após a abertura política pela qual o país passou. Tal evidência remete-nos a associar o fato das próprias associações somente passarem a existir após o fim do regime militar, evidência empírica, confirmada através de depoimentos orais de outras fontes. A associação com sede em Curitiba, por exemplo, segundo os fundadores, é a mais antiga do Brasil, sendo fundada em 1978.

Entende-se que as produções bibliográficas dos veteranos de Suez podem ser consideradas como parte da memória construída pelo grupo social como um todo. São relatos importantes que mostram de que maneira parte das experiências rememoradas pelos veteranos é influenciada por elementos presentes nos livros. Além disso, vê-se que o processo inverso também pode estar presente nesta produção, pois grande parte dos relatos publicados podem ter sido influenciados ou até mesmo baseados em experiências contadas por outros pracinhas ao autor.

O fenômeno esclarece, em certa medida, as transformações pelas quais as memórias de grupos sociais passam ao longo de suas construções, tornando-se “verdades” na medida em que se repetem em vários meios de divulgação ou tornam-se “discursos oficializados” pelo grupo com o passar do tempo.

Além do caráter memorialístico e informativo das produções, trata-se de uma maneira eficiente de publicação e valorização da memória da qual fazem parte, de exposição da importância de tal História e da divulgação de um caráter reivindicatório,

²⁰⁵ DOURADO, op. cit.

também presente em outros veículos. Parte das justificativas de tais produções, que podem ser observadas nos prefácios e introduções, parece estar vinculada a um combate aos elementos depreciativos²⁰⁶ e fazem parte de uma luta contra o esquecimento e o desprezo pelo quais afirmam vivenciar.

Podemos concluir entendendo que as memórias individuais se reforçam, se fortalecem e são aperfeiçoadas, enquadrando-se em padrões involuntariamente formados pela memória coletiva. Isso ocorre devido a participação nas atividades concernentes às lembranças e o contato com as múltiplas formas de interpretação e de comemoração do grupo. Entendemos o uso da memória como um instrumento para serem lembrados e valorizados. A inserção nas atividades parece contribuir também para os objetivos finais propostos, um deles a tentativa de reconhecimento e a busca por benefícios de caráter indenizatório e reparatório num processo de reintegração social.

²⁰⁶ Menção presente no livro de Dacílio Magalhães sobre o discurso proferido no Congresso Nacional depreciando a missão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa exposição apresentamos inúmeras conclusões parciais, capitulares, de modo que melhor se especificaria esta última parte como sendo uma consideração peremptória para o tema. Percebemos que a intenção principal dos veteranos de Suez é preservar a memória do grupo social ao qual pertencem. As dificuldades sob as quais operam são múltiplas, de maneira que percebemos a busca por uma auto-afirmação através da manutenção das celebrações e da divulgação da participação e da valorização de seus papéis na História militar do país. O grupo social passa a ter um sentimento de pertencimento e busca em suas origens, ou seja, naquilo que os uniu – a participação na I UNEF - uma identidade coletiva. A representatividade disto perpassa por praticamente todas as manifestações culturais das quais participam.

Certa ambigüidade pode ser percebida quando analisamos que apesar das críticas sobre o não-reconhecimento do Estado do devido valor da missão, vemos nas celebrações, nos símbolos e em toda sorte de elementos comemorativos e das lembranças uma exaltação de valores pertencentes aos órgãos oficiais. Como exemplo, existe uma clara e evidente identificação com o Exército, com a noção por este elaborada de Pátria e de patriotismo, com o mito do heroísmo nacional vinculado ao soldado brasileiro. As comemorações têm por objetivo a preservação desses valores e sua demonstração para a sociedade naquilo que chamamos de uma luta contra o esquecimento. São, portanto, institucionalizadas, e o Exército parece se tornar o principal veículo destas comemorações. Assim, há uma ênfase aos veteranos e ao valor da missão por eles executada.

Mas, quais os interesses institucionais por parte do Exército Brasileiro em incentivar, promover, aceitar e auxiliar as comemorações e iniciativas da Associação de Veteranos? Na verdade, vemos que se trata de uma valorização importante desta instituição diante do Governo Brasileiro. Vimos neste trabalho a crise identitária enfrentada pelo Exército ao longo dos anos de sua trajetória histórica. As reivindicações por trás das comemorações são na verdade contra a União, e não contra o Exército, de forma que interessa aos comandos locais valorizar os grupos sociais que façam referência à bravura, estima, coragem e importância da classe militar.

Apesar de entendermos que várias formas de comemoração dos veteranos de Suez possuam um caráter reivindicatório, vemos que algumas reclamações são justas no que remete ao valor que poderia ter sido dado à experiência adquirida no exterior pelos brasileiros. Sabe-se que somente os profissionais permaneciam no Exército após a missão, sendo os soldados desligados da instituição ao retornarem. Em outros países, “a participação em operações de paz é aproveitada (...) como uma escola para o aperfeiçoamento de seus quadros”²⁰⁷ Segundo outro Boina Azul, o fato de terem sido usados para manutenção da paz na região médio-oriental teria tornado o soldado brasileiro apto para “ participarem de operações especiais, como o policiamento de nossas fronteiras, evitando evasão de divisas, de riquezas e dificultando o tráfico de drogas”²⁰⁸

Somado a isso está a falta de assistência após o retorno e suas conseqüências, o que chamaríamos de reintegração social do soldado brasileiro após a missão. Não se tem notícia de indenizações, tratamentos médicos ou outras preocupações da mesma espécie. O que sobram são relatos geralmente queixosos dos próprios Boínas Azuis quando apontam casos de ex-participantes desempregados, doentes, traumatizados, mendigos, enfim, em sérias dificuldades para serem reabsorvidos pela sociedade. Tal temática, a da reintegração social dos veteranos de Suez, fornece margem para futuras pesquisas, pois tratar-se-ia de um trabalho de identificação da veracidade e do grau de realidade para tais situações mencionadas obstinadamente nos discursos até então analisados.

Um elemento presente nas falas é uma certa imparcialidade em relação ao conflito, pois geralmente os discursos e menções respeitantes à crise médio-oriental mostrarão uma memória que refere-se à Israel sendo visto como “vilão” e os árabes como os injustiçados da história. A recíproca parece ser verdadeira, ou seja, os árabes passam a simpatizar com os membros da ONU, sobretudo aqueles que viram o findar da guerra e até mesmo passaram a ser assistidos, em certa medida, a partir do estabelecimento das forças de paz.

²⁰⁷ SANTOS, Dez anos no deserto..., p. 282.

²⁰⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 89.

Apesar dos apelos realizados pelos veteranos para a valorização da História, buscou-se identificar em que medida estes teriam noção clara das interpretações historiográficas ou se haveria uma crítica coerente estabelecida pelo grupo social. O que se nota é que poucos se tornam mais proficuamente envolvidos com a produção intelectual compartilhada pelo grupo, passando a compreender e a atualizar-se. Essa parte do grupo social geralmente pode ser identificada como os responsáveis pelas comemorações, sendo eles os membros capazes de elaborar os eventos, de representarem o grupo junto à sociedade e perante o próprio Exército nas relações existentes entre a Associação e a instituição maior.

Porém, outro questionamento que se tentou resolver foi sobre as formas de interpretação histórica provenientes da memória construída enquanto “discurso formatado”. Percebemos que se trata claramente da construção de uma história positivista da missão, ou seja, o que se mostra e o que se deixa de mostrar concorre geralmente para o bom funcionamento dos interesses da Associação em valorizar a Missão Suez, os seus participantes, o Exército Brasileiro, de modo que se buscam excluir os problemas e erros vinculados à missão. A única falha estaria relacionada justamente ao fato da falta de assistência financeira e do devido reconhecimento para os soldados envolvidos na missão.

Assim, os aspectos relativos às relações estabelecidas entre a Associação conduzida pelos veteranos e a instituição Exército Brasileiro, apresentam alguns paradoxos importantes. Por um lado vemos que se estabelece uma relação, acima citada, que pode ser vista como uma espécie de pertencimento por parte dos veteranos à instituição maior – Exército Brasileiro. Isso evidenciou-se através de múltiplos aspectos percebidos na análise campal: uso de símbolos, discursos, fardamentos, costumes e outras formas de apresentação propriamente militares; semelhanças nas comemorações, nos hinos, nas homenagens, nos objetos a serem cultuados; adoção de mentalidades e ideologias presentes nos quadros marciais, como por exemplo o conservadorismo, a disciplina, o governo, a hierarquia, a ordem, etc... Por outro lado, vimos o discurso da queixa, da indignação, da reivindicação, da apresentação daqueles que se sentem traídos pela Pátria e pelo Exército pelo qual um dia se dedicaram

inteiramente servindo fora do país, arriscando-se, entregando-se e sendo em contrapartida desamparados.

Nada obstante, o relacionamento formado parece ser de mútuo respeito e de um recíproco interesse. Ou seja, da mesma forma como para os ex-integrantes do Batalhão Suez torna-se imprescindível a aparição, a presença, a menção, o reconhecimento formal (ainda que apenas discursivo), a política da boa vizinhança também interessa ao Exército ou mais pontualmente, aos comandos locais estabelecidos, pois prestigiar a História do Exército, um passado histórico glorioso, uma missão que pode ser vista como um acerto, uma contribuição para a paz mundial, bem como justificar uma situação atual extremamente criticada²⁰⁹ (no caso uma missão de paz), tornam-se motivos suficientes para aproximar e dar voz aos veteranos.

A atual missão de paz no Haiti suscita indagações importantes, pois vemos um passado histórico que passa a ser recentemente construído pelo Exército, utilizando a memória até então existente das outras participações brasileiras para trazer a tona aspectos referentes à importância deste tipo de intervenção. Forja-se assim um caráter para o soldado brasileiro como sendo identificado como “soldado da paz”. Apresenta-se como característica do Exército a da instituição onipresente e infalível, utilizando-se frases de efeito sensibilizadoras e justificadoras das ações e decisões governamentais; multiplicam-se os artigos em revistas impressas e virtuais sobre o assunto missões de paz.

Por exemplo, durante o ano de 2005 reformulou-se o *site* oficial do Exército, incluindo-se maciçamente textos e imagens sobre as missões de paz, com chamativos logotipos sendo colocados na página inicial.²¹⁰ Igualmente, multiplicaram-se os artigos em revistas oficiais especializadas, sendo a maior evidência para tal a supracitada “Revista Verde Oliva”, que em suas últimas edições publica sistemática e

²⁰⁹ Como ilustração de um exemplo para as muitas críticas negativas relativas ao Haiti, ver PETRY, A. O atoleiro em que o Brasil se meteu. In: *Revista Veja*. Ed. 1883, a. 37 n. 49. 8 dez. 2004. p. 130 – 142.

²¹⁰ BRASIL. *Exército Brasileiro – Braço Forte, Mão Amiga*. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/> Acesso em 03 jan. 2006.

ininterruptamente artigos sobre missões de paz e sobretudo matérias glorificando a atuação brasileira no Haiti.²¹¹

Entendemos que este trabalho não esgota de maneira alguma a temática proposta, tratando-se somente de um passo inicial que pretende suscitar novas frentes de interpretação para o tema. Não há ainda uma investigação satisfatória e academicamente produzida que trate da atuação brasileira na I FENU, de modo que compreendemos como viáveis e necessários trabalhos que vinculem a temática com a História Militar, com a área das Relações Internacionais, e até mesmo que venham a aprofundar a questão da reintegração social e da memória dos veteranos de Suez. Tendo em vista a intensa e constante participação brasileira em Forças de Paz da ONU, vemos que multiplicam-se as fontes para sua investigação histórica. Apesar disso, são escassos os trabalhos na área, havendo uma carência na produção desta historiografia. Um campo vasto para a atuação do profissional interessado é justamente o da aproximação entre o meio acadêmico e os testemunhos ainda vivos desta tão importante página da História Nacional.

²¹¹ Conf. n. 2.

REFERÊNCIAS

- A PAZ do Brasil para o Haiti. **Revista Verde-Oliva**. Ano XXXI, n^o 181, Abr/Mai/Jun 2004.
- ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- AKCELRUD, I. **Oriente Médio**. São Paulo: Atual, 1993.
- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil**.(1964 – 1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDRADE, R. B. **Batalhão Suez... fora de forma, marche!**: missão árdua ou tempo perdido? Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1985.
- ANDRADE JUNIOR, H. de. Matrizes ideológicas presentes no segmento militar brasileiro: o caso do Clube Militar (1950-1964) In: **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano I, n^o. 1, jul/dez de 2001. Disponível em: <<http://www.csonline.ufjf.br>>. Acesso em: 18 set. 2003.
- ARBEX JUNIOR, J. **Guerra Fria: terror de Estado, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 1997.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. Unb, 1979.
- AUGUSTO, A. N. **A Grande Mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- AZEVEDO, S. S. P. **Em nome da Paz: memórias da missão Suez**. Brasília: Gráficos Charbel, 1996.
- BALLALOU, J. **L'ONU et les opération de maintien de la paix**. Paris: Édition A. Pedoe, 1971.
- BARKER A. J. **A Guerra dos seis dias**. História Ilustrada do século de violência n. 13. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
- BARROS, F. C. de. **Na fronteira das ilusões**. 1^o ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998.
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BÉDARIDA, F. Tempo Presente e presença da história. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.

- M. (orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 219-29.
- BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e a estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, A. M. de C. (org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 9 – 22.
- BLOOMER, D. R. **Violence in the Congo: a perspective of United Nation's Peacekeeping**. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1984/BDR.htm> Acesso em: 14 abr. 2005.
- BOJUNGA, C. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BONALUME NETO, R. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- BOYD, A. **Nações Unidas: Devoção, Mito e Verdade**. Lisboa: Ulisseia, 1964.
- BRASIL. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946 – 1985**. Brasília: Funag, 1995.
- _____. **A paz do Brasil para o Haiti**. Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 15–19. Brasília / DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004.
- _____. **Brigada Haiti 2.º Contingente**. Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 34–37. Brasília / DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004.
- _____. **Exército Brasileiro – Braço Forte, Mão Amiga**. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/> Acesso em 03 jan. 2006.
- _____. **Haiti um ano de operações**. p. 30 – 34 Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 30–34. Brasília / DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004.
- _____. **História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo**. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972.

- _____. Missão de Paz Internacional (Exército Brasileiro Instrumento de Paz no Oriente Médio) in: **História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1972.
- _____. **Missões de Paz**. Disponível em:
<http://www.exercito.gov.br/04Maoami/missaopaz/indice.htm> Acesso em: 4 jan 2006.
- _____. **O Exército na História do Brasil**. Biblioteca do Exército ed. Salvador, BA: Odebrecht, 1998. (CD-ROM).
- _____. **Presença da Engenharia Militar do Brasil no Haiti**. Revista Verde Oliva. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). p. 35–36. Brasília/DF, Ano XXXI, n.º 181, Abr/Mai/Jun 2004.
- BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.) **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2001.
- BRENER, J. **Ferida Aberta**. São Paulo: Atual, 1993.
- CARDOSO, A. J. S. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 231-240.
- CASTRO, J. de. O Brasil e o Mundo Afro-Asiático in: **Revista Brasiliense**. nº 36, julho/agosto 1961. p. 9 – 15. São Paulo: Urupês, 1961.
- CHAUVEAU, A.; TÉTART, Ph. **Questões para História do Presente**. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHURCHILL, R. S.; CHURCHILL, W. S. **Seis dias de uma guerra milenar**. Tradução: Vera Pedroso. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Expressão e Cultura, 1968.
- COELHO, E. C. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- COHN, G. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, C. G. **Brasil em perspectiva** 18^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CONNERTON, P. **How societies remember**. Cambridge: University Press, 1989.
- COSTA, E. V. da. A dialética invertida: 1960 – 1990. In: **Revista Brasileira de História**. Vol 14, nº 27. São Paulo: ANPUH – Marco Zero, 1994.
- D'ARAUJO, M. C. **Ainda em busca da identidade**: Desafios das Forças Armadas na Nova República. Texto CPDOC n^o 36. Rio de Janeiro: F. G. V., 2000.
- DAYAN, M. **A Guerra do Sinai**. 2^a ed., Tradução: Caio Freitas. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.
- DEMANT, P. Israel X Palestinos: A camuflagem religiosa de um conflito nacional. In: **Ciência Hoje**. Vol. 30, n^o 177, nov. 2001, p.22-29.
- DONOVAN, R. J. **A terceira guerra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.
- DOURADO, J. J. **Oriente Médio**: Batalhão Suez. Petrópolis: Vozes, 1963.
- DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (orgs.) **Israel-Palestina**: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: UNESP, 2002.
- EBAN, A. **A História do povo de Israel**. Tradução: Alexandre Lissovski. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.
- ECHAVARRÍA, J. M. **Consideraciones sobre el tema de la paz**. México: Banca de México, 1945.
- FAIANS, D. **War and Peace**. Tel Aviv: Amihai, 1968.
- FARO, C.de.; SILVA, S. Q. da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, A. M. de C. (org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FEHRENBACH, T. R. **O que há por trás da ONU**. Rio de Janeiro: Dinal, 1967.
- FÉLIX, L. O. **História & memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1998.
- FERRAZ, F. C. A. **A Guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da F.E.B. (1945 -2000). Tese de Doutorado. História Social. Universidade de São Paulo, 2002.

- _____. A guerra em tempo de paz. In: **Nossa História**. Ano 2, n. 15, jan. 2005. p. 31-35.
- _____. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FERRO, M. **Suez 56: naissance d'un tiers-monde**. Bruxelas: Complexe, 1982.
- FONTOURA, P. R. C. T. da. *O Brasil e as operações de manutenção de paz das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 1999.
- GALLIE, W. B. **Filósofos da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- GALT, T. **Nações Unidas: história, organização, funcionamento**. Tradução: Caio de Freitas. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.
- GARCIA, E. V. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Brasília: Alfa Ômega, FUNAG, 1999.
- GATTAZ, A. C. **A guerra da Palestina**. São Paulo: Usina do Livro, 2002.
- GILBOA, Y.; GILBOA, S. K. **(1948 – 1998) Israel Ano 50: do sonho à realidade**. Divisão de relações públicas. Ministério das Relações Exteriores de Israel. Jerusalém: Ahva, 1998.
- GOMES, A. M. de C. (org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- GOMES, F. A. **Morrer por Israel**. Porto Alegre: Globo, 1967.
- GORDON, K. **As Nações Unidas no Congo: em busca da paz**. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.
- GOULART, M. R. O Batalhão de Força de Paz em Operações. In: **A Defesa Nacional**. Ano 85, n.º 783, 1.º. Quadrimestre de 1999.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HELLER, M. I.; DUARTE, M. de L. A. G. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Sobre História: Ensaios**. Tradução: Cid K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOOPEES, J. **Oral History: an introduction for students**. Chapel Hill: University of North Carolina, 1979.
- HOURANI, A. A crise no Canal de Suez In: **Uma História dos Povos árabes**. 2^a ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ISRAEL. Ministry of Defense Publishing House. **The Israel Defense Forces: Looking to the Future**. IDF Spokesperson's Unit Information Branch, 1998.
- _____. **O Conflito árabe-israelense em mapas**. Centro de Informação de Israel. Jerusalém: Ahva, 1992.
- JORNAL Soldados da Paz: Órgão Oficial de Divulgação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez**. Porto Alegre: Ano II n. 4, jun. 2004.
- KEEGAN, J. **O rosto da batalha**. Tradução: José Vieira de Lima. Lisboa: Fragmentos Ltda, 1991.
- _____. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- KERSTEN, M. S. de A. **Os rituais de Tombamento e a escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938 e 1990**. Curitiba: UFPR, 2000.
- KONZELMANN, G. **O Canal de Suez: um ponto explosivo na rota marítima do petróleo. História, controvérsias e problemas da ligação entre o Ocidente e o Oriente**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2001.
- _____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2002.
- LAPIERRE, D.; COLLINS, L. **Ó Jerusalém**. Tradução: José Luis Luna. São Paulo: Círculo do Livro, 1971.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. São Paulo: Unicamp, 1990.

- _____. **Documento/Monumento.** In : ENCICLOPÉDIA Einaudi v. 1, Memória/História. Porto : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- _____. **Memória.** In: ENCICLOPÉDIA Einaudi v. 1, Memória/História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LEWIS, B. **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- LINHARES, M. Y. (org.) e allii. **História Geral do Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LISSOVSKI, A. **Israel e seus vizinhos.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.
- LOPES, L. de A. **A política externa israelense em relação às negociações de paz com a OLP nos anos 90.** (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais) IRI/PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2000.
- MAIOCCHI, R. **A era atômica.** Tradução: Isa Mara Lando e Mauro Lando. São Paulo: Ática, 1996. [Coleção século XX]
- MALAN, P. S. Relações econômicas Internacionais do Brasil (1945 – 1964). In: FAUSTO, B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano, tomo III: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MALIK, C. **Luta pela Paz.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MARANHÃO, R. **O Governo Juscelino Kubitschek.** São Paulo: Brasiliense: 1981.
- MARETTI, W. A. O exército e a política externa brasileira no Brasil contemporâneo. In: **Revista do Exército Brasileiro.** Vol 133, 2º. trimestre de 1996.
- MARGULIES, M. **Origem de uma crise.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- MASSOULIÉ, F. **Os conflitos do Oriente Médio.** Tradução: Isa Mara Lando e Mauro Lando. São Paulo: Ática, 1997. [Coleção século XX]
- MAYER, S. L. As Guerras Recentes In: **Guerras do século 20.** Rio de Janeiro: Primor, 1975.
- MEIGS, C. **As batalhas da paz:** As grandes crises mundiais desde 1945. Tradução: Evangelina Maria Falcão de Mendonça. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.

- MENDONÇA, S. R. de. Dez anos de economia brasileira: história e historiografia (1954-1964) In: **Revista Brasileira de História**. Vol 14, nº 27. São Paulo: ANPUH Marco Zero, 1994.
- MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- _____. Freud Arqueólogo. In: **Atlante**, 3: pp. 60-66, 1990.
- MILITARY REVIEW**. Edição brasileira. Operações de Manutenção de Paz. 3rd Quarter 1994.
- MILLER, R. I. **Dag Hammarskjöld e a diplomacia de crise**. Rio de Janeiro, 1962.
- MOURA, G. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, A. M. de C. (org.) FARO, C. de. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p. 23.
- NASS, S. F. **Legião Paranaense do Expedicionário**: indagações sobre a reintegração social dos “febianos” paranaenses. (1943 – 1951). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n.10, dez 1993, p. 7-28.
- O BRASIL visto pela ONU**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1943.
- ODÁLIA, N. O Brasil nas Relações Internacionais: 1945 - 1964. In: MOTA, C. G. **Brasil em perspectiva**. 18^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- OLIVEIRA, L. L. **A sociologia de Guerreiro Ramos**. In: Colóquio Internacional “O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois” Disponível em: http://www.ceao.ufba.br/unesco/06paper-Lippi.htm#_ftnref1 Acesso em: 13 out. 2004. [Texto apresentado no Seminário *O Projeto UNESCO: 50 anos depois*, organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, de 12 a 14 de janeiro de 2004.]
- OLIVEIRA, D. de. Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas brasileiras: o caso de Monte Castelo. **Academia Montese**. Disponível em: www.academiamontese.rg3.net Acesso: 11 set. 2002.
- OREN, M. **Seis dias de guerra**: junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004.

- PAZ, U. **Guerra relâmpago: antecedentes e conseqüências**. São Paulo: V. G. T. Ltda, 1967.
- PETRY, A. O atoleiro em que o Brasil se meteu. In: **Revista Veja**. Ed. 1883, a. 37 n. 49. 8 dez. 2004. p. 130 – 142.
- PIRES, L. Os militares a serviço das Nações Unidas. In: **Revista do Exército Brasileiro**. Vol 133, 2º. trimestre de 1996.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POMAR, W. Um olhar sobre a História econômica da Ditadura. In: **Cult** Revista Brasileira de Cultura. Dossiê 1964 o Golpe da História. n. 78, ano VI, Rio de Janeiro: Editora 17, mar 2004. p. 46 – 49.
- POWER, S. *Genocídio: a retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- POYDENOT, H. **Le Canal de Suez**. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- PRINS, G. História Oral in: BURKE, P. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- RAMALHO, J. R. O Estado produtor e a Fábrica Nacional de Motores. In: **De JK a FHC: reinvenção dos carros**. p. 159 – 180. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, A. J. **O Paraná na FEB**. 3ª. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1985.
- ROSNER, G. **A Força de Emergência da ONU**. Tradução: Augusto de Moura Diniz. Rio de Janeiro: Record, 1966.
- ROTHENBERG, B. **Our finest year**. Translation: Kohansky & Hoffman. Tel Aviv: Am Oved, 1968.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SALUM, A. O. **Zé Carioca vai à Guerra**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- SANTOS, A. C. M. dos. Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate. In: **História: Questões e Debates**. Ano 9, n. 17, p. 242-250. Curitiba, Dez. 1988.

SANTOS, N. B. dos. Cinquenta anos de OEA: o que comemorar? **Revista Brasileira de Política Internacional**. a.41, n. 2, p. 159-64, 1998.

_____. (org.) **Brasil & Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília: UnB, 2000.

_____. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) – sionismo. In: _____. **Brasil & Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília: UnB, 2000. p. 19 – 70.

_____. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. (orgs.) **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: UNESP, 2002. p. 263 – 285.

SCALERCIO, M. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SENA, D. R. **Exército Brasileiro: ontem, hoje, sempre**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2000.

SHARPE, J. A História vista de baixo in: BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCHILLING, V.; ARAÚJO, C. A. Guerra: uma história sem trégua. In: **Caminhos da Terra**. Ano 12, n. 132. abr. 2003. p. 44 – 59.

SILVA, Alberto Martins da. **Operações de Paz: Nações Unidas**. (Pesquisa Histórica) Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano, tomo III: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SIMÃO NETO, A. Nova História, Novo Museu? In: **História: Questões e Debates**. Ano 9, n. 17, p. 242-250. Curitiba, Dez. 1988.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930/1964)**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

STEVENSON, W. **Israel Rumo a Suez**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

STRAUCH, E. **Serviço Secreto de Israel**. Tradução: Lia Strauch. São Paulo: Sumus, 1976.

THE BLUE BERETS. A review of United Nations Peacekeeping. Third Edition. New York: United Nation Department of Public Information, 1966. UNEF: pp. 35 – 55.

THE BLUE BERETS: Os Boinas Azuis da ONU. Disponível In: www.batalhaosuez.com.br Acesso desde: 2000.

THE SAND DUNE. Vol. III n^o 26. Office of Public Information, HQ. UNEF Gaza. June 27, 1959.

THE SAND DUNE. Vol. VI n^o 43. Office of Public Information, HQ. UNEF Gaza. October 26, 1962.

THE SAND DUNE. Vol. X n^o 8. Office of Public Information, HQ. UNEF Gaza. June, 1966.

THOMPSON, M. **Rubbish theory**: the creation and destruction of value. Oxford: University Press, 1979.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, C. N. de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 14^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TROST, E. **David e Golias**: a batalha de 1967. Ibis: Venda Nova (Portugal), 1968.

URIS, L. **Exodus**. Tradução: Vera Pedroso. 2^a. ed.: Rio de Janeiro: Record, 1958.

_____. **O passo de Mitla**. Tradução: Antônio Trânsito. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

VALLE, R. **A experiência da FNM**. Rio de Janeiro: GPCT/Coppe – UFRJ, 1983.

VIZENTINI, P. G. F. Política exterior e desenvolvimento (1951 – 1964): nacionalismo e política externa independente. In: **Revista Brasileira de História**. Vol.14, n^o 27. São Paulo: ANPUH – Marco Zero, 1994.

WALKER, M. **The Cold War and the making of the modern world**. Londres, 1993.

WALLENSTEEN, P. **Dag Hammarskjöld**. Elanders Berlings: Malmö (Suécia), 2005.

WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.) **War and remembrance in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University, 1999.

ZOUAIN FILHO, S. **Histórias de Suez**: aventuras de nossos soldados. Vitória, Edição do Autor, 2003.

DEPOIMENTOS:

BAÇON, I. **Entrevista**. Curitiba, 03 jul 2004.

SILVA JUNIOR, T. da. **Entrevista**. Curitiba, 14 ago. 2004.

ANEXOS

Anexo 1 – Transcrição do conteúdo textual da placa comemorativa localizada na Praça das Nações, em Curitiba.

“HOMENAGEM DO POVO PARANAENSE AOS SOLDADOS DA PAZ - OS BOINAS AZUIS

Remonta ao fim da II Guerra Mundial a História dos BOINAS AZUIS.

Os Soldados da Paz da Força Internacional, criada em 02 de Novembro de 1956. Tudo começou quando 51 países assinaram a Carta das Nações Unidas, em 26 de Junho de 1945 ratificada em 12 de Setembro seguinte pelo Brasil e promulgada em 22 de Outubro daquele ano.

Partiu do Canadá em 1956 a idéia de criar a Força Internacional de Emergência, destinada a supervisionar o fim dos conflitos na área do Canal de Suez, no território neutralizado da Faixa de Gaza pertencente ao Egito. Foram dez os países participantes: Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia.

Nasceu daí a UNEF: United Nation Emergency Force, para o cessar fogo entre o Egito de um lado, e a composição França, Inglaterra e Israel, do outro. Deu-se a nacionalização do Canal de Suez pelo então presidente Nasser.

Do Brasil o primeiro contingente da UNEF partiu em 1956, tendo chegado em 1957. Acampou no deserto, próximo ao Canal de Suez, passando a se chamar “Batalhão Suez”. Seus integrantes do 3º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, lá permaneceram até 1967.

Força de Emergência das Nações Unidas – UNEF

Prêmio Nobel da Paz – 1988.

Curitiba, 24 de Outubro de 1989.”

Anexo 2 – Transcrição do conteúdo textual da placa comemorativa em homenagem aos militares brasileiros participantes da UNAVEN em Angola:

“NAÇÕES UNIDAS

Mantendo a Paz

Homenagem do povo do Paraná aos militares do Brasil que durante dez anos 1988 – 1998 prestaram serviços junto à missão de verificação das Nações Unidas em Angola – África. UNAVEM
Curitiba, 24 de out 98.”

Anexo 3 – Hino

HINO DO BATALHÃO SUEZ

Letra: Cabo Eduardo Pikunas

Música: Cabo Eduardo Pikunas e Soldado Romeu C. Moreira
(ambos do 7º Cont. e 8ª Cia.)

I

Batalhão Suez

Gloriosa Unidade de Paz

Fiel representante perante o mundo

Do Brasil e de seu povo audaz

Sentinela, sempre alerta

Deste longínquo deserto oriental

És a Unidade, que ao Brasil garante

Poderoso auxílio, pela Paz Mundial.

ESTRIBILHO

Salve, Salve Batalhão Suez

Defensor da Paz, da Humanidade

Ficarás, na história do Brasil

Para toda eternidade.

II

No combate da guerra sangrenta
Ou mensageiro da Paz sobre a terra
O nosso verde oliva sempre impera !
Sua Bandeira, hasteada ao deserto
Simboliza, Bravura e Tradição
Batalhão Suez
És o orgulho da nossa Nação

ESTRIBILHO

Salve, Salve Batalhão Suez
Defensor da Paz, da Humanidade
Ficarás, na história do Brasil
Para toda eternidade.